Número: 20/2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Área: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

RITA DE CÁSSIA NONATO

CRISE DA FEDERAÇÃO E FEDERALISMO CORPORATIVO: PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS NO *FRONT* AGRÍCOLA BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia, área análise ambiental e dinâmica territorial.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

CAMPINAS – SP
Agosto de 2005

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Rita de Cássia Nonato e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/08/2005

ORIENTADOR

© by Rita de Cássia Nonato, 2005

UNIDADE IG
Nº CHAMADA
T/UNICAMP
N73c
V EX
TOMBO BC/ 65720
PROC. 16-86-05
C D
PREÇO 11,00
DATA 21-9-05
Nº CPD

BibId 365007

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

Nonato, Rita de Cássia
N73c Crise da Federação e Federalismo corporativo: propostas de criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro / Rita de Cássia Nonato.-- Campinas,SP.: [s.n.], 2005.

Orientador: Márcio Antonio Cataia
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Território Nacional – Brasil. 2. Brasil – Fronteiras. 3. Geografia política. 4. Divisões territoriais administrativas . 5. Federalismo. I. Cataia, Márcio Antonio. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em ingles: Federacy crisis and Corporative Federealism: proposals of creation of new states in Brazilian agricultural front.
Keywords: - Territory;
- Creation of new States;
- Federation crisis;
- Ideology of development;
- Agricultural modernization.
Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial
Titulação: Mestre em Geografia
Banca examinadora: - Márcio Antonio Cataia;
- Mónica Arroyo;
- Adriana Bernardes da Silva.
Data da defesa: 24/08/2005

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: RITA DE CÁSSIA NONATO

CRISE DA FEDERAÇÃO E FEDERALISMO CORPORATIVO: PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS NO FRONT AGRÍCOLA BRASILEIRO

ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

Aprovada em: 24 / 08 / 05

20521916

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia - **Presidente**

Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

Campinas, 24 de agosto de 2005

Aos meus pais

que me ensinam a ser forte

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

AGRADECIMENTOS

No caminho percorrido para a realização desta dissertação eu tive o privilégio de ter amigos por perto. Foram eles que me ajudaram em todos os momentos, me incentivaram, me cativaram e me fizeram sentir a nobreza do princípio da amizade.

Começo agradecendo aos meus pais, José Roberto e Amélia, que acompanham todos os meus passos estando sempre ao meu lado. Serei eternamente grata a vocês.

Agradeço ao meu irmão Júnior e minha cunhada Alessandra que me incentivam a continuar nesse caminho. Ao Alysson, que das mais diversas formas me ajudou e que principalmente dedicou sua atenção, companhia e amor.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Márcio Cataia, que me deu a oportunidade de realizar mais esse trabalho. Obrigado pelo incentivo e pela constante presença.

Às minhas primas Juliana e Renata, e minhas amigas Ana Melissa, Melissa, Érica, Fabíola e Carol Joly... Obrigada pela amizade, pela companhia, pelas risadas... Agradeço aos meus queridos amigos Murilo, Rosana, Waldomiro, Paloma, Lisette, Regina e Raquel... Sei que estaremos sempre juntos.

Agradeço à minha amiga Camila, amiga de faculdade, de pós-graduação... Obrigado por dividir comigo todos esse momentos. Rumo ao doutorado?

Ao Fabrício e Silvana que foram especialmente importantes para a realização dessa dissertação. Muito obrigado por toda atenção e disposição em me ajudar sempre.

A todos do Geoplan e principalmente Clayton, Marianna, Samuel e Fábio, que estiveram próximos e me auxiliaram durante o mestrado.

Agradeço o companheirismo daqueles que entraram na pós-graduação neste mesmo período: Rodrigo, Paulo, Zuleika, Melissa, Gabi, Marandola, Tato, Jonas, Márcio, Cláudio, Ana e Carlos.

Aos funcionários do IG e principalmente Val e Edinalva que sempre se disponibilizam a nos ajudar com toda dedicação.

Agradeço aos Professores Samuel Giordano e Adriana Bernardes pelas contribuições na qualificação de mestrado.

Agradeço à FAPESP pela bolsa de mestrado concedida.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

"A sabedoria consiste em ordenar bem a nossa própria alma"

Platão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

PARTE I - A IMPORTÂNCIA DAS FRONTEIRAS INTERNAS NA FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO 5

Capítulo 1 - Fronteiras Internas e Pactos Territoriais no Brasil 7

Capítulo 2 – A Constituição das Fronteiras Nacionais na Formação Político-Territorial Brasileira 14

Capítulo 3 – O papel da Redivisão Territorial na Integração do Território 25

PARTE II - A FEDERAÇÃO BRASILEIRA E O SURGIMENTO DE UM NOVO FEDERALISMO 57

Capítulo 4 - Princípios do Federalismo e as Bases da Federação Brasileira 59

Capítulo 5 - Crise da Federação e Guerra dos Lugares 68

Capítulo 6 – Novos Rumos da Federação Brasileira 74

PARTE III – UM OUTRO RECORTE TERRITORIAL: PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS 81

Capítulo 7 - Propostas Atuais de Redivisão Territorial 83

Capítulo 8 – A Modernização Agrícola no *Front*: Norte do Mato Grosso, Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Oeste da Bahia 97

Capítulo 9 – Articulação Política e Fragmentação do Território 135

PARTE IV - A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NAS PROPOSTAS CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS 147

Capítulo 10 – Manipulações Ideológicas no Conceito de Desenvolvimento nos Projetos de Criação de novos estados 149

Capítulo 11 – A Concepção do Desenvolvimento em Algumas Políticas de Integração Nacional 155

Capítulo 12 – A Emergência de um novo Processo no âmbito da Federação: o Federalismo Corporativo 164

Considerações Finais 169

Referências Bibliográficas 175

Mapa 1 – Marcha do Povoamento 17
Mapa 2 – Proposta de Redivisão Territorial de Ari Machado Guimarães 27
Mapa 3 – Proposta de Redivisão Territorial de Juarez Távora 31
Mapa 4 – Proposta de Redivisão Territorial de Everardo Backheser 35
Mapa 5 – Brasil 1940: Configuração Estadual 39
Mapa 6 - Brasil 1945: Configuração Estadual 41
Mapa 7 - Brasil 1950: Configuração Estadual 43
Mapa 8 - Brasil 1960: Configuração Estadual 45
Mapa 9 - Brasil 1970: Configuração Estadual 47
Mapa 10 - Brasil 1980: Configuração Estadual 49
Mapa 11 - Brasil 1988: Configuração Estadual 51
Mapa 12 - Brasil 2005: Fragmentação do Território: propostas de criação de novos estados e territórios federais 85
Mapa 13 - Propostas de criação de novos estados no *front* agrícola 95
Mapa 14 - Pólos de Desenvolvimento Integrado 101
Mapa 15 – Produtividade de soja por Município em 2002 – kg/ha 105
Mapa 16 – Brasil 1970: Municípios com Plantações de Soja por Estados da Região Centro-Oeste 107
Mapa 17 – Brasil 1980: Municípios com Plantações de Soja por Estados da Região Centro-Oeste 109
Mapa 18 – Brasil 1990: Municípios com Plantações de Soja por Estados da Região Centro-Oeste 109
Mapa 19 – Brasil 2000: Municípios com Plantações de Soja por Estados da Região Centro-Oeste 111

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Emendas oferecidas à Comissão da Organização do Estado durante a Constituinte de 1988 54
Tabela 2 – Situação atual das propostas de redivisão territorial 89
Tabela 3 – Produtividade Agrícola do município de Sinop 115
Tabela 4 – Municípios incluídos na proposta de criação do estado do Araguaia 115
Tabela 5 – Rebanhos de bovinos no estado do Araguaia 117
Tabela 6 – Produção de algodão (t) no estado do Araguaia 117
Tabela 7 – Produção de arroz (t) no estado do Araguaia 118
Tabela 8 – Produção de café (t) no estado do Araguaia 118
Tabela 9 – Produção de feijão (t) no estado do Araguaia 118
Tabela 10 – Produção de milho (t) no estado do Araguaia 118
Tabela 11 – Produção de soja (t) no estado do Araguaia 119
Tabela 12 – Histórico da produção de soja, milho, algodão, arroz e feijão no oeste da Bahia 122
Tabela 13 - Municípios incluídos na proposta de criação do estado do Rio São Francisco 123
Tabela 14 - Municípios incluídos na proposta de criação do estado do Maranhão do Sul 125
Tabela 15 – Estatísticas do Maranhão do Sul 127
Tabela 16 - Municípios incluídos na proposta de criação do estado do Gurguéia 129
Tabela 17 – Quantidade Produzida em lavouras temporárias no Piauí 132
Tabela 18 – Relação de Comitês Pró-Criação do Maranhão do Sul 137
Tabela 19 – Composição da FUNDASF 143
Tabela 20 – Deputados e Senadores que compõem a Frente Parlamentar de Redivisão Territorial 144

ÍNDICE DE FLUXOGRAMA

Fluxograma - Tramitação de um Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 91

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Geografia

UNICAMP

Crise da Federação e Federalismo Corporativo: propostas de criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Rita de Cássia Nonato

As propostas de criação dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e Rio São Francisco localizam-se no *front* agrícola brasileiro marcado pela expansão da moderna agricultura pelo território. Nesses *pontos luminosos* há grande densidade de ciência e técnica, características do atual período técnico-científico e informacional. São essas parcelas do território que, distantes fisicamente do centro de gestão do território e carentes de redes de transportes, requerem uma maior regulação através da criação de novos estados.
Sob esse aspecto, trabalhamos com a hipótese de que os projetos de redivisão territorial do *front* agrícola objetivam facilitar as atividades dos agentes hegemônicos ligados à moderna agricultura, ou seja, novo uso do território requer nova regulação política. No entanto, os objetivos perseguidos por essas propostas são parciais mostrando-se como um novo pacto territorial funcional. Não há um projeto de redivisão territorial para todo o território nacional. O aspecto particular assumido por essas propostas denuncia que o princípio de cooperação entre os entes que compõem a Federação brasileira está sendo ferido. O avanço tecnológico e sua desigual implantação no território fazem com que as unidades da Federação travem uma disputa intensa. Interesses localizados se sobrepõem aos interesses nacionais marcando a crise da Federação brasileira. A incorporação de ideais corporativos aos fundamentos da Federação nos conduz a discorrer sobre um novo processo: o federalismo corporativo. A análise dessas propostas de redivisão territorial revela o discurso do desenvolvimento que a região teria separando-se. Há, portanto, uma ideologia de desenvolvimento nutrindo as justificativas das propostas de criação de novas unidades político-administrativas.

Palavras-chave: território, criação de novos estados, Crise da Federação, ideologia do desenvolvimento, modernização agrícola.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Geografia

UNICAMP

Federacy Crisis and Corporative Federalism: proposals of creation of new states in Brazilian agricultural *front*

ABSTRACT

Rita de Cássia Nonato

The creation of the states of the Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia and Rio São Francisco is proposed in Brazilian agricultural *front,* which is being affected by modern agriculture expansion. These are bright spots with great density of science and techniques, characteristics of the current technical-scientific and information period. Since these territories are distant from the governmental centers and lack efficient transportation nets, they require better regulation through the creation of new states.

Following this approach, this paper is based on the hypothesis that such division would facilitate the activities of modern agricultural hegemonic agents, which means that the new use of those territories demands new political regulation. However, the scope of these proposals is incomplete since they seem to be a local, functional pact and don't comprehend a national territory re-division plan. They state that the principles of cooperation among the entities that compose the Brazilian Federation are being broken. The technological advances and their uneven implementation throughout the territory cause an intense dispute among the units of the Federation. Local interests override the national ones, and denote the Brazilian Federation crisis. The assimilation of corporative ideas to the Federation fundamentals leads to the discussion of a new process: the Corporative Federalism. The analysis of these territorial re-division proposals discloses the idea that these regions would experience a development with the new organization. Therefore, there is an ideology of growth nourishing the proposals of creation of new political-administrative units.

Key words: territory, creation of new states, Federation Crisis, ideology of development, agricultural modernization.

INTRODUÇÃO

A configuração das fronteiras internas no território brasileiro sofre constantes modificações. Essa dinâmica iniciou-se com a conformação dos primeiros limites territoriais e até hoje, com a criação de estados e municípios, percebe-se esse movimento contínuo. Pode-se dizer que a discussão sobre a redivisão do território brasileiro é antiga, todavia, ela não deixa de ser também contemporânea dado aos atuais projetos de criação de estados e territórios federais.

Os objetivos que levaram às proposições de redivisão territorial são, entretanto, diferentes conforme o período histórico no qual foram elaboradas. As preocupações com a extensão territorial e com o "vazio demográfico" foram causas bastante divulgadas para se pensar uma nova configuração das fronteiras internas no início do século XX. Atualmente, o meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1999) fornece elementos para compreender a existência dos projetos de criação de novos estados.

É também com as características desse novo meio geográfico que se procura analisar a Federação brasileira. Mas, para que se possa compreender o federalismo implantado no Brasil e a dinâmica das fronteiras internas no decorrer do processo de formação territorial, faz-se necessário um resgate histórico abordando as formas de governo já presentes no território brasileiro - colônia, monarquia e república – sem deixar de orientar-se pelo *uso* que é feito do território.

Nesta dissertação são discutidas as propostas de redivisão territorial localizadas no *front* agrícola brasileiro. São as propostas de criação dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e Rio São Francisco. Esses quatro projetos localizam-se na área de expansão da moderna agricultura, caracterizada pela grande densidade técnica.

A carga de ciência e técnica presente em parcelas do território, como ocorre no *front* agrícola brasileiro, marca o atual período histórico. O processo de diferenciação espacial torna-se mais acentuado, pois a difusão das novas tecnologias não é generalizada (SANTOS, 1999). Nesse período em que o território tornou-se fluido devido às modernas redes, o uso dessa fluidez é, entretanto, feito por agentes hegemônicos. Isso agrava as desigualdades sócio-territoriais fragmentando o território.

No *front* agrícola brasileiro – Norte do Mato Grosso, Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Oeste da Bahia – o uso do território revela a existência de pontos luminosos de modernização intensa

que requerem essa fluidez territorial para integrarem-se ao mercado mundial. São essas parcelas do território - distantes fisicamente do centro de gestão do território e carentes de redes de transportes - que requerem para si uma maior regulação através da criação de novos estados.

Dentro desse contexto, trabalhamos com a hipótese de que as propostas de criação dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e Rio São Francisco, objetivam facilitar as atividades dos agentes hegemônicos ligados à moderna agricultura, ou seja, novo uso do território requer nova regulação política. Seria o requerimento do comando político para subespaços modernizados que atualmente não se sentem devidamente representados.

Mas, apesar dessas propostas serem pontuais, as criações de novos estados implicam na formação de novos pactos territoriais. Cabe portanto, analisar a natureza desses pactos: pactos funcionais ou estruturais (SANTOS, 2002a). Os pactos funcionais são formulados para parcelas da população, já uma mudança estrutural implica em propostas que considerem todo o território nacional.

Atualmente a forma como se dá o encaminhamento dessas propostas ao Congresso Nacional é de maneira isolada. Assim como os outros projetos de criação de novos estados, as propostas de redivisão do *front* agrícola foram encaminhadas individualmente. Não há um projeto de redivisão territorial para todo o território nacional. Esse fato tornou-se evidente durante a Constituinte de 1988 em que diversas propostas de redivisão sem vínculos entre si foram apresentadas.

Mas no período de difusão do meio técnico-científico, após 1930 quando se buscava a integração do território brasileiro, a redivisão territorial era apresentada para todo o território nacional. Essa discussão era considerada um dos pontos essenciais para alcançar a integração, e diversas propostas, cada uma recortando de maneira diferente o território, foram apresentadas visando melhorias no plano econômico, social ou político. As modificações nas fronteiras internas não se prendiam a regiões específicas, mas sim a todo o território nacional.

Verifica-se que há uma grande diferença entre as propostas atuais e as propostas feitas nesse período em que havia um Projeto Nacional. Hoje, subespaços pedem isoladamente a criação de um novo estado sem se preocupar ou discutir nacionalmente a redivisão territorial.

O aspecto particular assumido por essas propostas denuncia que o princípio de cooperação entre os entes que compõem a Federação brasileira está sendo ferido. Os subespaços ocupam-se

com a busca por investimentos particulares sem procurar o equilíbrio na esfera nacional. O avanço tecnológico e sua desigual implantação no território – características da globalização - fazem com que as unidades da Federação travem uma disputa intensa para se especializarem e criarem condições de atração da produção. É dessa forma que interesses localizados se sobrepõem a interesses nacionais, assinalando a presença da racionalidade do capital.

As políticas territoriais nacionais privilegiam a integração de focos competitivos, ou seja, dos espaços dinâmicos que potencializam a economia. Ocorre a *integração competitiva* da nação aprofundando as desigualdades territoriais. Para ARAÚJO (2000) esse processo leva a uma *desintegração competitiva* da nação, pois os esforços se concentram em áreas específicas deixando o restante do território à margem de qualquer investimento.

A ausência de um Projeto Nacional e o arranjo da integração competitiva pelo território abre espaço para a elaboração de projetos particulares desequilibrando a ordem federativa. A guerra dos lugares (SANTOS, 1997) é o grande exemplo de que a Federação brasileira está em crise: ao invés de haver a cooperação entre os entes trava-se uma verdadeira competição por melhores investimentos.

Pode-se dizer que a Federação brasileira congrega ideais corporativos aos seus fundamentos. Ideais empresariais formulados por agentes hegemônicos modificam a estrutura da Federação que passa a valorizar a racionalidade técnica. Essa forma de governo permite que o território se modifique para tornar-se mais funcional à ordem global, seguir a doutrina de produtividade e competitividade.

As propostas de criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro emergem do contexto da globalização, e para justificar a necessidade de criação de novas unidades político-administrativas é utilizada a ideologia do desenvolvimento.

O uso do conceito de desenvolvimento é feito ideologicamente, pois se prega que com a criação de novos estados essas parcelas do território irão prosperar. Mas qual é a concepção de desenvolvimento que norteia as propostas de criação de novos estados? Quem seria beneficiado com esse desenvolvimento?

A ideologia do desenvolvimento está sendo insistentemente propagada para que as propostas de redivisão territorial tornem-se a única alternativa a ser adotada. Os agentes que veiculam essa ideologia buscam através dela atingir toda a sociedade em favor da criação do novo estado. É

assim que, mesmo pouco esclarecido, o desenvolvimento é utilizado para facilitar a aceitação do ideal de redivisão.

Para percorrer todos os temas até aqui mencionados, esse trabalho foi estruturado em quatro partes:

Na primeira parte discorremos sobre a conformação das fronteiras internas brasileiras desde a colonização até a Constituinte de 1988. Abordamos o dinamismo e a importância que as fronteiras internas assumem no processo de formação territorial. Buscamos apreender ainda, como as propostas de redivisão territorial acompanharam as políticas voltadas à integração do território brasileiro.

Na segunda parte buscamos versar sobre o processo de implantação do federalismo no Brasil e de sua progressão até os dias atuais. Percorremos a crise da Federação brasileira e as novas características assumidas nesta forma de governo.

Na terceira parte apresentamos as propostas de criação dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e Rio São Francisco. Mostramos como se deu a modernização do *front* agrícola brasileiro e quais são as articulações políticas em torno dessas propostas de redivisão territorial

Na última parte dessa dissertação abordamos a ideologia do desenvolvimento presente nas propostas de redivisão territorial. Tratamos brevemente sobre algumas políticas territoriais para compreender qual concepção de desenvolvimento contida nesses projetos e a partir dessas reflexões, discutimos a existência de um novo processo no âmbito da Federação: o federalismo corporativo.

PARTE I - A IMPORTÂNCIA DAS FRONTEIRAS INTERNAS NA FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

"Nosso próprio país, ao longo de sua história, já conheceu diversas modificações em seus limites internos, tanto no nível do que hoje são os estados, como no que se refere aos municípios. É que cada época cria necessidades distintas, a exigir arranjos diferentes, pois, sobretudo nos países novos e nas regiões novas, a eficácia das ações do poder público e da iniciativa privada depende das divisões territoriais, do respectivo estatuto político, das formas de gestão adequadas"

Milton Santos, 2002

CAPÍTULO 1 - FRONTEIRAS INTERNAS E PACTOS TERRITORIAIS NO BRASIL

Com a colonização inicia-se a organização política do território brasileiro, e as fronteiras adquirem importância crucial como parte fundamental do processo de formação territorial. Sendo resultado de movimentos sociais, as fronteiras carregam as características do tempo em que foram originadas. Sua função à época da colonização ligava-se à organização interna e à criação de limites visando a proteção contra agentes externos.

Essa característica de proteção das bordas fronteiriças liga-se à própria origem da palavra fronteira. Ela nasce como o adjetivo feminino de *front* usado para fins militares no *"faire front"*, ou seja, fazer frente em uma batalha. A fronteira surge para designar a defesa feita nos confins do reino, adquirindo o sentido de limite (FOUCHER, 1991).

Mas não apenas o sentido de limite e seu uso militar faz parte das atribuições das fronteiras. Elas adquiriram outras funções ao longo da história estando presente em todos os países tanto externa quanto internamente.

Discorrer sobre as fronteiras na atualidade requer entender primeiramente as características do presente período histórico. O atual período tem como principais atributos a informação e a comunicação graças ao avanço da ciência e das técnicas. SANTOS (1999) o denomina como sendo técnico, científico e informacional dado a rapidez de difusão das informações e a grande fluidez material que os novos conteúdos técnicos possibilitam.

Todavia, quando as possibilidades técnicas eram escassas, uma montanha ou um rio poderiam ser instituídos como fronteiras. Mas, quando essas barreiras naturais não mais representam um impedimento, os homens (os movimentos sociais) modelam novas fronteiras pertinentes ao seu tempo. *"Se o movimento que originou uma fronteira se envelhece, então a fronteira, que é uma cristalização no território do trabalho social, também se envelhece"* (CATAIA, 2001:24).

O patamar atingido pelo homem através do avanço das técnicas não permite mais falar de impedimentos naturais. Os acréscimos de ciência e técnicas ao território definem um novo meio geográfico em que as informações podem ser transmitidas instantaneamente assegurando a existência de um mercado global.

As características do atual período – a unicidade técnica, a convergência dos momentos, o motor único e a cognoscibilidade do planeta (SANTOS, 2001) -, deram vazão ao discurso do fim

das fronteiras. O mundo estaria agora conectado pelas informações que esvaziam as funções das fronteiras. Entretanto, mesmo com a difusão do "desabamento" das fronteiras nacionais elas não foram suprimidas e internamente, como ocorre no território brasileiro, há propostas de sua maior compartimentação.

FOUCHER (1991) apresenta duas importantes funções apreendidas pelas fronteiras: as fronteiras são como envelopes, que contém Estados e guardam a sua coesão política interna; e ao mesmo tempo são planos de separação e de contato - díades - entre sistemas políticos diferentes.

POLANYI (2000: 186) trata a fronteira como uma forma de proteção da população às ações que vem do exterior: *"(...) para a defesa das suas necessidades existenciais, a confiança voltar-se-á naturalmente para aquelas forças fora do sistema de mercado capazes de proteger os interesses comuns ameaçados por aquele sistema"*.

Por essas características as fronteiras nacionais permanecem, ainda quando o discurso de uma "aldeia global", da qual todos estariam participando, provoque manifestações contrárias à sua existência. Tal manipulação ideológica ocorre para que alguns agentes possam obter maior controle dos lugares servindo assim de base às suas ações.

RAFFESTIN (1993) também expõe quais as principais funções que uma fronteira exerce[1]: *função legal* – delimita uma área e dentro desta prevalece um conjunto de normas regulamentando as atividades da sociedade; *função de controle* – inspeciona a circulação dos homens, dos bens e da informação; *função fiscal* – representava o papel de instrumento da política econômica através do protecionismo, mas hoje, com a liberalização das trocas sua importância diminui.

Para o mesmo autor, a função legal é a única que sempre está presente, pois é ela que carrega o conjunto de regulamentos que define quais normas vigoram em uma determinada unidade territorial. A função de controle não é mais plenamente executada dada a dificuldade de controlar o fluxo de informações que passam pelas fronteiras. Do mesmo modo, a função fiscal também fica debilitada no atual período histórico já que em alguns Estados essa tarefa privilegia e segue proposições de ordem exterior ao território nacional.

Portanto, mesmo com a porosidade das fronteiras à informação e seu afrouxamento na função fiscal, o papel essencial que a fronteira mantém é de regular o território por ela

[1] Como funções complementares às principais RAFFESTIN (1993) acrescenta a *função ideológica* – que esconde os conflitos armados potenciais; e a *função militar* – que é ambígua pois só num contexto estratégico convencional é assumida.

delimitado: *"Sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer"* (RAFFESTIN, 1993: 169).

À essa função que a fronteira exerce pode ser inferido que o Estado se fortalece dado sua função primordial de decidir sobre toda regulação e normatização a ser instituída no território. Há entretanto, um certo desequilíbrio: o Estado brasileiro mostra-se mais eficaz quanto às normatizações referentes ao mercado internacional, ou seja, atende mais prontamente suas necessidades, e no entanto, é mais brando para regulações internas de caráter social.

Esse fato passou a ocorrer mais intensamente no Brasil a partir dos anos 70, quando o país recebe novos recursos da informação que marcam o mercado globalizado. Com esses novos conteúdos outros comportamentos são impostos, pois traz novas formas de produção e de circulação antes nunca experimentado. Há que se ressaltar que a fluidez atual é utilizada por poucos agentes detentores de poder, ou seja, que podem fazer uso dessas possibilidades. A informação é exclusiva e transita em circuitos restritos. Esse controle centralizado conduz à instalação de estruturas inegalitárias, pois os modernos suportes técnicos que se apresentam no território seguem a lógica do mercado global: estão localizados em lugares de interesse dos agentes que fazem uso dessa fluidez, são os espaços da globalização (SANTOS, 2001).

O território, segundo SANTOS (2002: 84) *"não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga"*, é revelador dos grandes problemas nacionais. Ele permite uma compreensão dos diversos processos sociais, econômicos e políticos devido suas heranças históricas e seu atual conteúdo. Dessa forma, o território acolhe e responde às bruscas transformações advindas da globalização.

É possível dizer que o território é soberano do ponto de vista normativo – ele incorpora normas e ao mesmo tempo é uma norma. Mas, quando o Estado age conforme imposições externas, o território e as normas a ele estabelecidas são modificadas para facilitar a ação de forças externas. Com a importação de políticas econômicas e sociais, o Estado não exerce parte de sua soberania em detrimento de agentes externos que passam a cumprir essa função: é o peso do mercado global no desenho das políticas internas.

Inserindo-se subalternamente nessa era da globalização, uma fragmentação social e territorial é produzida e parte do papel da regulação política do território volta-se à satisfação do mercado global, o que causa crise a todos os níveis de governo – municipal, estadual, nacional.

"Infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais" (SANTOS, 2002: 80).

Por esse motivo, o caráter de proteção que a fronteira desempenha - como trata Polanyi - é uma das características mais requeridas. Atualmente ocorre um enrijecimento das fronteiras internas porque parcelas do território brasileiro buscam acompanhar o ritmo das mudanças globais para mais bem regular e auxiliar as atividades numa escala que represente melhor seus interesses: são as propostas atuais de criação de novos estados do *front* agrícola.

Quanto mais denso tecnicamente torna-se o território maiores são as necessidades de regulação (SANTOS, 1999). Seguindo essa proposição, tem-se como hipótese que a criação de novos estados em áreas de modernização agrícola objetiva tornar o território mais funcional aos interesses dos agentes hegemônicos ligados à expansão dessas atividades. A criação de novas fronteiras internas no *front* agrícola seria uma forma de acolher os interesses das elites empresariais presentes na região.

A história do território brasileiro pode ser lida pela sua economia, pela sua cultura, pelas suas fases políticas, mas o que aqui se destaca é o valor ativo do território, na medida em que o território usado é condicionador das atividades. As redivisões político-administrativas estão presentes em toda história porque à divisão social e territorial do trabalho é somada a organização político-administrativa – as fronteiras internas – do território brasileiro.

As mudanças nas fronteiras internas, assim como outros aspectos que modificam a forma de funcionamento do território, se constituem em pactos territoriais. Os pactos territoriais se dão quando determinada mudança – por exemplo, a construção de Brasília - desencadeia reações por todo território suscitando ajustes das leis para que determinada norma passe a vigorar no território, ou seja, provocam uma reestruturação das normas vigentes no âmbito de todo o Estado Nacional (SANTOS, 2002).

Mesmo dizendo respeito a todo o território nacional, os pactos territoriais têm servido para beneficiar parcelas da população e interesses localizados. A criação do estado do Tocantins beneficiou poucos agentes, a criação de um novo município pode atender a interesses eleitorais de um candidato ou partido, e assim ocorre com a maioria dos pactos territoriais que são funcionais a uma parcela da população.

O processo que levou à criação do estado do Tocantins na Constituição de 1988 - último estado instituído - revela, através dos objetivos e a forma dessa mudança fronteiriça, a funcionalidade desse pacto territorial. Imerso na afirmação da existência de um movimento emancipacionista anterior ocorrido no início do século XIX (1821-1823), o norte goiano inicia em 1981 uma grande articulação política para a criação do novo estado baseado nessa tradição divisionista.

Essa articulação teve início quando um grupo de profissionais liberais do norte goiano decidiu diagnosticar o potencial político e econômico da "região" criando a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano – CONORTE. Essa comissão, além de estudar o potencial regional procurava "conscientizar" a população local sobre a importância da criação do estado do Tocantins, formulando assim, um diagnóstico positivo sobre a capacidade de autogestão e da sua identidade sócio-cultural (OLIVEIRA, 1998).

A CONORTE não só representava a elite regional, mas também ideólogos dos interesses da classe dominante regional. Ela *"encarregou-se de reanimar a luta separatista e dirigir a ação ideológica da classe dominante, na medida em que atuava na criação de uma opinião pública própria do tocantinense"* (OLIVEIRA, 1998: 34). Para a CONORTE a criação do estado do Tocantins daria impulso econômico e social ao centro-oeste bem como integraria a "região" ao norte do país.

As causas determinantes apontadas pelos membros da CONORTE para a emergência da luta pela criação de Tocantins foram as seguintes: a) a evolução da densidade demográfica daquela região (em 1985 havia 1.100.000 habitantes); b) a conseqüente posse do coeficiente necessário para o preenchimento das vagas na Assembléia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional; c) a região dispunha, do ponto de vista econômico, 5,5 milhões de hectares de terras agricultáveis, potencial para construção de usinas hidrelétricas, estradas pavimentadas, duas rodovias federais (Belém-Brasília e Transamazônica), solo rico em recursos minerais inexplorados e também apresentava um expressivo crescimento no setor da agropecuária.

Como lembra VAINER (1996), a região acaba sendo sempre constituída a partir de uma operação de identificação, ou seja, de acionamento de diferenças facilmente constatáveis no território; o problema é que existem milhares de diferenças que podem ser acionadas, mas isso não funda a região. A razão fundadora – ideológica – está em acionar a diferença que se quer (tamanho da população, terras agricultáveis, potencial para hidrelétricas, etc), como o elemento

do recorte. Essas diferenças enumeradas, ou melhor, acionadas pela CONORTE não haviam construído região alguma, embora a diferença tenha sido enunciada como motor fundador.

"(...) a elaboração coletiva de um reconhecimento de identidades/alteridades, sob a forma de regionalismo/interesse regional, constitui mecanismo de coagulação e busca de validação social das estratégias (econômicas, políticas, simbólicas) de determinados grupos ou coalizões" (VAINER, 1995:450).

Ao discurso produtor da diferença e, portanto produtor de certa "identidade regional", é acionado um outro elemento que concorreu para a criação desse estado: a manipulação ideológica de certa tradição divisionista. Esta foi retomada na década de 80 de forma a exacerbar o movimento do período de 1821 a 1823, mascarando alguns aspectos da época para que tal fato se tornasse um marco regional. Ou seja, a CONORTE usou ideologicamente uma antiga e já apagada tradição para um fundar um novo regionalismo.

Para HOBSBAWN (1997: 9) muitas tradições que são consideradas antigas, ou ao menos parecem antigas, são na verdade muito recentes quando não são inventadas. Ele exemplifica o fato com as pompas que há nas cerimônias públicas da realeza britânica que, no entanto, data dos séculos XIX e XX.

"Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado" (HOBSBAWN, 1997: 9).

A CONORTE não se constituiu somente num movimento ideológico, mas numa articulação política concreta que, manipulando análises e estatísticas supostamente regionais, fundou um novo estado. Ela procurava atender, de um lado, aos interesses da elite agrária local que via no divisionismo o modo de ampliar sua participação no cenário da política nacional, e de outro lado, procurava construir interesses para a população urbana que passou a vislumbrar a perspectiva de desenvolver e ampliar o comércio e os serviços governamentais. Utilizando-se da representação ideológica de região e identidade regional, a CONORTE foi a responsável por reviver o discurso divisionista e articular circuitos e alianças empresariais.

A criação do estado do Tocantins não buscou, primordialmente, diminuir as carências sociais marcantes na maioria da população. Esse estado nasceu com a marca da União

Democrática Ruralista (UDR) articulando suas forças para "comandar" o novo ente federativo. No jornal *Folha de São Paulo* (27/06/1988) o então Presidente da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg) Aroldo Rastoldo[2] declara seu objetivo: "*Somos um estado de vocação agropecuária e aqui só vai se eleger quem estiver identificado conosco. Vamos fazer o governador e 80% dos novos prefeitos*".

Os agentes ligados a CONORTE pretendiam usar corporativamente os fixos públicos[3] a serem instalados e estavam prontos para instalar seus fixos privados, valendo-se da concentração de recursos, máquina estatal e fluxos - circulação de pessoas, distribuição de mercadorias e consumo – que seria potencializado principalmente na capital do novo estado. A CONORTE e o movimento emancipacionista não se caracterizaram exatamente pela aparente inocência apresentada por meio das preocupações sociais.

Atualmente, as propostas de criação de novos estados também apresentam uma carga ideológica para nutrir o movimento divisionista. A *ideologia do desenvolvimento* está presente em todos os projetos de redivisão territorial e é usada como fator que justifica a criação do novo estado. Partindo do pressuposto de que será atingido o *desenvolvimento* através da criação de uma nova unidade político-administrativa é montado um discurso sobre a necessidade e a importância da criação de novas fronteiras internas.

No processo de formação territorial sempre ocorreram mudanças nas fronteiras internas e propostas para novas alterações. Contudo, verifica-se que a natureza dessas modificações nem sempre foi a mesma. É o que se pretende percorrer para enfim compreender a essência das atuais propostas de redivisão territorial.

---

[2] Rastoldo assumiu a presidência da Faeg em 1985 com o objetivo de implantar sindicatos rurais identificados com a UDR no norte de Goiás. Em dois anos criou 48 sindicatos e fundou 9 regionais da UDR no atual estado do Tocantins (Folha de São Paulo, 27/06/1988).

[3] Os fixos são objetos econômicos, sociais, culturais, religiosos, podendo ser públicos ou privados: pontos de serviço, casas de negocio, hospitais, escolas, parques. Os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, cujo maior responsável é o Estado, já os fixos privados, localizam-se segundo a lei da oferta e da procura (SANTOS, 2002).

CAPÍTULO 2 - A CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS NACIONAIS NA FORMAÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL BRASILEIRA

O marco que permite estudar a formação do território brasileiro é a chegada dos colonizadores portugueses e sua forma de explorar o novo território. Antes disso, as povoações indígenas que aqui habitavam encontravam-se espalhadas e com pouca ou nenhuma relação entre si. Formavam aldeias independentes, muitas delas nômades, sem conhecimento técnico suficiente para a existência de cidades e intervenções mais perenes sobre o meio. Com a presença dos colonizadores, que ampliavam suas ações pelo mundo através da expansão ultramarina, iniciou-se uma organização política que visava gerir o conjunto do território.

Apesar do meio natural[4] se impor e dificultar a penetração dos colonizadores no território, a Coroa lusitana ao perceber a presença de outros exploradores além dos portugueses emprega o sistema de capitanias hereditárias para manter seu domínio, instalar fontes produtivas e iniciar a exploração à busca de materiais preciosos.

O início do meio técnico (SANTOS, 1999) no território brasileiro carrega consigo portanto, a primeira divisão político-administrativa. Seus limites, muito mais ilustrativos que reais, estendiam-se por uma longa faixa territorial que nunca seria inteiramente explorada pelos donatários. As dificuldades de instalação e exploração eram verdadeiramente densas e foram poucos os que conseguiram criar uma estrutura produtiva em sua área. Na maior parte, as sedes das capitanias constituíram pequenos núcleos de povoamento fixando os portugueses no território.

MARTIN (1991: 76) alerta que o esquema abstrato das capitanias permitiu que os portugueses tomassem posse do território, mas ela não resistiu à continuidade do processo de formação territorial. *"Com o passar do tempo, os núcleos urbanos mais prósperos acabariam expandindo seu raio de influência, absorvendo as capitanias que se desenvolviam mais lentamente"*.

A expansão do meio técnico no território colonial, com, por exemplo, a instalação do engenho de açúcar - empreendimento mais complexo quanto à maquinaria e à organização

[4] SANTOS (1999) periodiza as diferentes fases dos meios geográficos e estes são identificados como: meios "naturais", em que o movimento da natureza comanda as ações humanas; meios técnicos, em que os objetos passam a ser técnicos e; meio técnico-científico e informacional, em que os objetos técnicos permitem a fluidez tanto material como informacional no território.

funcional até então existente – modificou os limites das fronteiras internas. A introdução da cultura de cana-de-açúcar, a implantação de uma indústria incipiente e o ligeiro aprofundamento da colonização no território, permitiu o crescimento de alguns centros urbanos e de pequenos povoados que surgiam em função dessa cultura.

Além de terem seus limites modificados, as capitanias não conformaram um sistema de administração bem sucedido, pois apenas Pernambuco e São Vicente prosperaram. Isso levou Portugal a instituir o Governo-Geral na colônia que representou um esforço de centralização administrativa. A capitania da Bahia foi escolhida para sede do Governo-Geral e Salvador torna-se a primeira capital, substituindo o sistema autônomo das capitanias. Entretanto, a falta de elementos técnicos que permitissem o fluxo de matérias e informação entre as capitanias limitava a ação desse governo.

Com essa administração, o poder político na colônia era bipolar: de um lado, o pólo central representando Portugal; e de outro, os senhores de terra e de engenho que tinham a posse e o poder econômico. A força política do poder local se institucionalizava com o funcionamento das Câmaras Municipais que possuíam o poder de fixar tributos locais, regular moedas, organizar ataques e defesa frente aos índios. Portanto, além dos representantes do Governo-Geral – que formavam as Assembléias Legislativas Provinciais – as Câmaras Municipais[5] representavam as vontades dos proprietários rurais (COSTA, 1989).

A sucessão de meios técnicos se sobrepondo à ação da natureza fez emergir no território colonial pontos de mecanização, ou seja, locais onde produção era mecanizada. Numa primeira etapa, o Brasil apresentava-se como um arquipélago de mecanização incompleta, mas foi a partir desses pontos que possibilitou o surgimento de outros centros (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

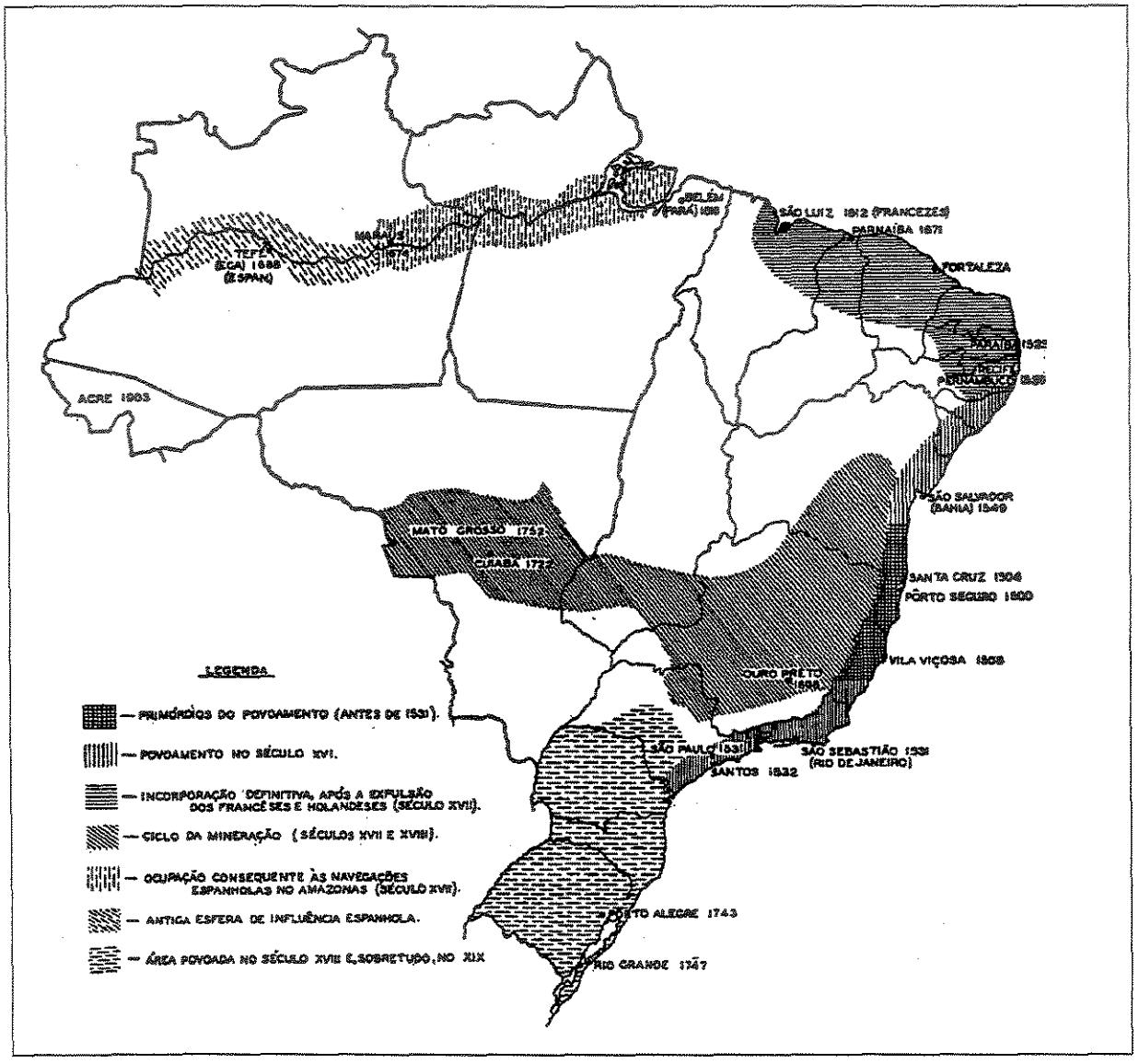
Com as frentes de expansão empreendidas pelos criadores de gado e bandeirantes foi viável explorar o sertão nordestino, áreas do sudeste, sul e centro-oeste, bem como os arraiais de mineração que se expandiam por Minas, Goiás e Mato Grosso.

BRANDT (1944) mostra com o mapa a seguir os passos trilhados pelo povoamento no Brasil até o século XIX. Nos primórdios do povoamento, quando o meio natural determinava os locais de apropriação, a colonização fica restrita à parte do litoral. A instalação de bases produtivas permite a expansão da conquista da costa, e a mineração leva os colonizadores ao

[5] Tais Câmaras exerceram imenso poder devido a insuficiência do aparelhamento administrativo da Coroa no extenso território. Portugal mostrava-se impotente para deter o *mandonismo* imperante advindo do isolamento dos senhores rurais (LEAL, 1949).

interior. Os avanços da colonização de outras nações também contribuem na marcha do povoamento.

MAPA 1 – MARCHA DO POVOAMENTO



Fonte: BRANDT, 1944.

Apesar do pouco êxito do sistema de capitanias hereditárias, essas divisões subsistiram como unidade administrativa mas mudaram de caráter por passarem a pertencer à Coroa – que retomou as terras ao longo dos anos - e não mais ao domínio privado. Seu traçado, entretanto, foi sendo rompido principalmente pelo povoamento do território e pelo sucesso de alguns núcleos: Recife atraiu as capitanias do Rio Grande e Itamaracá; Salvador absorveu Ilhéus e Porto Seguro; São Vicente – São Paulo estendeu sua influência pelos atuais estados de São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais (MARTIN, 1991).

Com a forte expansão das frentes de colonização na fase de união das Coroas ibéricas (1580 – 1640) o processo de mudanças nas fronteiras internas foi mais intenso. Novos fluxos e articulações entre os centros e as ocupações foram estabelecidos e, apesar do território encontrar-se fragmentado devido às invasões holandesas, à zona quilombola e a divisão do poder com a Espanha, os atuais limites nacionais foram, em sua maior parte, definidos nesse século XVII. Quando Portugal retoma a autonomia política em 1640 inicia-se um período de *consolidação* do domínio territorial e de *integração* da América portuguesa através da expulsão dos invasores e da destruição de Palmares. Nessa fase, as minas foram descobertas tornando-se um grande foco de atração imigratória (MORAES, 2000).

Os limites nacionais foram sendo definidos conforme a expansão de algumas atividades. Apesar do avanço na definição de alguns dos atuais limites nacionais durante a expansão do meio técnico no território, outros limites nacionais só foram demarcados posteriormente. MACHADO (1997) ressalta que mesmo após a Independência as fronteiras da região Norte eram desconhecidas. Foi somente com o aumento da produção da borracha na Amazônia que as fronteiras nacionais dessa região foram estabelecidas.

A descoberta do ouro, a pecuária, a cana-de-açúcar, as drogas do sertão e outras atividades engendraram mais perturbações no traçado dos limites internos[6]. Mas não somente esse processo de expansão das atividades foi responsável por alterações fronteiriças. Os poderes locais e suas disputas também desempenharam funções igualmente importantes.

Com relação à disputa de fronteiras internas, o Tratado de Madri em 1750 deu início às negociações entre Portugal e Espanha para o estabelecimento dos limites mais ocidentais como

[6] Durante a Monarquia, por exemplo, quando a importância da produção de borracha na exportação era grande, o governo decidiu criar uma nova província para melhor administrar a atividade e a própria área do Alto Amazonas (MACHADO, 1997).

da Amazônia e Mato Grosso. Outros tratados vieram, mas esse tratado e o princípio *Uti Possedetis* – que afirma que a terra pertence àquele que dela se ocupa - já definia a grande extensão do território colonial português que se assemelhava muito aos atuais limites.

A preocupação em se manter a extensão territorial é também notada na transferência da capital da colônia. Para preservar a posse de terras no sul, a sede do governo é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

A vinda da família Real ao Brasil também ajudou a garantir a grande extensão do território e, com a Proclamação da Independência, a Monarquia garante, num primeiro momento, a força fundamental contra as tendências centrífugas vindas dos ideais liberais e republicanos disseminados pela Revolução Francesa.

No ciclo imperial, do qual RODRIGUES (1947) detalha, o território brasileiro era constituído de partes autônomas com quase nenhuma relação de interdependência. Nesse momento as capitanias passaram a ser províncias mas permaneceram com evolução, história e tendências próprias. Para manter o território íntegro, as províncias receberam ordens do Império contra a ação dispersiva e desintegradora dos fatores geográficos[7].

A falta de integração do território brasileiro se apresentou como um grande problema a resolver, mas a monarquia fez o papel de centro dirigente das províncias dissociadas, fazendo confluir os diversos interesses, evitando o desmembramento do país. A difusão do meio técnico no território brasileiro possibilitou o alargamento da ação imperial. Para se garantir a integridade territorial foi necessária a adoção de técnicas que facilitassem a comunicação e a movimentação dentro do território. A partir de então, redes de fluxos materiais foram articulando lentamente as regiões do Brasil. A intensificação das redes de fluxos é percebida principalmente nos últimos anos do Império quando se procurou manter maior contato entre o centro dirigente e as províncias.

Para DEFFONTAINES (1938) a circulação foi a causa mais comum da origem das cidades brasileiras. O transporte de metais preciosos e gado para a costa, e o transporte de produtos para o interior foi o responsável pela criação de aglomerações. Nas estradas traçadas, os locais de *pousos* e *registros* progressivamente se tornaram cidades. Na falta de circulação por estradas, como na Amazônia, a navegação foi responsável por povoar pequenos centros ao longo dos rios.

[7] Para RODRIGUES (1947), fatores geográficos são elementos que formam a base da potência mundial de um Estado: a situação, o tamanho, a forma, o clima, a população, a capacidade industrial e a organização social e política.

Com o surgimento das estradas de ferro novas cidades surgem nas estações terminais, nas *bocas do sertão* e nas ramificações e cruzamentos. A cidade nasceu como uma necessidade de vida social aparecendo como uma reação contra o isolamento.

Para dirigir as ações dentro de um território e também manter sua integridade é necessário dominar as superfícies e os pontos através do controle das distâncias (RAFFESTIN, 1993). Apesar dos avanços técnicos para melhorar a mobilidade no território e do surgimento de aglomerações, durante a Monarquia tal controle não foi possível.

Mesmo o constante remodelamento nas fronteiras internas atendendo ao movimento de ocupação e formação do território, a falta de controle das distâncias para disseminar o poder monárquico tornou-se evidente com alguns movimentos de resistência que começaram a surgir.

O Império foi sacudido por uma série de revoltas contra a unidade monárquica. Para os opositores, o poder centralizado era um obstáculo além de ser falho na administração devido às enormes distâncias que separavam as províncias da capital e as províncias entre si. Mesmo com esses argumentos o centralismo imperial era apenas aparente[8], pois se fundava sobre a ampliação e consolidação das oligarquias regionais e provinciais, transferindo suas funções para essas oligarquias através das já tratadas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas.

Com a distribuição do poder, os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Daí o surgimento das chamadas "revoltas imperiais" que basicamente se voltavam contra a distribuição do poder praticado pela Coroa - chamado por eles de centralização - que se assentava, assim como na colônia, nas Câmaras Municipais e Assembléias Provinciais "dirigidas" pelos grandes senhores de terra.

As mudanças sociais e políticas desse período refletiram no território brasileiro como um todo, mas em função do processo de diferenciação espacial, foram as regiões que se "revoltaram" contra as ações nacionais. Por isso, trata-se de revoltas *regionais* que refletiram na sociedade a organização do território brasileiro.

Como exemplo dessas revoltas ocorridas do período regencial podemos citar a Cabanagem - revolta da província do Pará – que surge por descontentamento dos brasileiros pobres, índios, negros, mestiços. Esses não estavam contentes com a forma de nomeação do presidente da província pois privilegiava apenas a elite. Como se sentiam traídos pelo governo regencial os

[8] Para OLIVEIRA (1995) não houve centralização do Estado no Império, pois havia transferência de poder para pessoas privadas, o que revela a incapacidade de se administrar toda a extensão do território e a diversidade de sua formação.

cabanos conquistaram Belém e proclamaram a Independência do Pará. No entanto, por não oferecerem uma organização alternativa ao Pará, a rebelião foi vencida e Belém acabou sendo praticamente destruída. Outra revolta, a Sabinada, se formou em torno de idéias federalistas e republicanas. A presença lusitana e seu domínio sobre as atividades comerciais foram fator de revoltas de parcela da população da Bahia, mas como os sabinos não tinham o apoio dos senhores de engenho a rebelião foi vencida. A Farroupilha revelou o descontentamento dos sulistas para com as lideranças provinciais que mantinham alto grau de centralismo. Essa insatisfação manifestava-se por anseios de autonomia, princípios liberais e republicanos e, principalmente federativos (FAUSTO, 2000).

Segundo RODRIGUES (1947) haveria um descompasso entre três esferas: o território, a política e a economia. Esse autor concebe o espaço sob três aspectos: o espaço físico – compreendido pelas fronteiras do país; o espaço político – ocupado pelos habitantes do país e parte integrante da sua vida política, e o espaço econômico – aquele em que há exploração econômica. Haveria o descompasso entre esses espaços, pois o espaço físico não seria totalmente conhecido, muito menos ocupado com atividades econômicas. As revoltas separatistas ocorridas no final da monarquia evidenciavam esse descompasso.

A análise feita por esse autor refere-se à época em que o Brasil ainda iniciava o desenvolvimento industrial, apresentando-se como um *arquipélago*. A solução apresentada ao descompasso seria ocupar o espaço físico ainda não atingido pela ação política criando-se territórios federais ou estados. Dessa forma seria possível transformar espaço físico em espaço econômico.

Mas é só a partir do século XX com a difusão mais generalizada do meio técnico-científico, que as integrações geopolítica e geoeconômica das "penínsulas" e da "ilha Amazônica" (COUTO E SILVA, 1967) começaram a ganhar contornos na medida em que o território se mecaniza.

As revoltas imperiais, com discursos autonomistas, liberais e até mesmo republicano-federativo, mostravam um duplo sentimento nacional: o de que a Independência não implicou na conquista da cidadania e transformações sociais e econômicas; e de que o governo central frustrou expectativas de autonomia, pois controlava as províncias através da nomeação dos presidentes, ou seja, o poder provincial ficava em outras mãos (COSTA, 1989).

No novo meio geográfico – técnico-científico - as idéias republicanas e federativas ganhavam impulso pela própria organização do território brasileiro, ou seja, era a organização do

território que se impunha à organização política institucional. Antes mesmo da adoção constitucional do federalismo o poder regional das oligarquias, em detrimento do poder central, já apontava para uma fragmentação do poder político como forma de se evitar a fragmentação do território[9]. E sob esse estigma a forma federativa é adotada como maneira de evitar a fragmentação. Portanto, pode-se dizer que o Brasil não adotou a forma de governo *unitária* porque o tamanho do território e sua fraca integração – o uso do território - impuseram à política a forma *federativa*.

Com a passagem do Império para a República as províncias passaram a ser estados e adquiriram maior autonomia. No entanto, a autonomia das províncias gerou insegurança quanto ao risco de fragmentar o país, o que fomentou discussões sobre a necessidade de ser adotado um Poder Executivo forte (FAUSTO, 2000).

Para COUTO E SILVA (1967), sob o ponto de vista da circulação, o Brasil se apresentava como um "vasto arquipélago" podendo se distinguir três grandes "penínsulas" projetadas para o nordeste, para o sul e para o noroeste. Estas penínsulas estavam ligadas por precários "istmos de circulação" ao núcleo central formado por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A primeira tarefa para se chegar à integração do território seria vitalizar esses três istmos de circulação buscando: articular a base econômica ligando o Nordeste e o Sul; impulsionar o avanço colonizador para o noroeste; e povoar a Hiléia[10] amazônica partindo da base constituída no centro-oeste.

Pela análise de RODRIGUES (1947:55), o terceiro ciclo, o ciclo republicano, manifestou com força o ideal de integrar o Brasil através da ampliação das redes rodoviária, ferroviária, telegráfica, telefônica e radiotelegráfica: *"mas, sobretudo, na facilitação da abertura das linhas aéreas comercias, inicialmente só pelo litoral do país, tudo fazendo para obter esse imprescindível máximo de circulação"*.

O meio técnico-científico compreende as redes geográficas, que promovem a fluidez do território e conseqüentemente o alargamento do contexto local. As redes geográficas, que são suporte material e meio social, político e econômico para mobilidade de circulação de matérias e informação, são também produto e condição social uma vez que foi construído pela sociedade e se apresenta como meio de circulação dos fluxos materiais e imateriais desta.

---

[9] O ato adicional de 1834 admite uma autonomia financeira e administrativa das províncias, antecipando o federalismo ainda sob a monarquia (MARTIN, 1991).

[10] Hiléia foi a denominação dada à floresta amazônica por Alexander Von Humboldt.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO

RAFFESTIN (1993) acrescenta que a mobilidade, formada pela circulação de bens e pessoas e pela comunicação, está presente em todas as estratégias de dominação de superfícies. As redes geográficas são essenciais para o exercício do poder uma vez que estão a serviço das estratégias, que seguem objetivos pré-definidos e que permitem o controle das distâncias.

CAPÍTULO 3 – O PAPEL DA REDIVISÃO TERRITORIAL NA INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO

A preocupação de se criar redes para integrar o território teve início no final da monarquia e, nesse período, as estradas de ferro tornavam o uso do território brasileiro mais dinâmico, porém apenas os transportes marítimos quebravam o isolamento brasileiro As redes foram imprescindíveis para a manutenção da unidade nacional, já que beneficiavam a produção dos grandes proprietários rurais, e permitiam a integração nacional do território.

É possível distinguir três momentos na produção das redes: um período pré-mecânico, em que as eventualidades da natureza interferiam na ação humana; um período mecânico intermediário, em que as técnicas já desenvolvidas permitiam a instalação de redes mais eficazes; e um período moderno, marcado pelo meio técnico-científico-informacional, pelos progressos da ciência e da tecnologia, abrindo novas possibilidades de funções às redes (SANTOS, 1999).

A evolução dos sistemas de engenharia pode ser dividida, segundo XAVIER (2001) em três períodos: entre a segunda metade do século XIX e os anos 30, quando se dá a integração parcial do território; entre o final da grande guerra e o início da década de 1960, com a mecanização e integração do território formando um mercado nacional unificado; e após 1964, com as modernizações que integram o país com a economia internacional.

A instalação desses sistemas no território foi feita, entretanto, de forma fragmentada e operacionalizada por grandes empresas americanas e européias. As estradas de rodagem, em sua maioria eram caminhos de terra que cobriam as atuais regiões sudeste e sul – articulados em torno de São Paulo – e cobriam o interior nordestino partindo do litoral. As ferrovias eram responsáveis por ligar os locais de produção da economia agroexportadora aos portos. Somente durante os anos 30 e início da década de 40 é que a extensão das estradas foi bruscamente aumentada o que tornou esse um dos principais instrumentos para a formação de um mercado nacional unificado

A formação da rede rodoviária nacional veio atender ao processo de industrialização associado aos grandes projetos nacionais. Às estradas de rodagem coube: realizar os fluxos de mercadorias e pessoas; integrar regiões de fraco povoamento e produção; e constituir um mercado unificado comandado por São Paulo (XAVIER, 2001).

Pode-se dizer que a integração do território constituiu-se numa integração das redes que foram traçadas para atender aspectos relacionados à economia, tendo em vista o caráter primário-exportador fortemente arraigado no país. Portanto, essa integração territorial unificou o Brasil através da expansão das vias de acesso, entretanto, por não atender com igual intensidade a sociedade brasileira, a união territorial não foi verificada.

Enquanto os sistemas de engenharia expandiam-se pelo território, principalmente nas regiões sudeste, sul e nordeste, São Paulo destacava-se consolidando sua hegemonia. A modernização do país iniciada nos anos 30[11] facilitou esta concentração econômica e espacial.

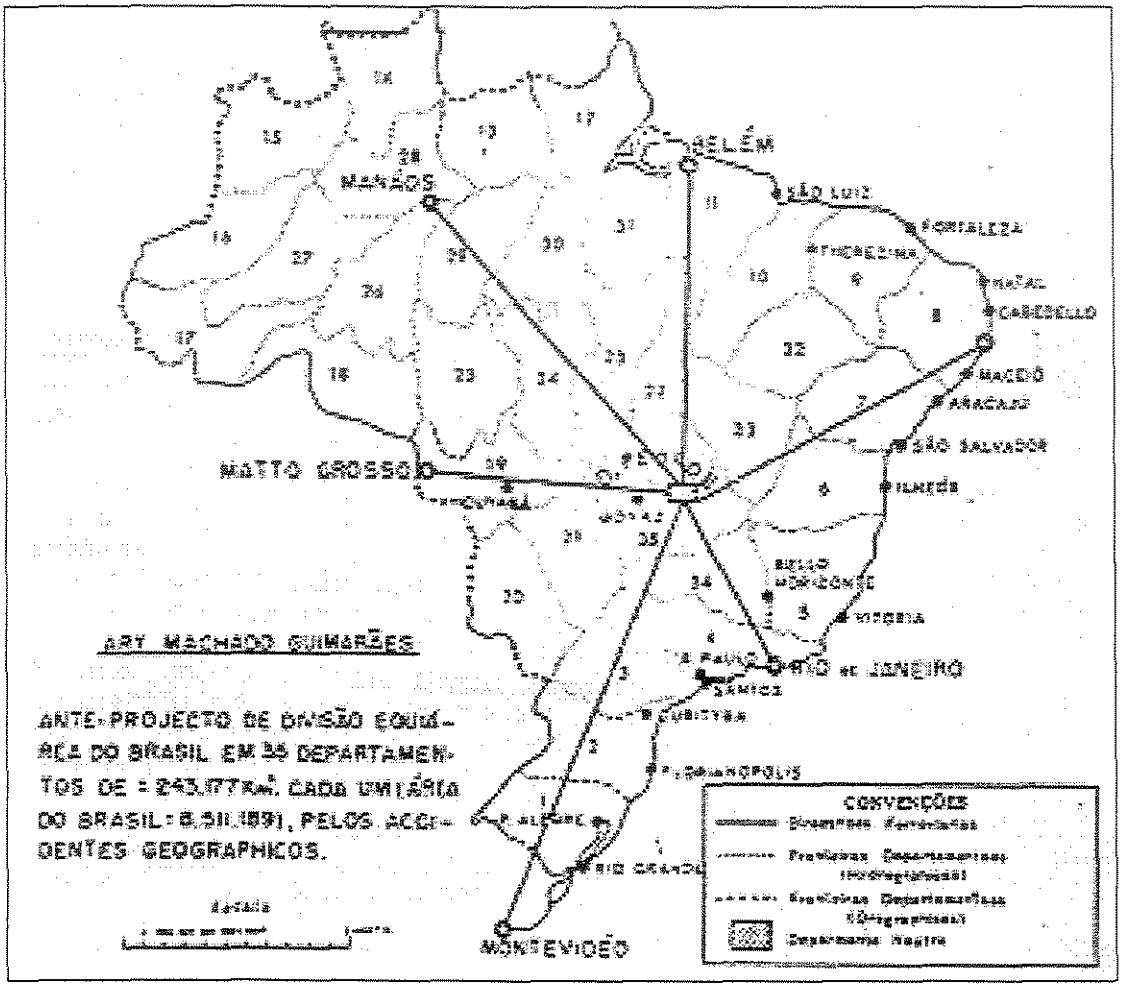
É possível entender a história brasileira pelas políticas territoriais que foram estabelecidas nos diferentes períodos. O processo de integração do território brasileiro teve como base o capital estatal, o capital privado nacional e o capital privado internacional, cujas metas buscavam a integração do mercado. Os anseios de integração foram, portanto, guiados pelos objetivos desse tripé. Isso levou a programas de desconcentração industrial e abertura de vias de transporte desenvolvendo e integrando a economia e o território, mas deixando para trás interesses e direitos da sociedade.

E com a difusão do meio técnico-científico no território brasileiro com vistas ao alastramento das redes de fluxos surgem algumas propostas de redivisão territorial que também almejam a integração territorial.

A proposta de redivisão apresentada por Ari Machado Guimarães (ver mapa nº 2) sugeria que o Brasil ficasse dividido em 35 departamentos de igual área, sendo que em um deles, o departamento neutro, se constituiria a capital, localizada no centro do país. A maior preocupação esboçada nessa proposta de redivisão era a criação de novas unidades administrativas para a expansão da rede de transportes: da capital irradiaria uma rede ferroviária seguindo para o norte, noroeste, nordeste, sul e extremo oeste, adquirindo através desse modal a integração do país.

[11] A crise mundial de 1929 impulsionou a realização de um projeto nacional já que o país foi profundamente afetado pelas circunstâncias externas. Isso deu inicio a uma série de investimentos para se promover a industrialização brasileira (ver capítulo 11).

MAPA 2 – PROPOSTA DE REDIVISÃO TERRITORIAL DE ARI MACHADO GUIMARÃES



Fonte: GUERRA & GUERRA, 1964

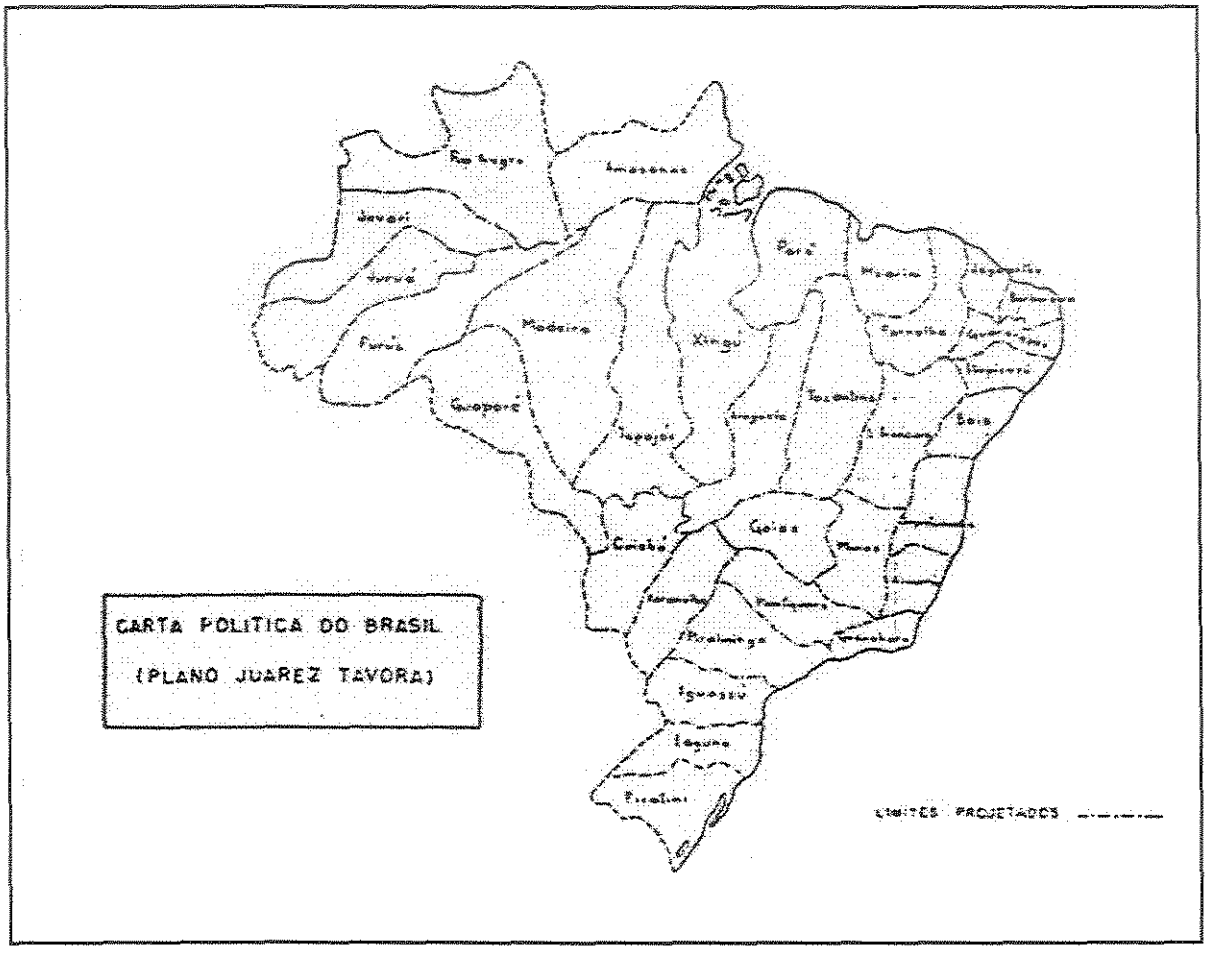
Brasília possibilitou uma integração semelhante à proposta de Guimarães. No entanto, as rodovias foram as responsáveis por esse processo. Como mostra a proposta de redivisão de Ari Machado Guimarães, o que se buscava era a integração do território através da expansão das redes e da criação de novas unidades políticas. As mudanças nas fronteiras internas brasileiras, entretanto, ocorreram pontualmente, sem maiores ajustes na estrutura predominante das fronteiras no território.

Paralelo às ações iniciadas pelo Estado em 1930 surge com mais ímpeto a discussão sobre uma nova divisão político-administrativa do território brasileiro. Certamente, os propositores entenderam que uma nova divisão das fronteiras internas deveria acompanhar as novas formas de desenvolvimento econômico que estavam sendo adotadas. Essas propostas indicavam a redivisão de todo o território brasileiro, não se prendendo a divisões regionais. Elas tinham o caráter de buscar o desenvolvimento *brasileiro* e para tanto se apoiavam em diversos aspectos como, por exemplo, características naturais, da extensão do território brasileiro e da localização dos principais centros econômicos.

Juarez Távora, ministro da agricultura durante a Constituinte de 1934, propôs redividir o território brasileiro baseando-se em acidentes naturais (ver mapa nº 3). O ministro defendia que os estados federados fossem entes fracos perante a União e os municípios, que seriam fortalecidos. Os estados desempenhariam o papel intermediário entre a União soberana – responsável pela defesa interna e externa – e os municípios – responsáveis pela assistência ao povo, suas necessidades e aspirações e fomentador da produção. O aumento no número de estados favoreceria a intermediação pretendida (LEAL, 1949).

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

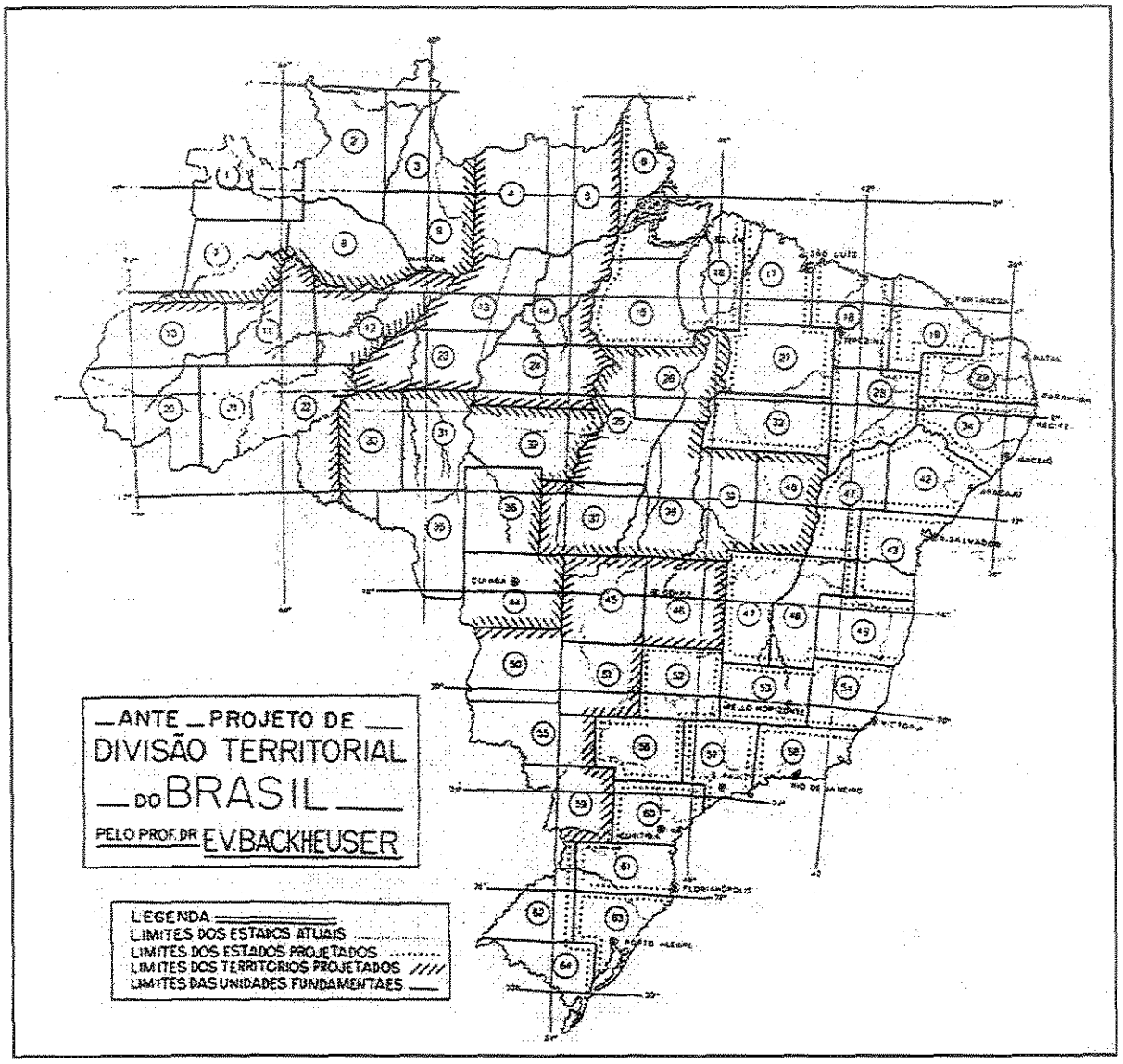
MAPA 3 – PROPOSTA DE REDIVISÃO TERRITORIAL DE JUAREZ TÁVORA



Fonte: GUERRA & GUERRA, 1964

Apesar de outras propostas de redivisão do território brasileiro terem sido apresentadas, nenhuma foi inteiramente aplicada. As tentativas, entretanto, influenciaram em mudanças nas divisões político-administrativas que ocorreram até a Constituição de 1988. Everardo Backheser, por exemplo, que propunha dividir o Brasil em 64 unidades fundamentais agrupadas em 16 estados e 6 territórios, preocupava-se com a instituição da eqüipotência (ver mapa nº 4). Isso seria obtido através da equivalência de áreas no campo físico, econômico e político. A divisão não atenderia aos atuais limites interestaduais visando acabar com os regionalismos e as disputas por representações políticas. Esta idéia de "estados eqüipotentes" serviu de base para a criação dos territórios federais a partir de 1940 (GUERRA & GUERRA, 1964).

MAPA 4 – PROPOSTA DE REDIVISÃO TERRITORIAL DE EVERARDO BACKHESER



Fonte: GUERRA & GUERRA, 1964

A criação do Conselho Nacional de Geografia em 1933 também mostra a importância dada às fronteiras internas brasileiras e ao conhecimento do território nacional. Esse conselho visava dotar o país de um sistema cartográfico que estabelecesse com maior precisão os limites das fronteiras internas. Isso melhoraria aspectos da administração pública, como por exemplo, a divisão dos tributos e das verbas. Esse novo órgão, assim como o Instituto Nacional de Estatística (transformado em 1942 no IBGE) seguiam os novos objetivos traçados para o Estado em 1930 e que incluía, dentre outras questões, os aspectos territoriais do Brasil (COSTA, 1989).

Durante a vigência do Estado Novo (1937-1945) foram criados os territórios federais do Amapá, do Rio Branco (hoje estado de Roraima), do Guaporé (atualmente estado de Rondônia), do Iguaçu, de Ponta Porã e de Fernando de Noronha, com intuito de proteger as fronteiras nacionais e também ajudar social e economicamente essas áreas. Embora já existisse esse ente federativo no Brasil desde 1903, quando o território do Acre[12] foi criado por anexação de suas terras ao Brasil, o conhecimento jurídico de um território federal permanecia uma incógnita. Com a criação dessas novas unidades, os territórios passaram a ser efetivamente mais um ente da federação com representatividade na câmara federal.

Lysias RODRIGUES (1947: 95) aponta que durante o Estado Novo o governo federal deu um largo passo criando os territórios federais. Para o autor, os governadores dos estados não se interessam por imensas regiões que estão em seu poder deixando-as abandonadas e sem qualquer assistência por parte desse ente federativo. Para o autor a solução está em transformar tais regiões em territórios federais, pois assim poderão ter *"o essencial, o imprescindível, isto é, um governante esclarecido e esforçado que se interesse pelos problemas vitais da região"*.

A idéia em torno dos territórios federais foi muito difundida e, apesar da imprecisão a respeito de suas funções, esse ente seria uma primeira base para um futuro estado. Quando o território federal tivesse condições próprias para se sustentar ele seria elevado à categoria de estado, mas antes disso era administrado diretamente pela União.

Com a Constituição de 1946 novas mudanças ocorreram nas fronteiras internas com a extinção dos territórios de Iguaçu e Ponta Porã. Os demais territórios federais que permaneceram vigentes, aos poucos foram convertidos em estados, com exceção a Fernando de Noronha que foi reanexado ao estado de Pernambuco em 1988. O território do Acre em 1962 foi elevado à

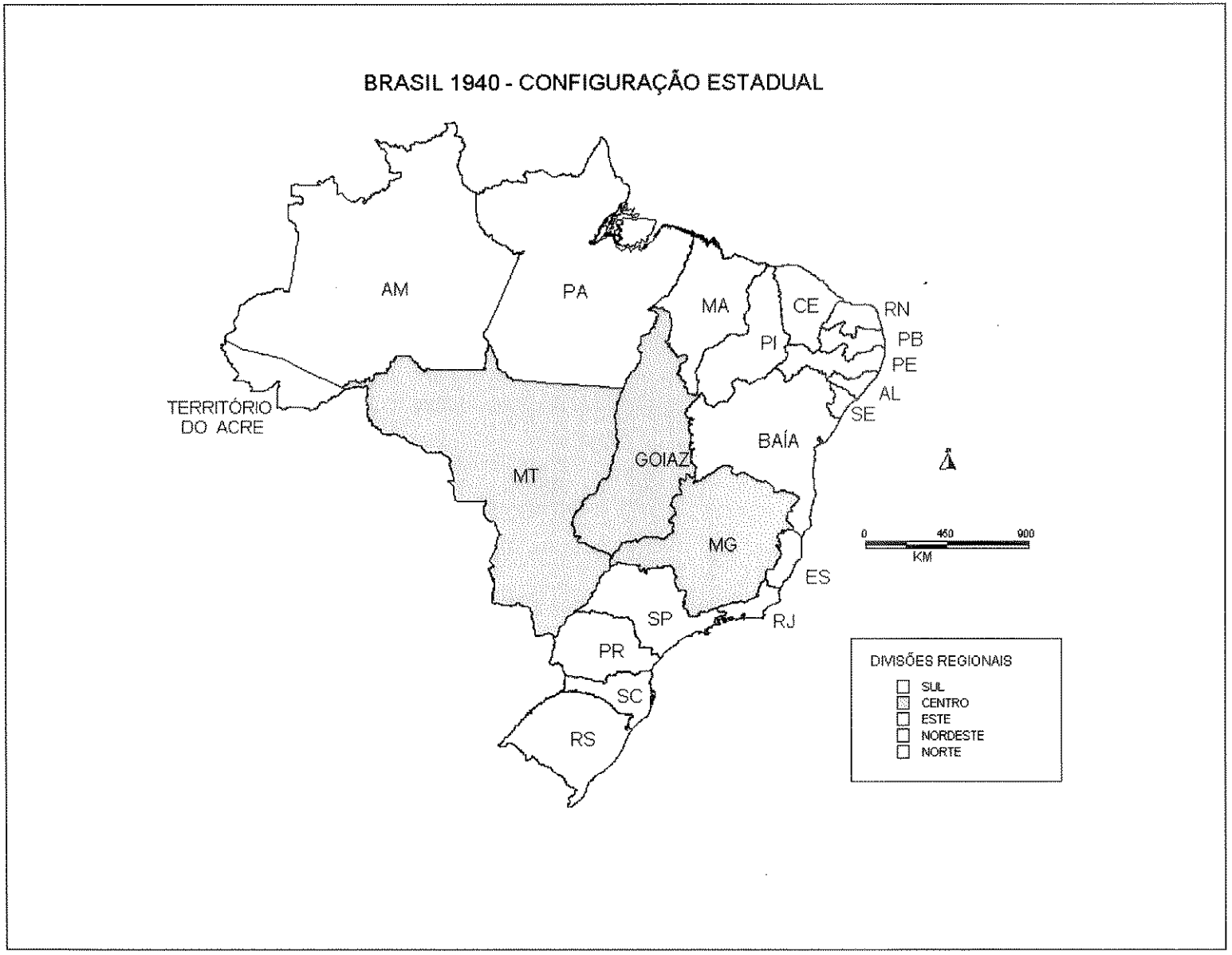
[12] Como esclarece ROCHA (1990) a aquisição do Acre esteve ligada à expansão da fronteira extrativa da seringa no momento em que a borracha na Amazônia era bastante representativa.

categoria de estado assim como ocorreu em 1981 com o território de Rondônia, antigo território do Guaporé. Na Constituição de 1988 os territórios federais de Roraima (antigo território do Rio Branco) e Amapá também passaram a ser estados marcando o fim da existência desse ente federativo a partir dessa Constituição.

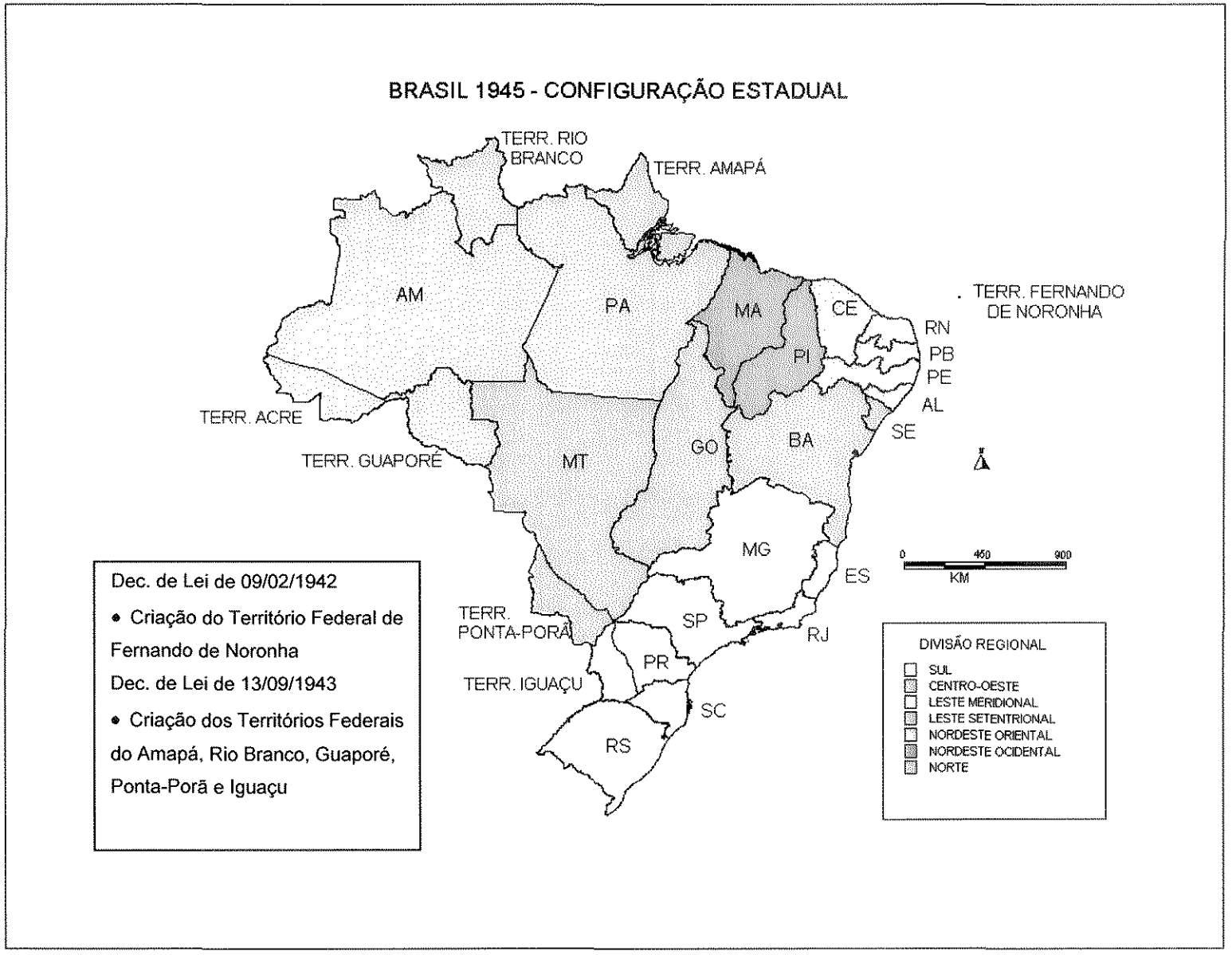
A criação de novos estados não se limitou àqueles que passaram pela experiência de territórios federais. Outros estados foram criados por desmembramento, como o estado da Guanabara em 1960, estado do Mato Grosso do Sul em 1977 e Tocantins em 1988, e outro por fusão, que ocorreu entre os estados do Rio de Janeiro e Guanabara em 1974 (PORTO, 2002).

Os mapas a seguir exibem as mudanças ocorridas nas fronteiras internas desde o início do século XX até 1988: a criação dos territórios federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Iguaçu, de Ponta Porã e de Fernando de Noronha; a extinção dos territórios federais de Ponta Porã e Iguaçu; a criação do estado da Guanabara; a elevação à categoria de estado ao Acre, Rondônia, Roraima e Amapá; a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro; a criação do estado do Mato Grosso do Sul; e a criação do estado do Tocantins.

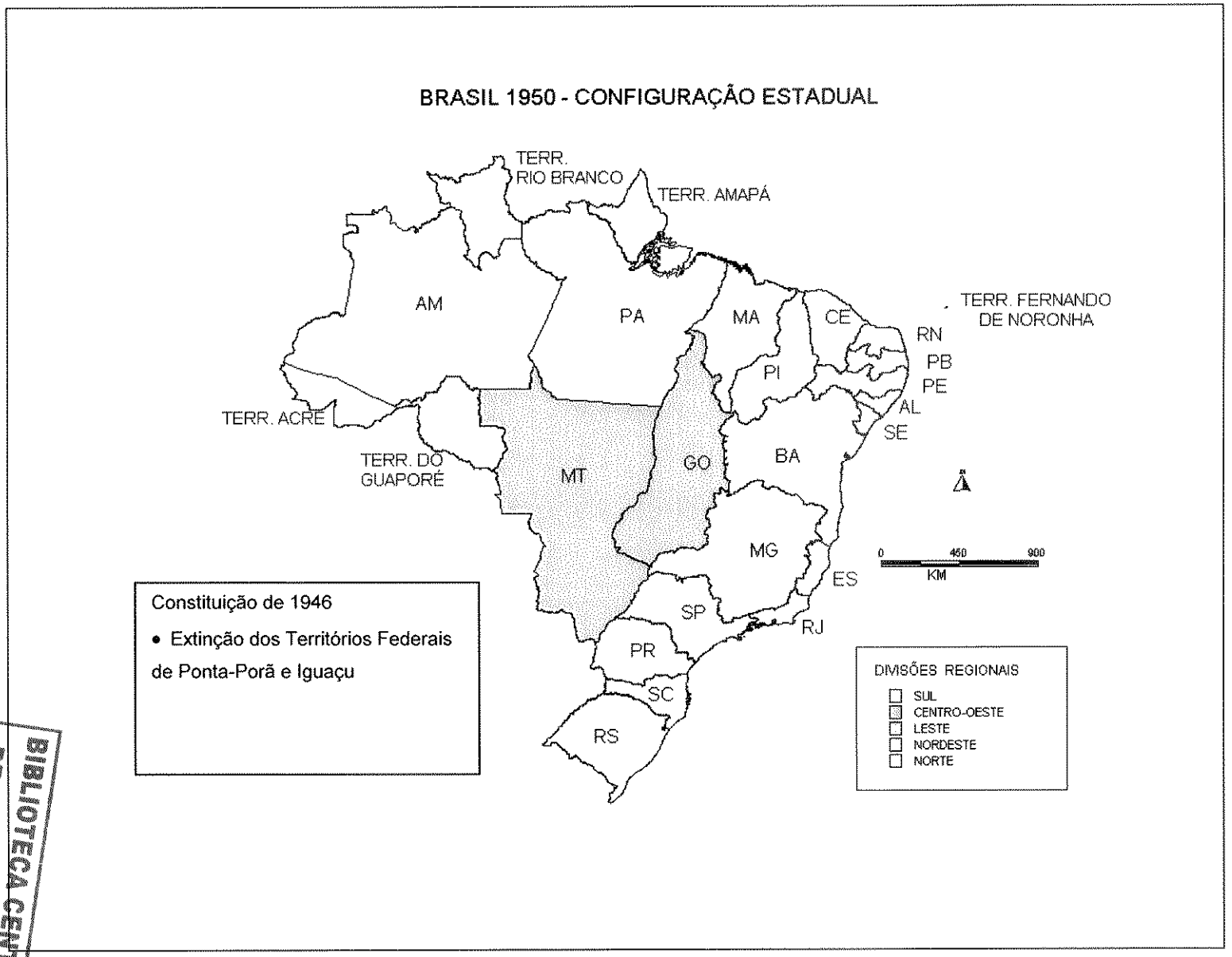
MAPA 5


BRASIL 1940 - CONFIGURAÇÃO ESTADUAL
AM
PA
MA
CE
RN
PI
PB
PE
AL
SE
TERRITÓRIO DO ACRE
BAÍA
MT
GOIAZ
MG
ES
SP
RJ
PR
SC
RS
0
450
900
KM
DIVISÕES REGIONAIS
SUL
CENTRO
ESTE
NORDESTE
NORTE

MAPA 6


BRASIL 1945 - CONFIGURAÇÃO ESTADUAL
TERR. RIO BRANCO
TERR. AMAPÁ
AM
PA
MA
CE
RN
PB
PE
AL
SE
PI
BA
GO
MT
MG
ES
RJ
SP
PR
SC
RS
TERR. ACRE
TERR. GUAPORÉ
TERR. PONTA-PORÃ
TERR. IGUAÇU
TERR. FERNANDO DE NORONHA
0 450 900
KM
Dec. de Lei de 09/02/1942
• Criação do Território Federal de Fernando de Noronha
Dec. de Lei de 13/09/1943
• Criação dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçu
DIVISÃO REGIONAL
SUL
CENTRO-OESTE
LESTE MERIDIONAL
LESTE SETENTRIONAL
NORDESTE ORIENTAL
NORDESTE OCIDENTAL
NORTE

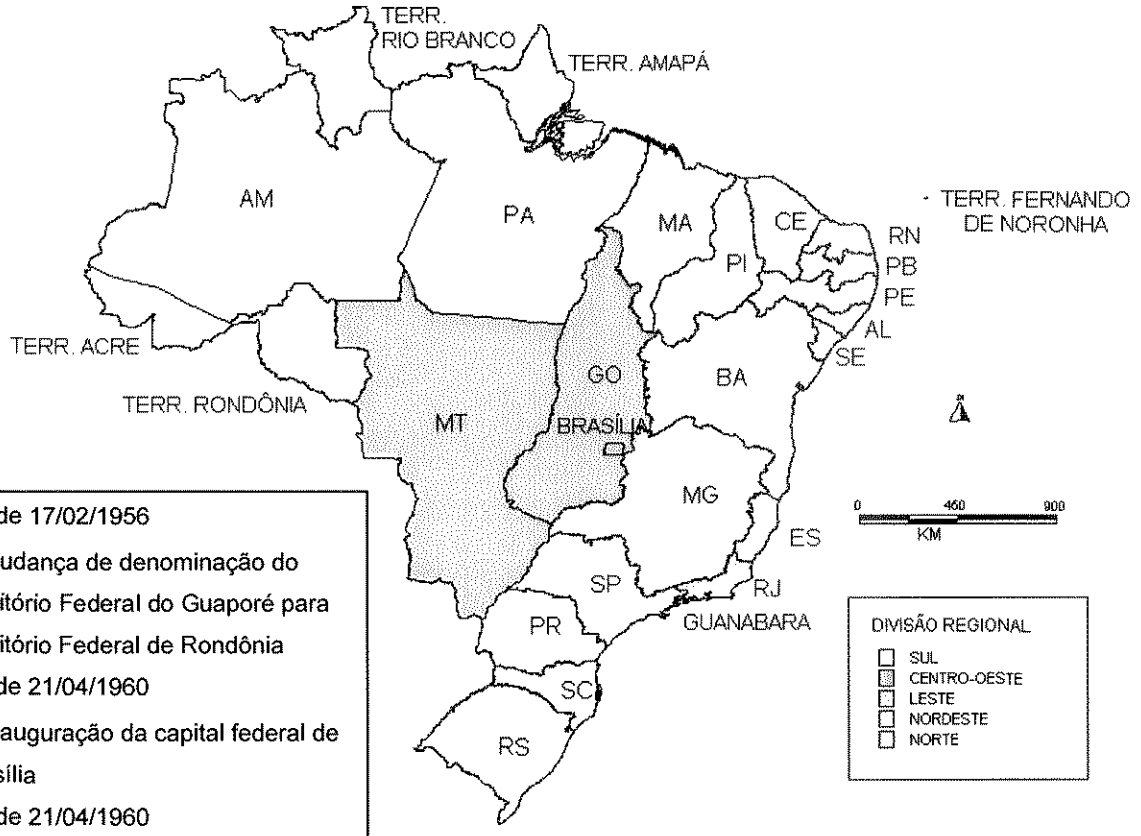
MAPA 7



BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

MAPA 8

BRASIL 1960 - CONFIGURAÇÃO ESTADUAL



Lei de 17/02/1956

- Mudança de denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia

Lei de 21/04/1960

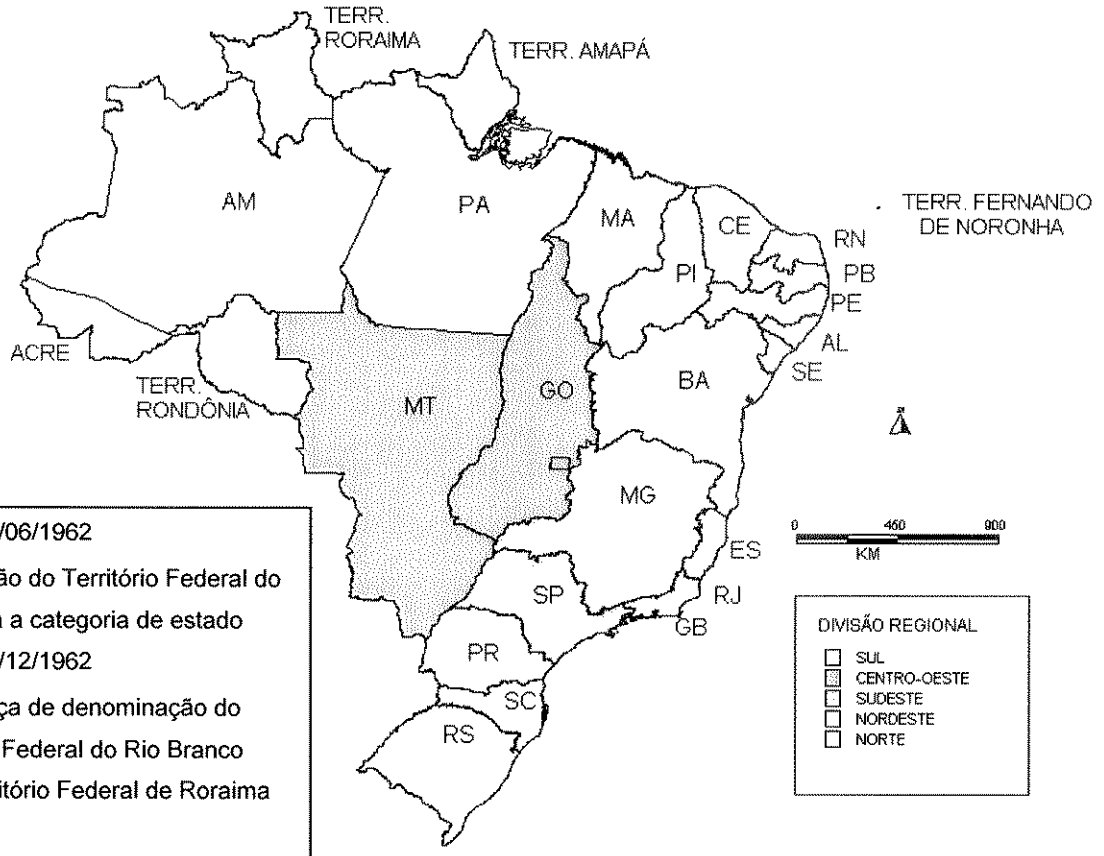
- Inauguração da capital federal de Brasília

Lei de 21/04/1960

- Criação do estado da Guanabara

MAPA 9

BRASIL 1970 - CONFIGURAÇÃO ESTADUAL



Lei de 15/06/1962

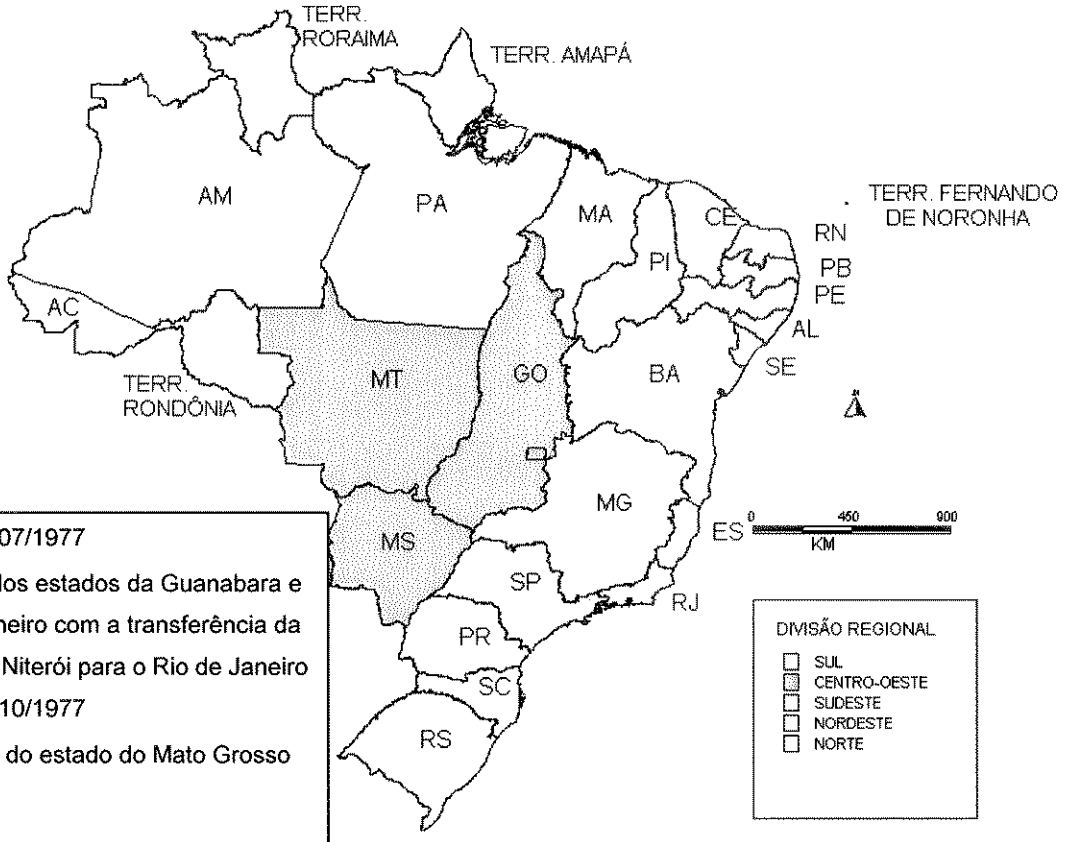
- Elevação do Território Federal do Acre para a categoria de estado

Lei de 13/12/1962

- Mudança de denominação do Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima

MAPA 10

BRASIL 1980 - CONFIGURAÇÃO ESTADUAL



Lei de 01/07/1977

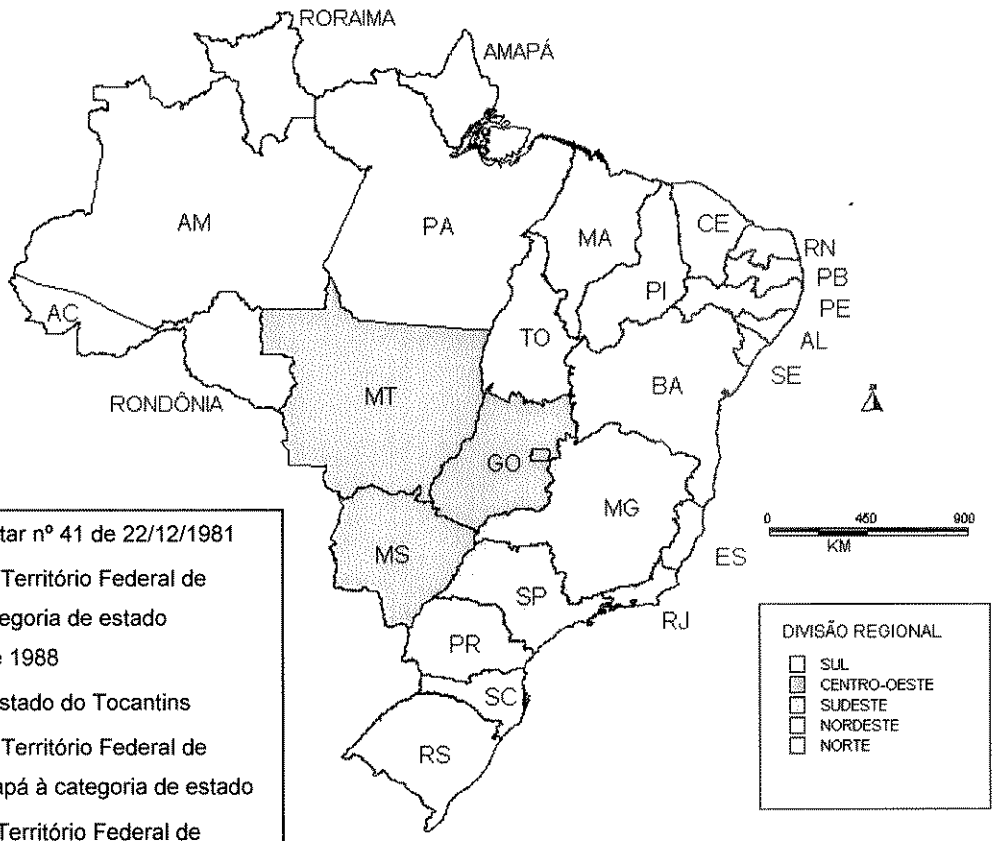
- Fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro com a transferência da capital de Niterói para o Rio de Janeiro

Lei de 11/10/1977

- Criação do estado do Mato Grosso do Sul

MAPA 11

BRASIL 1988 - CONFIGURAÇÃO ESTADUAL



Lei complementar nº 41 de 22/12/1981

- Elevação do Território Federal de Rondônia à categoria de estado Constituição de 1988
- Criação do estado do Tocantins
- Elevação do Território Federal de Roraima e Amapá à categoria de estado
- Extinção do Território Federal de Fernando de Noronha com anexação ao estado de Pernambuco como distrito federal

A análise desse tema durante o século XX mostra uma clara mudança no enfoque dado às propostas de redivisão. No início do século predominavam propostas de cunho nacional movidas pelo desejo de construir um país através de um Projeto Nacional. Já em fins do século XX, na Constituição de 1988, emergem propostas "regionais" – como Tocantins - sem a antiga preocupação com o todo nacional.

Na tabela nº 1 encontram-se listadas as propostas de redivisão territorial encaminhadas durante a Constituinte de 1988. Esses projetos de criação de novos estados foram conduzidos à discussão individualmente sem se atentar ao território nacional e suas necessidades de criação de novas fronteiras internas como um todo.

O processo que levou à criação do estado do Tocantins comprova que o debate sobre novas fronteiras internas deu-se de forma a favorecer determinados grupos ligados àquele subespaço específico. A maneira fragmentada de condução desse processo evidenciou uma brusca mudança no tratamento das questões nacionais. As manipulações políticas em favor da "região" configuraram-se num instrumento de sobreposição aos interesses nacionais.

Tanto as propostas de criação de novos estados quanto a aprovação do estado do Tocantins confirmam que durante a Constituinte de 1988 a totalidade do território não foi considerada. Ao invés de se propor um Projeto Nacional acompanhado das necessárias mudanças nas fronteiras internas, opta-se por buscar a solução de questões nacionais de modo fragmentado, ou seja, as mudanças propostas são para algumas regiões e não para o país como um todo.

TABELA 1 - EMENDAS OFERECIDAS À COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DURANTE A CONSTITUINTE DE 1988

PROPOSIÇÃO	AUTOR	Nº da emenda
Reincorpora a antiga comarca do Rio São Francisco ao estado de Pernambuco ou transforma a área em estado	Constituinte Carlos Cardinal	200003-2
Mantém o território de Fernando de Noronha como Território Federal	Constituinte Ruben Figueiró	200005-9
Criação do Estado do Cariri (CE)	Constituinte Furtado Leite	200009-1
Criação do Estado de São Francisco (municípios de MG e BA)	Deputado Humberto Souto	200015-6
Estabelece que enquanto não forem criados os estados de Roraima e Amapá os territórios serão administrados pela União	Constituinte Morazildo Cavalcanti	200034-2
Incorporação do Território de Fernando de Noronha ao estado de Pernambuco	Constituinte José Moura	200050-4
Criação do Estado do Juruá (municípios do AC e AM)	Senador Aluízio Bezerra	200131-4
Criação do Estado do Alto Juruá (municípios do AC e AM)	Senador Aluízio Bezerra	200132-2
Criação do Estado de Brasília*	Constituinte Aldo Arantes	200137-3
Transforma os atuais territórios do Amapá e Rondônia em estados, bem como cria o estado de Brasília	Constituinte Aldo Arantes	200149-7
Criação do Estado do Iguaçu (municípios do PR e SC)	Constituinte Jacy Scanagatta	200175-6
Criação do Estado do Tocantins (GO), de Santa Cruz (BA), do Triângulo (MG), do Maranhão do Sul (MA), de Juruá (AM) e do Tapajós (PA)	Constituinte Davi Alves Silva	200226-4
Incorporação do Território de Fernando de Noronha ao estado do Rio Grande do Norte	Deputada Wilma Maia	200405-4

*O estado de Brasília compreenderia o Distrito Federal, como município neutro, as cidades-satélites e os municípios circunvizinhos; o Distrito Federal abrangeria apenas a área do Plano Piloto.
Fonte: Emendas oferecidas à II Comissão da Organização do Estado, junho de 1987.

MORAES (2002: 150-151) observa que as propostas de redivisão apresentadas na Constituinte de 1988 não carregam uma lógica nacional. Sua origem, geralmente de elites locais, revela a busca por interesses isolados e segregacionistas:

"No caso das propostas dos estados de Santa Cruz (abarcando o sul da Bahia, principalmente) e do Triângulo (composto da região mineira do mesmo nome) o objetivo eleitoral comanda, manipulando a opinião pública local com base no mencionado 'corporativismo regional'. No caso da proposta dos estados de Tocantins (localizado no norte de Goiás) e do Maranhão do Sul, é o maior controle do monopólio da terra que anima seus autores, com o fortalecimento do aparato repressivo local. No caso da proposta do estado do Tapajós (no sul do Pará) é ao próprio Estado que interessa desvincular a área de mineração do governo estadual, aumentando seu controle sobre a exploração das reservas minerais".

É possível que a corrida empreendida para se criar novos estados na última Constituição tenha representado uma forma de captar mais recursos frente à precária situação em que a União havia se colocado. O discurso da falência do Estado, fazendo emergir a crise da Federação, provoca uma verdadeira guerra para atrair recursos e a criação de um novo estado pode ter sido encarada como um pretexto a essa intenção.

O que importa destacar em toda essa apresentação sobre a conformação das fronteiras internas no território brasileiro é que a preocupação com a divisão político-administrativa sempre esteve presente no processo de formação territorial, e o uso do território sempre acompanha e influencia mudanças nas fronteiras internas.

PARTE II - A FEDERAÇÃO BRASILEIRA E O SURGIMENTO DE UM NOVO FEDERALISMO

"É importante frisar que, em qualquer regionalismo, são os grupos que o conduzem os seus beneficiários e não a região como um todo"

Iná Elias de Castro, 1992

CAPÍTULO 4 - PRINCÍPIOS DO FEDERALISMO E AS BASES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA

As mudanças que ocorreram nas fronteiras internas do Brasil ao longo da história implicaram na formação de novos pactos territoriais reestruturando normas no âmbito de todo o Estado Nacional. Com isso, a Federação brasileira também sofre modificações, pois a redivisão territorial leva a uma nova configuração do poder. O federalismo deve ser entendido desde sua formação até sua forma atual, já que é a partir desse modelo de governo que novos pactos se formarão e implicarão em mudanças substanciais para toda a sociedade.

A necessidade de se assumir uma nova forma de governo que assegurasse a integridade do território fez com que fosse adotada a República Federativa no Brasil. O estado Federado norte-americano foi seguido como exemplo, entretanto, o processo para a adoção desse sistema e a própria forma de manifestação no território brasileiro se difere dos Estados Unidos. Apesar do "modelo" aqui seguido ser norte-americano, pode-se dizer cada Federação segue uma forma específica já que cada Estado constitui uma formação sócio-espacial (SANTOS, 1977) particular, historicamente produzida.

Os ideais a respeito do federalismo remontam a MONTESQUIEU (1993 [1748]) que, aprofundando suas reflexões sobre as formas de governo, encontra na República Federativa a possibilidade de administrar um extenso território sem adotar o despotismo:

"Assim, ao que parece, os homens acabariam tendo sempre de viver sob o governo de um só, se não tivessem descoberto um tipo de Constituição que possui todas as vantagens interiores do Governo Republicano e a força exterior da Monarquia. Falo da República Federativa" (MONTESQUIEU, 1993 [1748]: 151).

Ao aprofundar o estudo sobre federalismo, Montesquieu percebe uma distinção entre Federação e Confederação, mas não faz precisamente essa distinção. Cogita que numa Federação os membros não podem fazer alianças sem o consentimento dos outros e numa Confederação os membros conservavam cada qual sua soberania.

O período em que Montesquieu escreveu sua obra foi marcado pela expansão e conquista territorial de várias nações, o que explica sua preocupação com a segurança e a força defensiva dos Estados em geral. Para ele, como o "atacante" pode aparecer em qualquer parte, o "defensor"

deve-se mostrar também por toda parte, e esse tipo de República, a Federativa, é capaz de resistir à agressão externa, mantendo-se do mesmo tamanho.

Com base nos princípios formulados por Montesquieu para uma Federação e a concepção da divisão do poder em três esferas – Legislativo, Executivo e Judiciário[13] – fundou-se o Estado norte-americano. A idéia federal nasce na obra de Montesquieu, mas a adoção desse conceito como forma de organização instituída ocorre pela primeira vez na Constituição Americana de 1787.

A criação jurídica do Estado Federal norte-americano data da Declaração de Independência das colônias inglesas, bem como de sua desvinculação com a Inglaterra. A partir da Independência, os Estados – antigas colônias – se uniram e passaram a constituir uma Confederação[14], pois viviam como Estados livres e sabiam que precisavam se unir para a liberdade não ser ameaçada.

Na Constituição americana de 1787 o Estado Federal repousa nos tratados concluídos entre os Estados, pois as expressões *federal*, *Federação* e "Estado Federal" não surgem nenhuma vez no documento. Como ressalta BARACHO (1982) essa constituição não criou somente uma Federação, mas também um novo Estado, não apenas federal, mas também nacional. Os fundadores da Federação norte-americana puseram em prática a teoria de um governo soberano – no caso todos os estados eram soberanos - e de unir todo o povo em um só território através da organização federativa de distribuição de competências.

A primeira dificuldade a ser superada pelos americanos foi a questão da divisão da soberania. Eles tiveram que fixar deveres para que os diferentes Estados que formavam a União continuassem a se autogerir sem que toda a nação deixasse de formar um corpo único para poder prover as necessidades de ordem geral. O governo federal ficou com as necessidades mais gerais como guerra, paz, negociação e comércio exterior. Aos Estados couberam atribuições múltiplas e complicadas já que os objetivos almejados visavam manter a ordem interna e a prosperidade de cada ente.

---

[13] Para MONTESQUIEU (1993[1748]), todo homem que tem Poder é levado a abusar dele, por isso há necessidade de dividir o Poder, para que cada um freie o outro. Essa divisão de Poderes consiste em: Poder Legislativo, que faz as leis, corrige ou ab-roga as que estão feitas; o Poder Judiciário, que pune e julga os crimes, e; o Poder Executivo, que exerce as demais funções do Estado, administrando-o e executando as leis.

[14] A Confederação se distingue da Federação, pois os entes que a compõem possuem poderes iguais sem se submeterem a um poder central. Ou seja, os estados ou províncias que a compõem são soberanos, e como tal, podem retirar-se da mesma, tendo o chamado direito de secessão (ANDRADE & ANDRADE, 1999).

Uma questão importante a ser definida em uma Federação é o que se refere à distribuição de competências entre União e estados. Essa distribuição é feita na própria Constituição para não romper o equilíbrio federativo evitando deixar algum estado com centralização de poder. No Estado Federado não há apenas descentralização política, mas também descentralização administrativa para que não se estabeleça uma supremacia da União sobre as outras unidades federadas.

BARACHO (1982) analisa que na Federação norte-americana, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a crescente importância das relações exteriores, do comércio internacional e interestadual, e também da maior imposição de impostos federais, favoreceram a concentração de poder cada vez mais ampla na esfera do governo federal. Devido a esse encaminhamento, pode-se dizer, que os antigos Estados da Confederação norte-americana, em comum acordo, passaram a constituir uma Federação.

Desse modo, os estados passaram a seguir uma Constituição comum sendo que a soberania, antes pertencente a cada Estado, passou a pertencer à União. Os entes federados agora ficam sujeitos ao que dispõe a Constituição Federal, apesar de existir uma Constituição para cada estado. A integração dos entes garantiu sua participação na soberania da União, tendo o poder de influir sobre as decisões soberanas.

O Governo Nacional dos Estados Unidos, atualmente emprega seu controle sobre os estados. A esfera nacional passou a ter jurisdição sobre assuntos que antes eram dos estados, o que gerou o desenvolvimento de novas formas de colaboração entre o governo nacional e os próprios estados.

Sob esses aspectos é possível dizer que o Estado Federal norte-americano sofreu uma evolução baseada em duas etapas: a primeira deu origem ao *federalismo dualista* baseado na existência de dois campos de poder (federal e estadual) mutuamente exclusivos, mas reciprocamente limitados, pois deveriam permanecer nos seus respectivos limites. A segunda etapa emergiu para atender as exigências da sociedade moderna e contornar os problemas econômicos principalmente do pós-29. Planos nacionais como o New Deal, exigiam a extensão da intervenção do governo federal levando ao abandono do conceito de igualdade governamental como princípio fundamental da estrutura do federalismo americano (BARACHO, 1982).

A Federação brasileira apesar de ter adotado o Estado Federado norte-americano como modelo, seguiu bases bem distintas destas. O federalismo brasileiro se inicia devido à falta de

elementos que integrassem o território brasileiro - para afirmar sua integridade frente às Revoltas Separatistas - e também à falta de elementos que assegurassem às necessidades da elite - principalmente às necessidades de expansão das redes de fluxos requeridas pela elite cafeeira. O uso do território determinou a forma de governo a ser adotada.

Pode-se dizer que o federalismo brasileiro foi a solução política a duas questões eminentemente territoriais: os regionalismos; e a falta de redes físicas que integrassem o território para melhorar a comunicação entre as partes do Império. Era a questão central que se apresentava: como fazer as ordens circularem se não havia caminhos? O território se impôs como norma e como conseqüência, o Brasil adota a República Federativa como forma de governo.

Ainda durante a Monarquia foi iniciado uma espécie de "federalismo" para conter esses fatores que poderiam levar à desintegração territorial, mostrando que o Brasil já possuía características um pouco diferenciadas das outras monarquias conhecidas. A escassez de redes físicas no território brasileiro impunha uma mudança na estrutura monárquica para viabilizar o governo do extenso território. Aparentemente o Brasil era reconhecido como uma Monarquia, porém, internamente coexistiam outros poderes que aturdiam o modelo monárquico costumeiramente conhecido.

A centralização do poder, característica básica da Monarquia, pode ser mais bem discutida no Brasil se analisada a organização política presente no período Imperial. Como já exposto, as províncias que compunham o território possuíam presidentes designados pelo governo central. FAUSTO (2000) analisa que durante a reforma constitucional do período da Regência (1831-1840) foram criadas Assembléias Legislativas Provinciais que atribuía poderes às então províncias. Nessa reforma foi legislada a repartição de rendas entre o governo central, províncias e municípios, além de dar às Assembléias Legislativas Provinciais poderes como: fixar as despesas municiais e provinciais, e; lançar os impostos necessários ao atendimento dessas despesas, contanto que não prejudicassem as rendas a serem arrecadadas pelo governo central.

Essa foi a forma encontrada para administrar um vasto território, ou seja, levar o poder central a todas as províncias pois a escassez das redes de integração que à época se limitavam às estradas de terra e ao transporte de cabotagem, constituíam uma barreira a ser superada para a expansão do mercado interno que seria o motor da difusão do meio técnico a partir da década de 1930.

Alguns liberais já discutiam nos primeiros anos da regência a proposta de uma "Monarquia Federal", provavelmente porque fossem mais sensíveis aos apelos do território brasileiro. Não era pretendido seguir federações clássicas como a dos Estados Unidos ou Suíça, apenas era almejado um outro arranjo que concedesse às províncias poderes administrativos mais amplos que poderiam ser acomodados à Constituição de 1824 (MARTIN, 1991). O ato adicional de 1834 antecipa o federalismo ainda sob a Monarquia, pois admite autonomia financeira e administrativa das províncias. Mesmo não chegando a uma "monarquia federal", já existiam traços de federalismo no Império devido à autonomia exercida pelas Assembléias Legislativas Provinciais.

A organização do território sugere que a centralização do poder no Império era fictícia, pois fundava-se sobre a ampliação e consolidação das oligarquias regionais e provinciais, transferindo funções monárquicas para essas oligarquias (OLIVEIRA, 1995).

É possível dizer que o *coronelismo*[15] começou a ser gerado no Império, mas só atingiu a plenitude na Primeira República. Segundo DANTAS (1987), a estrutura de dominação adotada pelo Imperador favorecia a presença dos grandes proprietários rurais no mundo político institucional. Isso mantinha a autoridade do monarca em sua função de poder moderador, no entanto, seu compromisso com os senhores rurais tendeu a romper-se depois de decretada a abolição.

Cabe enfatizar que o território brasileiro era estruturado para atender às demandas de um país agro-exportador durante o Império, o que exigia a participação dessa elite emergente no governo.

Para OLIVEIRA (1995) a Federação foi a forma de governo encontrada para acolher as já constituídas oligarquias regionais e provinciais poderosas desde o Império. Diferentemente do federalismo norte-americano, o modelo brasileiro não necessitou de nenhuma aprovação pelos novos estados – antigas províncias do Império. Aqui, o federalismo se inicia quando o poder oligárquico regional e estadual já havia ocupado seu lugar.

Essa é outra característica que diferencia a Federação brasileira do modelo norte-americano. A Federação dos Estados Unidos foi resultado de um movimento *centrípeto*: as colônias se separaram da metrópole e se uniram em uma confederação e posteriormente em uma Federação.

[15] LEAL (1975: 20) expõe com propriedade todos os aspectos referentes ao *coronelismo* no Brasil. Para o autor, *coronelismo* é uma forma peculiar de manifestação do poder privado: "é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras"

No Brasil esse processo resultou de um movimento *centrífugo*, uma vez que o Império evoluiu para a formação de unidades autônomas, mas não independentes (ANDRADE & ANDRADE, 1999).

O governo nacional brasileiro precedeu às instâncias subnacionais desenhando um processo de centralização ministrado por regimes autoritários. SILVA & COSTA (1995) esclarecem que o poder central dispôs de mecanismos variados possibilitando impor "de cima para baixo" formas de organização e articulação de interesses que estavam imunes ao controle mais amplo da sociedade brasileira.

Carente de meios de integração, o Brasil não poderia adotar outra forma de governo que não fosse a federativa, dada à impossibilidade de se governar centralmente o vasto território. Do ponto de vista normativo, o governo central precede às instâncias subnacionais, mas garante às oligarquias regionais o atendimento às suas necessidades que muitas vezes se concentravam em investimentos no sistema de movimentos.

O Estado Federal brasileiro partiu de uma unidade com poder centralizado e distribuiu poder político entre as outras unidades federadas, sem eliminar seu poder. Com isso, cada uma dessas unidades recebeu uma parcela de poder político e a afirmação formal de sua individualidade passando de província para estado.

Em 1891, quando promulgada a Constituição Republicana, o Brasil passou a ser dividido em três governos: governo federal, governo estadual e governo municipal. O Estado federalista foi formado por vinte estados e estes poderiam, por vontade própria e por meio de eleições, se redividir em novos estados ou se juntar a outros. Com mandato de quatro anos, o presidente da República não podia se reeleger no período seguinte ao mandado exercido. Este tinha o comando do poder executivo, sendo que o poder legislativo era comandado por uma câmara de deputados – eleitos por três anos - e por um Senado. Cada estado possuía o mesmo número de senadores, mas o número de habitantes determinava o número de deputados do estado. Nessa Constituição foi proibido aos estados a manutenção do sistema monárquico ou a separação da Federação.

A principal fonte de recursos dos estados nesse novo regime era os impostos sobre exportação. A produção de café liderava as exportações brasileiras e dava a São Paulo grande vantagem frente aos outros estados. Para SANTOS & SILVEIRA (2001) além dessa posição de centro econômico do país, o estado de São Paulo estava sendo modernizado para obedecer à lógica de exportação. As linhas ferroviárias que se alastravam por todo o estado marcam a

motorização desse território com o início da hegemonia paulista e da integração parcial do território.

Durante o Império, muitas províncias recebiam recursos do governo central, mas com a Constituição Federal de 1891 a ajuda federal aos estados era feita somente em casos de calamidade pública. Para CARVALHO (1996:42) *"A justiça dos estados, como temiam os unitaristas, se mostrou mais vulnerável à influência dos caciques locais que a justiça centralizada. A garantia dos direitos civis, em vez de melhorar piorou"*.

A burguesia cafeeira dentro do novo regime busca se articular para garantir a hegemonia política através do Partido Republicano Paulista (PRP) e visualmente consegue deslocar parte do poder decisório para São Paulo. Com a Política dos Governadores[16] o vínculo entre as políticas federais e estaduais é acentuado o que garante a expansão das oligarquias nos vários estados. Segundo DANTAS (1987) é na esfera municipal que o coronelismo se desenvolvia como base de legitimação e poder das próprias oligarquias, fechando assim o circuito da estrutura de dominação.

Por causa das diferentes densidades técnicas presentes no território nacional, o princípio federativo de igualdade entre os entes não pode ser cumprido. SANTOS & SILVEIRA (2001) ponderam que a construção de estradas de ferro e o aparelhamento dos portos davam a algumas cidades formas de participação distintas no modo de produção capitalista. Minas Gerais e São Paulo concentravam a rede ferroviária pela qual era transportado o café até os portos conectados a essa rede. As demandas de eletricidade, a difusão dos bondes elétricos, da iluminação pública e das primeiras indústrias localizavam-se fundamentalmente nos estados do sudeste e sul e em Pernambuco.

A maior densidade técnica em determinados locais marca portanto, as profundas diferenças entre os estados da Federação. *"Criavam-se, então, as condições de formação do que é hoje a região polarizada do país. Foi um momento preliminar da integração territorial, dado por uma integração regional do sudeste e do sul"* (SANTOS & SILVEIRA, 2001:43).

[16] A Política dos Governadores propicia condições institucionais à hegemonia agro-exportadora. Segundo DANTAS (1987) as ações do Presidente da República asseguravam a continuidade da política estadual desde que houvesse apoio incondicional à política federal. Esse apoio garantia o progressivo fortalecimento das oligarquias nos estados, sendo que nos municípios eram os coronéis que se manifestavam mais fortes.

As mudanças de 1930 afetaram o pacto de dominação da Política dos Governadores, representando o fortalecimento do governo central. Isso fez ruir a Primeira República, e o Estado passou a ser governado por Vargas sob a forma de ditadura.

Para OLIVEIRA (1995), a Revolução de 30 trouxe o fim da "Federação oligárquica" pois com o mercado nacional, os estados já não legislavam nem sobre o comércio externo nem interno e os impostos nacionais ficaram com novas repartições públicas o que trouxe uma real centralização do poder federal.

Mesmo afetando o pacto de dominação através da centralização autoritária, os interventores nomeados após 1930 não possuíam propósitos revolucionários de transformar a ordem rural. DANTAS (1987) considera que sem suporte político-social para realizar reforma agrária os interventores se agregaram aos coronéis. Portanto, apesar do centralismo iniciado em 1930 o coronelismo persiste e, ainda que debilitado no controle da coerção ele continua sustentado pela exploração de sua honra amplamente reconhecida.

A história das Constituições do Brasil é a história da constitucionalização da centralização e descentralização – movimento de sístole e diástole como definiu Golbery do Couto e Silva. BARACHO (1982) analisa que a autonomia dos estados brasileiros, desde o início mais restrito que a consagrada pelas unidades federadas dos Estados Unidos, já delineava um federalismo centralizado dificultando os processos de descentralização. Nos Estados Unidos, apesar da influência do governo nacional em centralizar atividades numerosas, os estados e municípios não chegaram a perder sua importância como ocorrido no Brasil.

Nos períodos de centralização no poder executivo o caráter da Federação brasileira se dissipa e chega bem próximo ao regime unitário. Nos períodos de descentralização o federalismo se restaura, contudo mantém a relativa eficácia por não estabelecer com precisão a relação entre os entes e existir sobre uma base sócio-territorial extremamente desigual.

OLIVEIRA (1995:83) caracteriza o período pós-30 até os anos 50 como sendo o momento do declínio do modelo federativo brasileiro, pelo fato da própria União não ser apenas a soma dos estados, mas também representar um processo de predominância do econômico sobre o político. Além disso, o processo de concentração espacial da riqueza no país instaura *"um processo centrífugo de desintegração federativa"* pois não há Federação que resista às diferenças de renda existentes entre os estados brasileiros.

Na Constituição de 1988 ocorreu uma grande descentralização fiscal e tributária. COSTA (2004) enfatiza que essa Constituição fez do Brasil um dos únicos estados federados a incluir os municípios com autonomia legislativa e tributária. No entanto, o autor percebe que há distorções referentes aos princípios do federalismo: a distribuição de competências favorece a União, o que caracteriza maior centralização; e do ponto de vista fiscal e tributário a vantagem é dos estados e municípios mais representativos economicamente, marcando novamente desigualdades entre as partes da Federação.

CARDOZO (2004) também discute o processo de descentralização ocorrido a partir da última Constituição e conclui que apesar dos governos subnacionais terem assumido mais responsabilidades – antes pertencentes ao governo federal – suas estruturas de gastos estão inviabilizadas devido ao endividamento e ao ajuste fiscal imposto pela União.

Atualmente, os problemas relativos à Federação brasileira atingem um domínio superior à mera questão fiscal, amplamente divulgada. O *território como norma* (SANTOS, 1999), que exibe diferenciações espaciais e portanto, maior ou menor poder de ação, revela que a crise da Federação é muito mais ampla que o problema de repartição das receitas, muito discutido sob a forma de federalismo fiscal. O federalismo fiscal, ao se privar do território para elaborar planos, deixa de acolher especificidades negando justamente o mais notável na Federação brasileira: as desigualdades territoriais. A isso se soma o fato de a Federação estar direcionada para interesses externos inebriando o território com a guerra dos lugares, que distorce o fundamento primeiro do federalismo: a cooperação entre os entes.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

A difusão da ciência e das técnicas, principalmente das técnicas da informação, permitiu a construção de um sistema técnico de abrangência planetária onde os diversos pontos do mundo podem ser interligados. A existência desse novo sistema proporcionou o surgimento de um mercado global em que grandes empresas, fazendo uso desses novos recursos, agem por todos os lugares que lhes seja conveniente para melhor produzir e lucrar. Contudo, a instalação desses novos recursos tecnológicos e seu acesso são feitos pontualmente, de forma seletiva, o que causa desigualdades sócio-territoriais.

KREGEL (1996) alerta sobre a descrição ideológica costumeiramente feita a respeito da globalização financeira. No discurso, fala-se de um processo que leva à distribuição de renda global, à alocação mais eficiente dos recursos, a taxas de crescimento globais mais altas e a melhores padrões de vida tanto para países desenvolvidos como para os em desenvolvimento. Mas, esconde-se que para atender a esse discurso deveria ser eliminado o fator que movimenta o crescimento global: a desigualdade. Portanto, essa versão utópica esconde conflitos intrínsecos ao movimento atual e gera implicações significativas que devem ser relevadas.

Sobre a mesma visão ideológica SANTOS (2001) prefere tratar a globalização como sendo uma fábula repleta de discursos, insistentemente repetidos para torná-los verdade. A homogeneização do planeta, a morte do Estado, a ausência de fronteiras são exemplos de mitos espalhados por toda parte para compactuar com essa fábula que nos querem fazem crer.

A globalização pode ser explicada por diversos fatores ou recortes específicos que se deseje estudar. Na visão geográfica alguns elementos explicam a globalização. Segundo SANTOS (2001) a *unicidade técnica* adquirida principalmente pelas novas tecnologias da informação - o que assegura o funcionamento do mercado global bem como a existência da finança global - é um desses elementos. Outro elemento está na *convergência dos momentos* que possibilita o funcionamento do mercado em diversos lugares ao mesmo tempo e durante o tempo todo. Não se pode esquecer da seletividade que esse tipo de tecnologia gera: para alguns já é uma fluidez efetiva, para outros apenas fluidez potencial. É possível falar em um *motor único* desse período: a mais-valia universal. A partir de agora a produção atinge escala mundial, com empresas permeando todo o mundo e competindo entre si para aumentarem sua mais-valia. Além desses

fatores ocorre também a *cognoscibilidade do planeta*, ou seja, um conhecimento profundo de todos os lugares e o promissor futuro de cada vez mais criar novos materiais, produtos e objetos através dos progressos da ciência e da técnica.

Cabe ressaltar que as possibilidades geradas pelo progresso técnico são seletivas porque poucos agentes possuem acesso às novas tecnologias e estas se instalam em pontos determinados do território. Na medida em que as desigualdades são ampliadas intensifica-se a fragmentação sócio-territorial gerando pessoas e lugares extremamente isolados e outros mais atrelados às modernidades.

MASSEY (2000) chama de *geometria do poder* o posicionamento dos diferentes grupos sociais frente à compressão tempo-espaço. Alguns grupos são realmente responsáveis pela compressão de tempo-espaço e fazem uso disso gerando poder e influência, outros, entretanto, são aprisionados por ela:

"Não se trata simplesmente de uma questão de distribuição desigual, de que algumas pessoas movimentem-se mais do que outras e que alguns tenham mais controle de que outros. Trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compressão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros" (MASSEY, 2000: 180).

A fragmentação sócio-territorial que a globalização produz através da seletividade de seus investimentos deve ser mais bem estudada principalmente em países como o Brasil de organização federativa. Políticas liberalizantes preocupadas em atingir o equilíbrio macroeconômico desviam a atenção do Estado Nacional para outras questões, e isso, somado às desigualdades, faz com que as unidades da Federação travem uma disputa intensa por investimentos, conhecida como guerra fiscal, ou como será mais bem explicado como guerra dos lugares.

Não há morte do Estado mas um redirecionamento das políticas que se voltam quase que unicamente à estabilização e ajustes econômicos, ou seja, à regulação das incertezas a cerca de investimentos estrangeiros no país. Como detém o poder para regular essas atividades, o Estado ao invés de "desaparecer" se fortalece. Entretanto, esse enfoque debilita as políticas sociais já que a meta é manter o país economicamente estável a qualquer custo.

Desequilibrado por sua conduta de aceitação das imposições externas, que privilegia certos aspectos de interesse corporativo, o Estado Nacional não cumpre com os princípios federativos de união e reciprocidade entre os entes. E mesmo com a dificuldade de se definir universalmente o que seja um Estado Federado, o princípio de cooperação entre diferentes é essencial para se alcançar certo equilíbrio de todo o conjunto. Todavia, a Federação brasileira vem sendo marcada pela destruidora competição gerando cada vez mais disparidades sócio-territoriais.

A Federação caracteriza-se pela autonomia que os entes possuem. Cada estado e município são autônomos e portanto, seus regimentos internos são respeitados da mesma forma que existe uma Constituição Federal a ser seguida. O respeito à existência dos entes e de sua autonomia permite a coexistência da diferença, da diversidade na unidade de um território nacional. O pacto é o cimento da unidade nacional.

Como aborda CASTRO (1997: 34), *"O federalismo é, na realidade, uma engenharia política que tem por objetivo fundamental acomodar as tensões decorrentes da união contraditória de* ***diferenças*** *para formar uma* ***unidade****, ambas organizadas territorialmente"*.

No entanto, o princípio de unidade do federalismo – autonomia das partes com respeito e co-responsabilidade política para a manutenção de certo equilíbrio sócio-territorial – vem sendo ferido.

Aceitando o território como sendo somente *território normado*, ou seja, o território como receptor das normas, a definição supracitada retrata a base de qualquer Federação. Todavia, segundo SANTOS (1999) o território também é uma norma e por esse motivo "participa" no modo com que certas ações irão se manifestar no lugar. É por isso que as diferentes densidades técnicas e humanas deveriam ser consideradas na formulação do conceito de Federação. Do ponto de vista do *território normado* não há crise. A crise da Federação advém do território como norma que pode ou não abrigar espaços da globalização.

Na última década do século XX é retomada a discussão sobre federalismo e também sobre os movimentos de descentralização. Para AFFONSO (1999) essa retomada se deve: ao desmoronamento da "socialismo real"; à desestruturação do nacional-desenvolvimentismo; à crise do "Welfare State"; à globalização e o enfraquecimento do poder regulatório dos Estados; à emergência dos *regional states*[17]; e a reascensão do ideário liberal.

[17] Os *regional states* são espaços econômicos que se conectam com a economia internacionalizada.

Fazendo essa análise a partir do território, a retomada se deve aos novos usos impostos ao território pela política das empresas. Estas, produzindo sua própria divisão territorial do trabalho, reorganiza o território e exige nova regulação política que minimize os constrangimentos às suas ações. É por isso que surgem novas propostas de criação de estados: novo uso e nova organização exigem nova regulação política.

Para FIORI (1995) essa retomada permite aglutinar três versões distintas de sistemas federalistas. A primeira, o federalismo "progressivo" ou "construtivo", apareceria no processo de construção da Europa unificada, seguindo o modelo norte-americano de negociação de "baixo para cima". A segunda versão, o federalismo "defensivo" ou "perverso", estaria relacionado à tentativa de manter unido o território de países em processo de desintegração. Apareceria em sociedades multiétnicas que conseguiram manter suas unidades de forma autoritária ou imperial, mas hoje se desintegram sob o impacto das crises, como por exemplo, a ex-Iuguslávia, a Rússia e alguns países africanos.

O Brasil participaria de uma terceira versão, o federalismo "pragmático" ou "reativo", nascido nos anos 80 com um discurso antiautoritário e para a reforma constitucional. Nesse caso, o federalismo surge como sinônimo direto de descentralização e democratização. Contudo, nessa versão não se segue o princípio da solidariedade ou da repartição das responsabilidades governamentais. *"A forma em que se desenvolve a barganha ou negociação federativa parece obedecer ao jogo dos interesses imediatos e privados muito mais do que a qualquer princípio ou modelo constitucional"* (FIORI, 1995: 23).

Para AFFONSO (1999) o ressurgimento do federalismo no Brasil ocorreu simultaneamente ao processo de descentralização. Este foi impulsionado pela pressão em favor da democratização que reivindicava maior participação dos governos estaduais e municipais. A iniciativa descentralizadora partiu das esferas subnacionais que desde o final dos anos 70 tiveram sua participação aumentada nas despesas governamentais. Os estados conseguiram o repasse principalmente nos anos 80 quando se lutava pela descentralização. Os municípios, entretanto, tiveram na Constituição de 88 sua participação cristalizada.

A descentralização consiste num processo de redistribuição, seja de recursos, de responsabilidades, de competências, de atribuições. Em suma, consiste em redistribuir o poder político-econômico em cada formação específica que pode ser entre instâncias governamentais, entre poderes estatais e entre o Estado e a sociedade (AFFONSO, 1999; SILVA & COSTA,

1995). Porém, é necessário uma grande organização por parte de todos os entes federados para que não ocorra aumento de atribuições sem verbas, ou o contrário.

Segundo OLIVEIRA (1995), no Brasil, esse processo ocorreu de forma desorganizada tirando parte importante das receitas da União sem o correspondente aumento das responsabilidades dos estados e municípios. Em decorrência disso há uma certa irresponsabilidade no gasto das esferas subnacionais e a União faz críticas de lhes transferir os encargos correspondentes e procura reverter a divisão das verbas em seu favor.

De acordo com SILVA & COSTA (1995) o processo de descentralização aqui adotado segue as exigências de um modelo internacional que requer: a descentralização de atribuições e competências antes vinculadas ao governo central; a utilização de mecanismos de mercado visando introduzir elementos de competitividade; a redefinição do papel das esferas centrais de planejamento e gestão governamental; e a privatização de empresas estatais importantes. Muito distante do processo de democratização essas passos da descentralização voltam-se em grande parte às exigências do mercado.

Além disso, essas medidas descentralizadoras ao serem realizadas sobre uma base sócio-espacial e política tão heterogênea e também sob os frágeis pactos territoriais fizeram emergir a crise federativa.

Ao caracterizar a crise federativa AFFONSO (1995) aponta três pontos fundamentais desse conflito: a *horizontalização* da disputa, que consiste em conflitos entre municípios e estados na disputa por mais arrecadações; a *generalização* da crise que hoje alcança várias dimensões no âmbito do aparelho estatal e da representação política; e a forma como vem ocorrendo o processo de *descentralização*, ou seja, de forma desorganizada deixando diversas lacunas referentes à divisão de competências entre as três esferas de governo

A guerra fiscal, fruto da horizontalização do conflito, explica apenas parte do conflito entre os entes da Federação. Uma guerra muito mais ampla que essa de incentivos fiscais ocorre simultaneamente. Estados e municípios, optando por uma disputa mais fragmentadora e isolacionista, oferecem outros incentivos que se materializam no território para atrair os investimentos externos. A "compra" desses investimentos se dá de várias formas como, por exemplo, através da construção de escolas especializadas, de estradas, de obras de esgoto e saneamento, da melhoria nos transportes, dentre outros incentivos voltados exclusivamente para o uso da empresa a se instalar no local.

Os governos regionais e locais iniciam uma corrida para tornar o território mais funcional às necessidades de grandes empresas. A dinâmica local muda em função da empresa e esta, sem possuir relações com o lugar, pode optar repentinamente por uma nova localização se outros lugares lhe oferecerem melhores atrativos.

Essa guerra faz com que os lugares passem a ser caracterizados por determinados atributos que entram na contabilidade das empresas. Isso significa que os lugares se modificam tecnicamente e também modificam sua política para atrair novas empresas. A adaptação política se dá com a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais e trabalhistas. Mas também, os lugares procuram deixar seu território mais fluido, com aportes modernos para atender as demandas dessas empresas (SANTOS, 1997).

"É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos empreendimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida do valar, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam de fora do processo, mas também as demais empresas, excluídas das mesmas preferências" (SANTOS, 2002: 88).

A abertura das fronteiras nacionais é um fato nítido no processo de globalização, porém ao mesmo tempo ocorre o enrijecimento das fronteiras internas. Isto acontece quando os principais agentes controladores dos lugares desejam manipular a organização político-territorial para obter maior poder político sobre determinado espaço. Isso pode ser comprovado pela evolução na criação de municípios no Brasil – em 1950 eram 1.889 municípios e em 2001 chegaram a 5.561 (CATAIA, 2001) - e também pelas propostas de criação de novas unidades político-administrativas.

Partindo do pressuposto de que não existe Estado sem fronteira, assim como não existe Estado sem fronteiras internas, são as fronteiras que delimitam o processo político e é por isso que há o enrijecimento das fronteiras internas.

A criação de fronteiras internas significa uma outra distribuição do poder possibilitando o início de um novo projeto no lugar. É por isso que alguns agentes, utilizando o "discurso do desenvolvimento", reivindicam a autonomia política de um determinado subespaço, ou seja, pedem a criação de novos estados ou territórios federais para promover determinados objetivos.

Pela análise do território brasileiro é possível reconhecer mudanças na Federação brasileira. Um novo processo – novo federalismo – surge como resultado de ações desenhadas para atender ao projeto de integração ao mercado internacional. Abrigando políticas formuladas fora do território nacional, o Brasil foi sendo pontualmente ligado à economia internacional e modificando os lugares através dos novos modos de produção. Um novo ritmo comandado pelo mercado global aparece e origina no território espaços da globalização, ou seja, espaços onde o sistema de objetos e de ações é mais denso apresentando instrumentos que viabilizam a operacionalidade internacional.

Para ARAÚJO (2000) a forma como vem se dando a inserção internacional do Brasil prioriza o que a autora chama de *integração competitiva*, ou seja, as políticas se voltam à ampliação de investimentos nos focos dinâmicos do país alargando a já significativa desigualdade regional. Esse tipo de integração leva, na verdade, a uma *desintegração competitiva* da nação, pois os esforços se concentram em áreas específicas deixando o restante do território à margem de qualquer investimento.

A direção assumida ao modificar o território e acomodá-lo à divisão internacional do trabalho é a da operacionalidade, do pragmatismo. RUSSEL (1976) discorre que o conhecimento científico e a técnica advinda desse conhecimento afetam cada vez mais a vida diária, incluindo a economia e também a organização política[18]. Tal fato ocorre, pois a ciência e a técnica estão sendo movidas pela paixão ao poder que as organizações ambicionam. Isso faz com que as organizações se apoderem do conhecimento científico para com ele dirigir as atividades de grande parte da população, formulando assim, políticas de grande intervenção social. Essa filosofia utilitária eleva portanto, o poder dos responsáveis por fazer políticas públicas (aquelas que atingem a sociedade), ou seja, o poder estatal e poder das empresas.

Esse processo conduziu ao aprofundamento das diferenças regionais, fragmentando o território. A forma como se deu a entrada de novos sistemas técnicos permitiu iniciar a discussão sobre a existência de espaços luminosos e espaços opacos no território brasileiro (SANTOS &

[18] Podemos incluir na análise de Russel a variável *informação* que, juntamente com a ciência e a técnica formam o conjunto mais expressivo das características do atual período histórico que vivemos, intitulado por SANTOS (1999) de período técnico-científico e informacional.

SILVEIRA, 2001). Aqueles espaços onde se concentram mais densidades técnicas e informacionais são os espaços luminosos. Estes se tornaram mais aptos a atrair atividades modernas que exigem tais densidades. Os espaços opacos são justamente aqueles cuja densidade técnica é menor e, portanto, não recebem os investimentos que demandam maior conteúdo de tecnologia e informação.

Nos espaços tornados luminosos, a maioria das empresas que nele se instalam o utilizam como *recurso*[19] (GOTTMANN in SANTOS, 1997) – o que acontece atualmente no novo *front* agrícola – norte do Mato Grosso, sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia. Nesse caso, as empresas estão exigindo cada vez mais materialidades para retirar desse espaço seu lucro sem se preocupar com a vida de relações que ali existe. Entretanto, para a maioria da sociedade e das pequenas e médias empresas o território é seu *abrigo* e por isso anseiam por um sistema político que leve à cidadania.

Apesar de ter ocorrido uma intensa migração para o *front* agrícola, a população que lá se instala busca modificar todo o lugar em função de suas atividades e seus costumes, ou seja tratam o território como *recurso* solapando o caráter de *abrigo* presente nos moradores antigos. No Piauí, os migrantes gaúchos que chegam para investir na agricultura, criam uma nova cultura na região, com a presença de tratores e equipamentos agrícolas, imagem até então desconhecida dos piauienses. Habituados a receber cestas básicas durante os períodos de seca, os habitantes de Uruçuí (PI) passaram a conviver com revendedoras de tratores, de máquinas agrícolas e até supermercados.

Ao tratar do *front* no oeste da Bahia, HAESBAERT (1996: 381) discorre: *"Ao contrário dos baianos pobres que são obrigados a perder seus laços com a terra, o sulista classe média alta e muitos capitalistas tentam reterritorializar-se, transplantando para o nordeste a própria paisagem da região de origem, buscando construir e controlar novos territórios (municípios, por exemplo) ou, pelo menos, fazer alianças com as elites locais"*.

Espaços opacos e espaços luminosos pedem a criação de novas unidades político-administrativas. Mas todos alegam como justificativa à criação do novo estado o desenvolvimento que será alcançado com a nova unidade. Isso pode estar mostrando a

[19] GOTTMANN (*in* SANTOS, 1997) refere-se ao território como sendo *abrigo* e *recurso*. Ao longo da história ocorreu a dissociação dessas duas condições e, com a produção das redes, determinados pontos do território se tornaram equipados e modernos facilitando a ação de empresas hegemônicas. Esses pontos densamente tecnificados são locais de ação dessas empresas que passam a utilizar o território apenas como *recurso*, ou seja, aproveitando os aportes técnicos lá existentes para obter o máximo de lucro, sem se preocupar com a vida de relações do lugar.

insatisfação de grupos cujo uso do território é predominantemente um abrigo ou ainda a insatisfação daqueles cujo território é um recurso.

Podemos tomar como exemplo as propostas atuais de criação dos estados do Araguaia (MT) e de Minas do Norte (MG). No caso do Mato Grosso a área que pede nova divisão territorial insere-se no *front* agrícola marcado pela alta produtividade, conseqüência da modernização dos meios de produção. Já o norte de Minas Gerais, que também almeja um novo estado, é marcado pela pobreza e pela falta de investimentos privados e públicos, caracterizando-se como um espaço opaco.

As desigualdades sócio-territoriais e, portanto, as desigualdades entre os entes da Federação – entre estados e entre municípios –, emergem com mais intensidade nesse período histórico. Em outras fases, quando as diferenças também existiam, pactos políticos mantinham assegurados os interesses das oligarquias principalmente através da participação política no governo central. Atualmente, essas mesmas oligarquias, que mantém forte presença no cenário político, assistem ao aparecimento de novas elites que também reivindicam seu espaço de ação política.

O norte do estado do Maranhão por exemplo, destaca-se economicamente pela plantação de cana e algodão, mantendo sua oligarquia próxima à capital. Entretanto, desde a década de 70 o sul do estado vem modificando sua base produtiva e já se consagra como área de expansão da fronteira agrícola, destacando-se a cidade de Balsas, e também pela concentração de atividades siderúrgicas principalmente em Açailândia. Emerge uma nova elite empresarial ligada a outras atividades confrontando os interesses da elite do norte.

DULCI (2004: 237) retrata as elites como sendo *"categorias de indivíduos que se encontram em posição superior aos demais em qualquer área de atividade humana"*. São pessoas influentes na sua área de atuação: *"elas comandam seus campos de ação – ou seja, a política, o setor empresarial, as ciências e as artes etc. – porque possuem atributos especialmente valorizados para exercerem essa liderança"*. Tais atributos dependem da cultura de cada época. Hoje é o poder econômico que possui maior influência sobre a vida social.

O mesmo autor elucida que o domínio que as elites exercem se explica por elas serem uma minoria organizada sendo que todo o restante da sociedade são desorganizados, embora sejam maioria. Uma elite só é substituída por outra quando seu vigor e sua capacidade de comandar enfraquecem – por exemplo por mudanças econômicas, tecnológicas, culturais. Se a elite resistir

à mudança poderá ocorrer revoluções ou lutas civis, mas pode ocorrer uma adaptação à nova situação.

"(...) os possíveis antagonismos entre interesses tradicionais e emergentes cedem lugar a formas de composição pelas quais o sistema de poder se amplia, incorporando seletivamente novos setores e contemplando novos interesses" (DULCI, 2004: 238).

As condições geradas pelos progressos da ciência e da técnica, em conjunto com os incentivos governamentais, fizeram emergir uma nova elite empresarial ligada à exportação de produtos agrícolas. A constituição do *front* agrícola no Brasil se deu de forma integrada a sistemas técnicos complexos e modernizados para garantir a alta produtividade. As novas elites responsáveis por essa produção delinearam um movimento migratório para ocupar com a produção áreas antes periféricas.

CUNHA (2002) aponta que na década de 70 a região centro-oeste foi beneficiada pela "marcha modernizadora do oeste" o que provocou fluxos migratórios para as áreas mais promissoras. Essa modernização consistia na implantação de importantes empresas agroindustriais de capital nacional e internacional associada muitas vezes a investimentos estatais em infra-estrutura, incentivos fiscais, crédito subsidiado e atuação de órgãos oficiais de apoio.

Montava-se uma base de ação para os migrantes/empresários agrícolas expandirem suas atividades pelo território. O imperativo da exportação garantia recurso para a constituição de grandes monoculturas e à formação de uma nova elite. Contudo, a partir da segunda metade da década de 80 o volume dos fluxos migratórios diminuiu em decorrência da crise financeira estatal que reduziu os recursos destinados à colonização das fronteiras e à modernização da agricultura.

Mas durante essa mesma década as atividades agrícolas expandiram-se para áreas nordestinas. Os sulistas que já haviam acompanhado o movimento migratório para o centro-oeste agora também se dirigiram para os cerrados nordestinos: oeste da Bahia, sul do Piauí e sul do Maranhão.

"Atraídos pelas terras baratas em sua expansão capitalista (especialmente através do plantio de soja, viabilizado nos cerrados graças ao endividamento externo e aos investimentos biotecnológicos do Estado via EMBRAPA), esses novos pioneiros aproveitaram os incentivos fiscais da SUDENE e, com a queda dos subsídios da área da SUDECO, atingiram em cheio os cerrados nordestinos a partir do início dos anos 80" (HAESBAERT, 1996: 390).

Com o POLONORDESTE o governo promoveu ações públicas para desenvolver o setor agropecuário do *front*. O objetivo desse programa foi criar infra-estrutura e modernizar a produção agropecuária atingindo mais diretamente os médios e grandes proprietários de terras (ALVES, 2001). Esse programa ilustra os objetivos mais gerais dos demais projetos promovidos nessa área de expansão da fronteira agrícola.

O processo de modernização da agricultura e da expansão do *front* consolidou uma nova elite empresarial do campo com base na produção modernizada e altamente produtiva. Tais elites - formadas pelos agricultores mais capitalizados – reorganizaram os lugares onde instalaram suas bases produtivas transformando o anterior modo de produção e a solidariedade presente no lugar.

Sobre o lugar se impõe a solidariedade organizacional carregada de racionalidades de origens distantes. A solidariedade orgânica, que resulta das ações que emanam do lugar, é agora subalterna à coesão organizacional (SANTOS, 1999).

Outro fator que se combina à solidariedade organizacional é a presença de vetores que atingem o *front*. Esses vetores são produzidos tanto localmente quanto nacionalmente ou mundialmente: são as horizontalidades e verticalidades próprias (SANTOS, 1999). As horizontalidades representam uma união a partir da vida comum do lugar. Mas a tendência atual é a verticalização das relações que traz ordens de outros lugares. O lugar recebe portanto, ordens vindas de outros lugares, de racionalidades diferentes além de abrigar especificidades.

Em face às modernizações ocorridas no *front* a região se redefine e modifica mais rapidamente suas psicosfera e tecnosfera (SANTOS, 1999). A tecnosfera – formada por sistemas técnicos de diferentes idades - se transforma ao receber novos aportes técnicos. A psicosfera – que são os valores sociais formados por seus costumes e utopias – recebe uma nova carga de idéias quando o "fazer comum" se torna outro.

No *front* agrícola, a psicosfera pretérita se une às ideologias trazidas pela nova elite formando uma única esfera que abriga: o ideal elevado da sociedade que almeja a transformação política para o bem social – a *psicosfera profunda*; e as ideologias das elites cujo principal enfoque é o desenvolvimento e manutenção das atividades para garantir sua prosperidade – a *psicosfera superficial*.

A sociedade acolhe as ideologias trazidas pelas empresas por já terem sido arrebatadas por essa nova lógica e agora dependerem dela. Porém, as empresas não se submetem à utopia de uma

sociedade mais justa e usam o território como recurso agindo pontualmente sem levar em conta a totalidade do território.

O mercado, na figura das elites empresariais, demanda uma série de investimentos para dinamizar a produção o que gera pressões por obras de infra-estrutura e demais assessorias. Isso ocorre acompanhado de *regionalismos* que são expressões políticas de grupos da região mobilizados a favor de interesses específicos fazendo frente a outras regiões e até mesmo ao Estado. O regionalismo usa a identidade regional - símbolos, hábitos, história – para criar um conjunto de idéias e conceitos reforçando a unidade da região (CASTRO, 1992).

O *regionalismo* exige maior força política para direcionar fluxos de recursos visando preservar ou obter condições mais vantajosas aos setores nos quais as elites estão envolvidas. Essa ação territorializada, de demandas claras, é a base dos projetos que hoje pedem a criação de novas unidades político-administrativas. O uso do regionalismo e da ideologia do desenvolvimento é feito pelos agentes que desejam a redivisão para manipular opiniões a favor do que mais lhes interessa: um novo ente da Federação com poder de regulação regional.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

PARTE III – UM OUTRO RECORTE TERRITORIAL: PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS

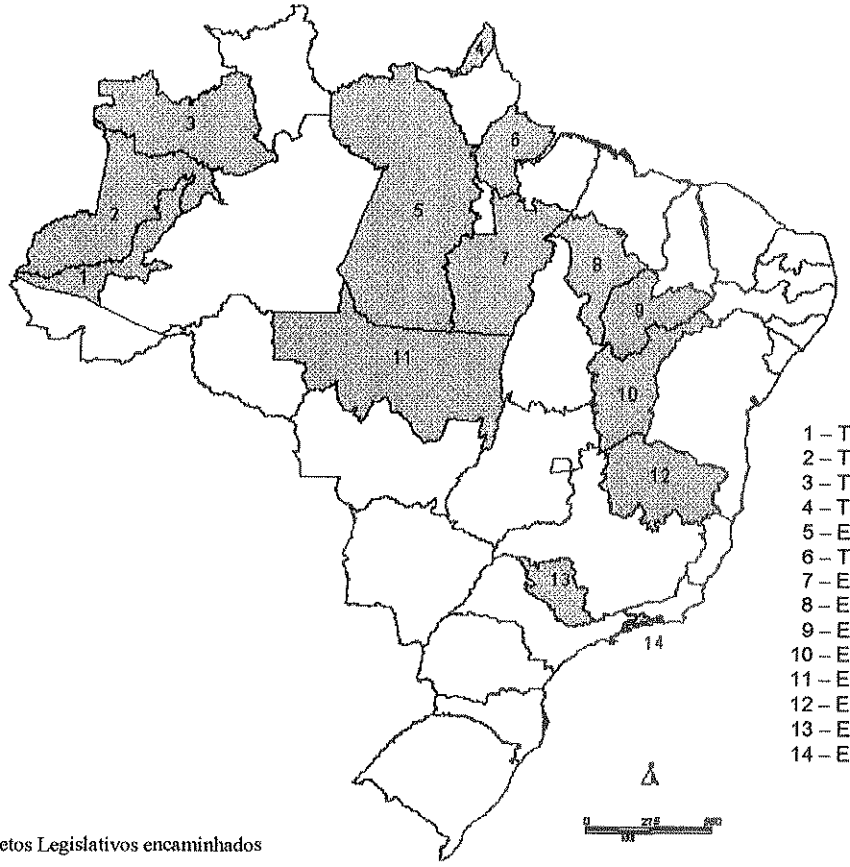
"Limites administrativos devem ser considerados como uma condição de realização de objetivos a alcançar pela sociedade. Como os objetivos sociais estão sempre mudando, os limites administrativos não podem ser rígidos. Aqui o caso é freqüente, com a criação de novos municípios, territórios e estados, embora os objetivos perseguidos sejam quase sempre parciais"

Milton Santos, 2002

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional quatorze propostas de redivisão político-administrativa - territórios federais ou estados - conforme mostra o mapa a seguir. São elas: território do Solimões, território do Juruá, território do Rio Negro, território do Oiapoque, território do Marajó, estado do Tapajós, estado do Carajás, estado do Araguaia, estado do Maranhão do Sul, estado de Gurguéia, estado do Rio São Francisco, estado de Minas do Norte, estado da Guanabara e estado de São Paulo do Leste.

MAPA 12

Brasil 2005 – Fragmentação do Território: propostas de criação de novos estados e territórios federais



1 – Território do Juruá
2 – Território do Solimões
3 – Território do Rio Negro
4 – Território do Oiapoque
5 – Estado do Tapajós
6 – Território do Marajó
7 – Estado do Carajás
8 – Estado do Maranhão do sul
9 – Estado de Gurguéia
10 – Estado do Rio São Francisco
11 – Estado do Araguaia
12 – Estado de Minas do Norte
13 – Estado de São Paulo do Leste
14 – Estado da Guanabara

Fonte: Projetos de Decretos Legislativos encaminhados ao Congresso Nacional
Elaboração: Rita de Cássia Nonato

Em trabalho de 2002 (NONATO, 2002) foi possível concluir que as justificativas para a criação de novos estados e territórios federais prendiam-se basicamente a quatro elementos: a) ao tamanho do território e a dificuldade de administrar estas vastas áreas; b) ao desenvolvimento que o desmembramento traria às regiões que se sentem "abandonadas" pelos poderes estadual e federal; c) à nova representação política que o lugar passaria a ter, pois o desenvolvimento já atingido torna-o merecedor de um novo *status* político; d) à questão militar de defesa de fronteiras.

Além das propostas apresentadas no mapa n°12 há outras duas propostas de criação de novos estados cujo trâmite não está claramente definido e por esse motivo não foram mapeadas: proposta de criação do estado do Triângulo e proposta de criação do estado do Planalto. O estado do Triângulo, que dividiria parte do estado de Minas Gerais, foi amplamente difundido durante a constituinte de 1988 e atualmente está na lista dos projetos atuais de criação de novos estados apresentada pela Frente Parlamentar de Redivisão Territorial[20]. No entanto, não há movimentação deste projeto deste 1990, ano de requerimento do plebiscito através do ADL 00002/1990. Há registros de pedidos de criação do estado do Triângulo datando de 1988 (projeto feito pelo deputado federal Chico Humberto), de 1989 (apresentado pelo deputado federal Luiz Alberto Rodrigues) e de 1991 (do deputado federal Zaire Rezende), todos arquivados definitivamente.

A proposta de criação do estado do Planalto foi feita pelo ex-Senador Francisco Escórcio em 2002. Apesar da última movimentação datar do final de 2004, o projeto está incompleto não apresentando os nomes dos municípios a serem desmembrados. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* de 25 de maio de 2003, Francisco Escórcio revela que o estado do Planalto seria composto pela maior parte das cidades satélites, além de 20 municípios de Goiás e 2 municípios de Minas Gerais. Mas pela falta de documentos que comprovem quais municípios fariam parte do "estado do Planalto" esta proposta não pôde ser mapeada.

A maioria dos processos encaminhados ao Congresso Nacional propondo nova redivisão territorial tramita nas Comissões da Câmara dos Deputados, onde a proposta é julgada. Os projetos são analisados conforme a constitucionalidade, a técnica legislativa e o mérito.

[20] As propostas de criação de novas unidades político-administrativas divulgadas pela Frente Parlamentar de Redivisão Territorial são: estado do Tapajós, estado do Solimões, estado do Carajás, território federal do Oiapoque, estado do Maranhão do Sul, estado do Araguaia, estado do Planalto Central, estado do Mato Grosso do Norte, estado do Rio São Francisco, estado do Gurguéia, estado do Triângulo, estado de São Paulo do Leste, estado de Minas do Norte e estado da Guanabara. A composição da Frente Parlamentar é apresentada no capítulo 9.

Primeiramente é analisado se o projeto segue os princípios da Constituição, depois, se o projeto se encaixa nas normas de elaboração legislativa e por último é analisada a relevância – mérito - da proposta segundo o relator da Comissão. A proposta de criação do estado de São Paulo do Leste, por exemplo, foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no mérito. Apesar disso o processo continua ativo pois o autor pode entrar com recurso para que a proposta seja novamente analisada.

A proposta do estado do Carajás e do estado do Tapajós são as propostas mais adiantadas no longo trâmite que todas devem percorrer até serem aprovadas. A proposta do Tapajós foi aprovada no Senado em 2000 e atualmente espera a decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para entrar na pauta do Plenário. Carajás abriu um processo de requerimento de urgência em maio de 2004 para entrar na pauta do Plenário, ser votada e iniciar o trâmite no Senado[21]. Na tabela nº 2 é possível verificar o encaminhamento dado a cada uma das propostas de redivisão territorial apresentadas no Congresso Nacional.

[21] No dia 3 de março de 2005 os deputados Ronaldo Dimas (PSDB-TO), Zequinha Marinho (PSC-PA), Zé Lima (PP-PA) e Sebastião Madeira solicitaram ao presidente da Câmara Severino Cavalcanti urgência na inclusão de projetos de redivisão territorial na pauta de votações da Casa.

TABELA 2 – SITUAÇÃO ATUAL DAS PROPOSTAS DE REDIVISÃO TERRITORIAL

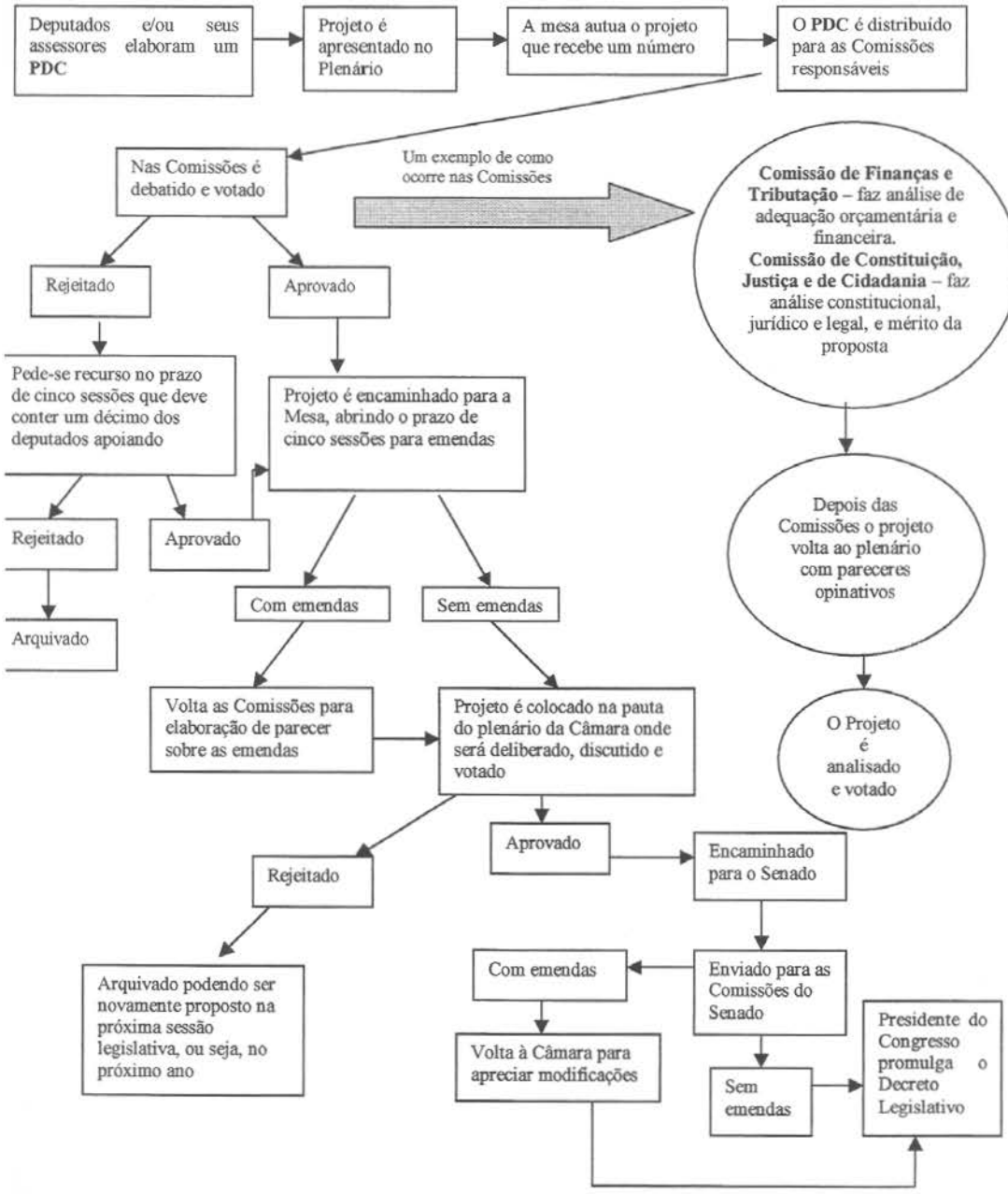
Proposta de Criação de Novos Estados e Territórios Federais	Autor do Projeto	N° do Processo	Projetos Apensados	Situação*
Estado do Tapajós (PA)	Dep. Hilário Coimbra (PTB-PA)	PDC 120/1991	PDC 585/2000; PDC 731/2000	Ativa – MESA
Estado do Carajás (PA)	Dep. Giovanni Queiroz (PDT-PA)	PDC 159/1992 – REQ – 1800/2004**		Ativa – Pronta para o Plenário
Estado do Gurguéia (PI)	Dep. Paes Landim (PFL-PI)	PDC 439/1994		Ativa - CFT
Território Federal de Fernando de Noronha (PE)	Dep. Fernando Gabeira (PT-RJ)	PDC 376/1997		Arquivado em 23/10/2002
Estado do Rio São Francisco (BA)	Dep. Luiz Gonzaga Patriota (PSB-PE)	PDC 631/1998	PDC 384/2003	Ativa – Aprovado pela CCJR e CFT; Encaminhada para CCP.
Estado do Sul do Rio Grande do Sul (RS)	Dep. Caio Riela (PTB-RS)	PDC 279/1999		Arquivado em 31/01/2003
Território Federal do Solimões; do Rio Negro e do Juruá (AM)	Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)	PDC 725/2000	PDC 495/2000; PDC 584/2000; PDC 585/2000; PDC 586/2000	Ativa – Aprovado pela CAINDR; Rejeitado pela CFT.
Estado do Araguaia (MT)	Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)	PDC 850/2001	PDC 49/2003; PDC 495/2003	Ativa – CCJC
Estado do Maranhão do Sul (MA)	Dep. Sebastião Madeira (PSDB-MA)	PDC 947/2001		Ativa – Aprovado pela CCJC; Encaminhado para CCP.
Território Federal do Oiapoque (AP)	Senador Sebastião Rocha (PDT-AP)	PDC 1097/2001		Ativa – CCJC
Estado do Juruá (AM-AC)	Dep. José Aleksandro (PSL-AC)	PDC 1088/2001		Arquivado em 31/01/2003
Estado de São Paulo do Sul (SP)	Dep Kincas Mattos (PSB-SP)	PDC 1571/2001		Arquivado em 31/01/2003
Estado de São Paulo do Leste (SP)	Dep. Bispo Wanderval (PL-SP)	PDC 1693/2002		Ativa – Rejeitado pela CCJC; Encaminhado para CCP.
Estado de Minas do Norte (MG)	Dep. Romeu Queiroz (PTB-	PDC 2095/2002		Ativa – Rejeitado pela CCJC; Encaminhado

	MG)			para CCP.
Território Federal do Marajó (PA)	Dep. Benedito Dias (PPB-AP)	PDC 1662/2002		Ativa – A MESA devolveu ao autor
Estado da Guanabara	Dep. José Divino (PMDB-RJ)	PDC 295/2003		Ativa - Encaminhado para CCJC

* Proposta encaminhado para **MESA** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ou em tramitação nas comissões: **CFT** – Comissão de Finanças e Tributação; **CAINDR**- Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; **CCJC** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; **CCP** – Coordenação de Comissões Permanentes .
**Transformado em Requerimento (REQ) de urgência, em 06/05/2004, para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo.
Fonte: Projetos de Decretos Legislativos apresentados ao Senado e à Câmara dos Deputados

O trâmite dos projetos no Congresso Nacional segue os passos mostrados no fluxograma a seguir. Se a proposta foi feita por um deputado ela parte da Câmara dos Deputados e após todo o trâmite ela faz o mesmo percurso no Senado. Já se a proposta foi feita por um Senador, o trâmite se inicia no Senado Federal mas, para ser aprovado, o projeto deverá passar pela Câmara dos deputados.

TRAMITAÇÃO DE UM PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDC)



A aprovação, na Câmara e no Senado, é para a realização de um plebiscito consultando a população não somente da região a ser desmembrada, mas de todo o estado afetado. Alguns políticos buscam a aprovação do Projeto de Lei PL 758/2003 que altera a redação da Constituição para que no desmembramento de estados e territórios a população a ser consultada seja somente aquela diretamente afetada pela divisão, ou seja, aquela residente na área a ser desmembrada. Se o resultado do plebiscito for favorável, compete ao Congresso Nacional a aprovação de uma lei complementar para que efetivamente o estado possa se desmembrar. Cada estado novo tem direito a no mínimo 24 deputados estaduais, 8 deputados federais e 3 senadores.

A análise das propostas indica que outros aspectos podem estar motivando a criação de novas fronteiras, além das quatro proposições sempre declaradas: extensão territorial; desenvolvimento, nova representação política e defesa das fronteiras. A *ideologia do desenvolvimento* parece ser utilizada para esconder os reais motivos para uma nova divisão territorial que pode estar relacionada, por exemplo, à promoção individual do político envolvido ou a aceleração da exploração de um determinado bem no subespaço em questão.

Assim como já exemplificado com a criação do Tocantins, SANTOS (2002a: 105) também discorre, *"criar um município, por exemplo, pode atender a interesses eleitorais (ocasionais) de um partido ou a interesses financeiros de um grupo. O mesmo se pode dizer em relação ao surgimento de novos Estados e territórios"*.

ROCHA (2000: 4) discute a redivisão do estado do Pará – criação do estado do Tapajós e estado do Carajás – e pondera que a crise fiscal da década de 80 retraiu as políticas publicas regionais e a ação planejadora governamental devido a ineficácia no controle inflacionário por parte do Estado. Nesse contexto, ocorre um reordenamento dos sistemas hegemônicos locais implicando na construção de novas alianças: *"(...) a emancipação, a rigor, vem a se constituir um pretexto, tanto como forma de captação de recursos (...) quanto a possibilidade de construção de canais legais de legitimidade da apropriação dos recursos territoriais por essas mesmas elites"*.

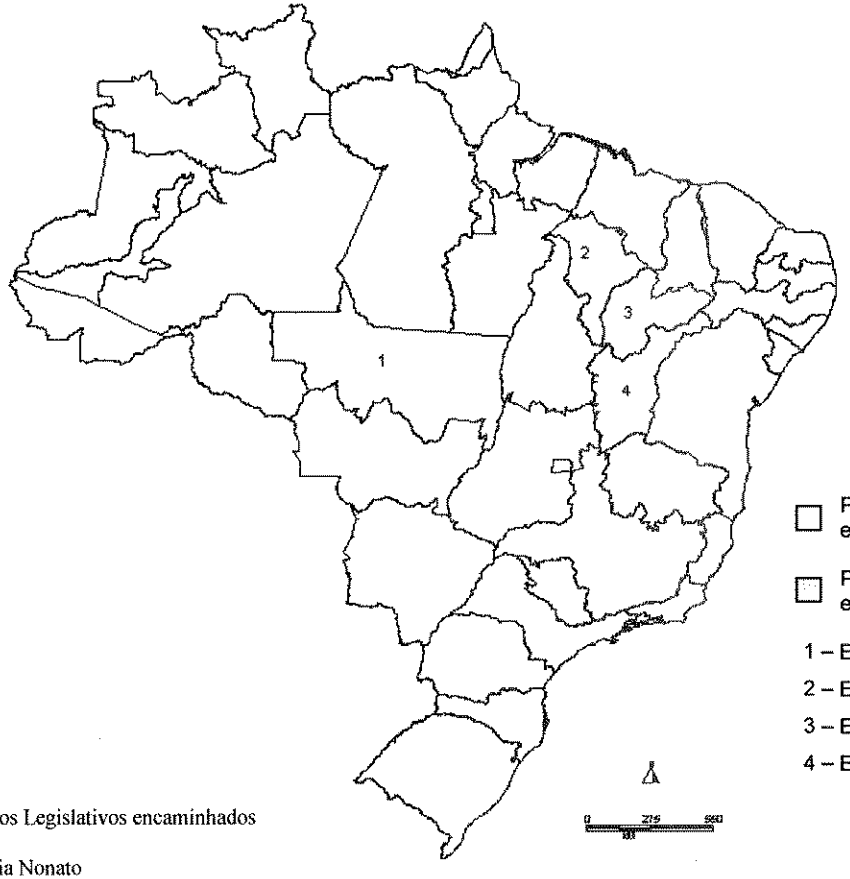
Analisando a composição do movimento Pró-estado do Tapajós, DUTRA (1999) conclui que os principais agentes que fazem esse movimento são considerados "novas elites". Esses agentes pretendem a construção de condições mais vantajosas às suas atividades, visto que, em relação à Belém eles se encontram em desvantagem.

Mas, devido às particularidades de cada proposta, a análise aprofundada de cada uma certamente levaria a um grande número de proposições as quais elas estariam vinculadas.

Portanto, tendo em vista nossa hipótese inicial que pretende averiguar se as propostas de criação de novos estados localizadas em áreas de modernização agrícola objetivam maior poder de regulação para os agentes ligados à expansão das atividades do *front*, nossa análise terá como enfoque as propostas do estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e do Rio São Francisco (ver mapa nº 13).

MAPA 13

Propostas de criação de novos estados no *front* agrícola



Propostas de criação de novos estados e territórios federais

Propostas de criação de novos estados no *front* agrícola

1 – Estado do Araguaia
2 – Estado do Maranhão do sul
3 – Estado de Gurguéia
4 – Estado do Rio São Francisco

Fonte: Projetos de Decretos Legislativos encaminhados ao Congresso Nacional
Elaboração: Rita de Cássia Nonato

CAPÍTULO 8 - A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO *FRONT*: NORTE DO MATO GROSSO, SUL DO MARANHÃO, SUL DO PIAUÍ E OESTE DA BAHIA

No cerrado mato-grossense, no Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Oeste da Bahia, a inserção de novas culturas e técnicas de cultivo começa em fins dos anos 70 e início da década 80. No Nordeste, a área das grandes plantações é considerada uma "nova fronteira agrícola" devido à expansão da soja do Centro-Oeste para o Nordeste. Mas tanto no Centro-Oeste quanto no Nordeste, as terras baratas, as linhas especiais de crédito criadas pelo governo e as condições naturais favoráveis para o plantio da soja atraíram investidores de outros estados.

BERNARDES (1996), ao analisar as mudanças ocorridas na produção agrícola do estado do Mato Grosso, mostra que a soja suplanta aos poucos o cultivo de arroz de sequeiro, as lavouras de subsistência, a pecuária extensiva e o espaço vazio, ou quase vazio:

"Tratava-se de uma conquista do espaço, cujo conteúdo anterior seria aniquilado. Os instrumentos e mecanismos dessa conquista, que culmina na produção de um complexo agroindustrial em uma zona pioneira, têm como ponto de partida empresários experientes do Sul do país, que ampliam um nível tecnológico elevado, empenhados na construção de uma nova ordem econômica e social, não tardando a deslizar a fronteira da soja um pouco mais para o interior" (BERNARDES, 1996: 331).

DINIZ (1982) que estudou as transformações ocorridas na porção centro-ocidental da região Nordeste – Sul do Maranhão e Piauí e oeste da Bahia – esclarece que o povoamento dessa área é bastante antigo: iniciou-se com fazendas de gado no sertão do São Francisco que se expandiram até o Maranhão. Mas mesmo sendo uma região já povoada – escassamente povoada - as grandes levas de migrantes assistidas a partir de 1970 afrontaram o então êxodo constante[22] e superaram a taxa de saída.

Além disso, o autor retrata que a evolução da população urbana dessa região no período de 1970-1980 se deu com altas taxas de crescimento. Ela alcançou uma média de 81%, índice superior a taxa de crescimento do Nordeste (49,9%) e do Brasil (55%). Contudo, o crescimento

[22] Essa área se caracterizava pela emigração devido: as frentes de expansão agrícola em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o parque industrial do sudeste, os garimpos do Pará e a expansão de Brasília. (DINIZ, 1982).

urbano não gerou o desenvolvimento das cidades[23] uma vez que esse movimento ocorreu devido à miséria da zona rural e a mecanização agrícola que expulsa a mão-de-obra tradicionalmente localizada no campo.

No Norte mato-grossense, ARRUDA (1997) constatou que entre 1970/80, a taxa de urbanização passou de 20,51% para 32,32%, com 131.000 novos habitantes, correspondendo a um crescimento relativo de 343,57%. As cidades que se destacaram foram: Aripuanã (13.610 hab.), Colider (31.162 hab.), Nova Xavantina (18.505 hab.), Sorriso (16.046 hab.), Paranatinga (18.315 hab.), Peixoto de Azevedo (37.201 hab.) e Sinop (38.327 hab.).

Para SAWYER (1987) a urbanização em áreas de fronteira agrícola se deve aos seguintes aspectos: à modernização da agricultura, que por diminuir a demanda de mão-de-obra leva os trabalhadores a se fixarem nas cidades; à necessidade de serviços urbanos da agricultura moderna – manutenção de máquinas, assistência técnica, financiamento, etc.; aos novos padrões de consumo da população rural; ao acesso a serviços de consumo urbanos, como educação, saúde, energia, etc.; ao menor acesso a terra, devido à concentração das propriedades e a expulsão dos trabalhadores (parceiros e colonos); ao menor acesso à propriedade e emprego nas grandes cidades.

No Mato Grosso, além do aumento da urbanização é observado o aumento do número de municípios na região produtora de soja. SILVA (2004) discorre que novos municípios surgiram para atender as necessidades da produção e estão concentrados nos principais eixos rodoviários – que também são os principais eixos de transmissão de energia – pois as redes são essenciais para que o circuito produtivo da soja se desenvolva. Na BR-163 - rodovia que corta os principais municípios produtores de soja como por exemplo Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Tapurah, Vera[24] – é observado uma intensa compartimentação político-administrativa: dos 63 municípios às margens da rodovia 39 foram criados após 1980.

Com a crescente modernização desses subespaços feita por grandes produtores, em especial os produtores de grãos, entendemos que a instituição de novas fronteiras político-administrativas

[23] Para DINIZ (1982) os municípios que cresceram não apenas por inchação, mas com algum desenvolvimento urbano foram: Barreiras, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Casa Nova, Morporá, Remando e Xique-Xique, na Bahia; Balsas e Carolina, no Maranhão; Floriano, Uruçuí, Bom Jesus, Canto do Buriti, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Corrente e Gilbués, no Piauí. Quase todos atraíram migrantes do sul e sudeste do país e, com exceção de Morporá e Xique-Xique, na Bahia e Floriano no Piauí, todos eles integram as propostas dos estados do Maranhão do Sul, Gurguéia e São Francisco.

[24] Todos esses municípios estão incluídos na proposta de criação do estado do Araguaia.

está sendo solicitada para que a *função legal* (RAFFESTIN, 1993) seja feita segundo os interesses modernizadores.

De acordo com SANTOS (1999) quanto maior a densidade técnica, maiores são as necessidades de regulação. Novas atividades precisam do poder político para legitimar e legalmente apoiar suas ações, e essas quatro propostas de criação de novos estados parecem evidenciar esse processo.

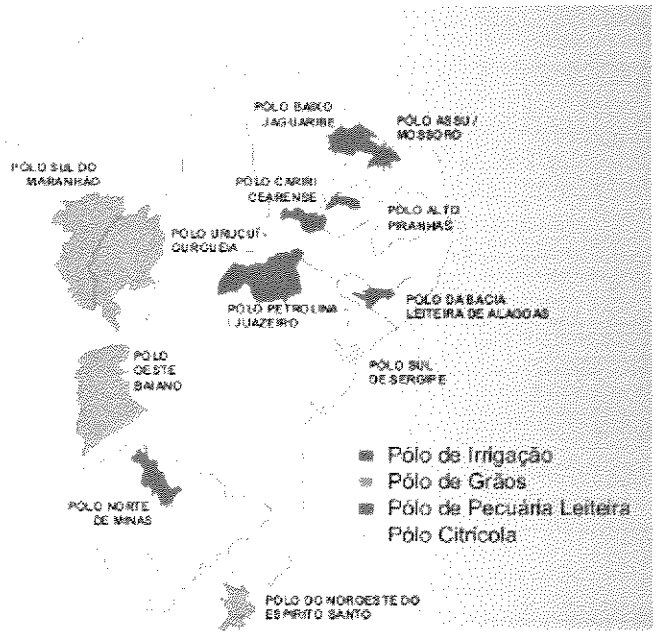
O mapa nº 14 mostra a localização de pólos de desenvolvimento[25] no Nordeste, assim chamados por aglutinarem programas que visam investimentos públicos e privados. Na mesma área em que há pedidos de redivisão territorial - do Maranhão do Sul, do estado de Gurguéia e do estado do Rio São Francisco - há investimentos no setor de grãos. Tais pólos caracterizam-se pelas técnicas altamente modernizadas com uso intensivo de mecanização, adubação e correção de solos e são responsáveis por grande parte da produção de grãos no Brasil.

[25] A concepção de Pólos de Desenvolvimento de François Perroux é apresentada no capítulo 11.

MAPA 14

PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

- Alto Piranhas
- Assu-Mossoró
- Bacia Leiteira de Alagoas
- Baixo Jaguaribe
- Cariri Cearense
- Noroeste do Espirito Santo
- Norte de Minas
- Oeste Baiano
- Petrolina/Juazeiro
- Sul de Sergipe
- Sul do Maranhão
- Uruçuí-Gurguéia



FONTE: Banco do Nordeste, 2002

Os investimentos desse programa do Banco do Nordeste no Sul do Maranhão englobam os municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Feira Nova do Maranhão, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Nova Colinas, Riachão, Sambaíba, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso. Neles se expande a agricultura intensiva de alta produtividade privilegiando-se a produção de soja, feijão, milho arroz e milheto. Segundo FRANÇA (2002) a produção nesses municípios oferece vantagens competitivas como: grandes áreas para a produção de grãos; baixo custo da terra; e elevado nível empresarial.

No Sul do Piauí (Uruçuí-Gurguéia) esse programa abrange 5,5 milhões de hectares cultiváveis, sendo que, somente 2% está atualmente cultivado. Esses investimentos estendem-se a 23 municípios que possuem características favoráveis à produção de grãos. Além do crescimento da exportação de soja proveniente do Sul do Piauí, FRANÇA (2002) verifica também o aumento da produção de manga, laranja, limão, melancia e coco-da-baía.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

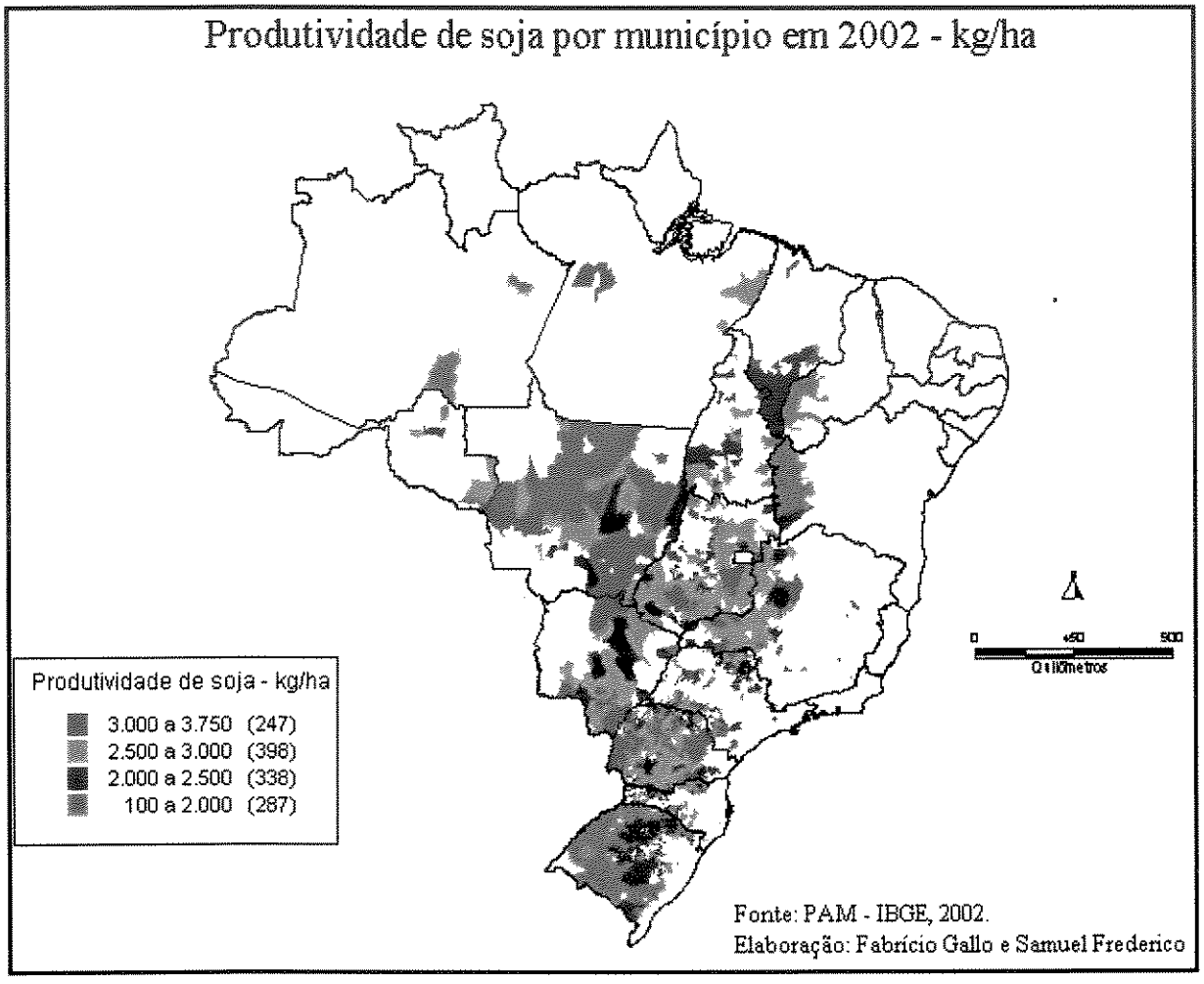
No oeste baiano, o apoio do Banco do Nordeste atinge os municípios de Barreiras, Correntina, Riachão das Neves, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. As potencialidades que atraem investimentos para esses municípios são listadas por FRANÇA (2002) como sendo: a expansão da irrigação e do complexo agroindustrial já instalado; a existência de terras agricultáveis e de baixo custo; o uso de tecnologias avançadas para a exploração de grãos; e a disponibilidade de mão-de-obra e produtores rurais organizados.

GIORDANO (1999) discorre que os investimentos do Banco do Nordeste nesses programas tendem a cumprir quatro funções: 1)Produção de grãos para a moderna pecuária, 2)Produção de grãos para consumo humano e industrial, 3)Auxiliar a exportação de grãos, 4)Processador das matérias-primas regionais, especialmente nas áreas dos complexos de soja, carnes e lácteos.

No Nordeste - principalmente nas proximidades de Balsas (MA), Barreiras (BA) e Sul do Piauí - a área destinada ao cultivo da soja dobra de tamanho entre 1990 e 2000 e a quantidade produzida passa de 225 mil toneladas para 2 milhões de toneladas (FREDERICO, 2004).

O mapa nº 15 mostra a produtividade de soja por município em 2002 e revela que em quase todo o estado do Mato Grosso – áreas de cor verde escuro – a produtividade é alta: acima dos 3.000 kg/ha. No Nordeste, a "baixa produtividade" (entre 2.000 e 100 kg/ha) é explicado no FNP (2004 *in* FREDERICO, 2004) pela baixa fertilidade dos solos, pelo fato de várias dessas áreas estarem em 2002 na sua primeira ou segunda colheita e também à falta de uma assistência técnica adequada.

MAPA 15

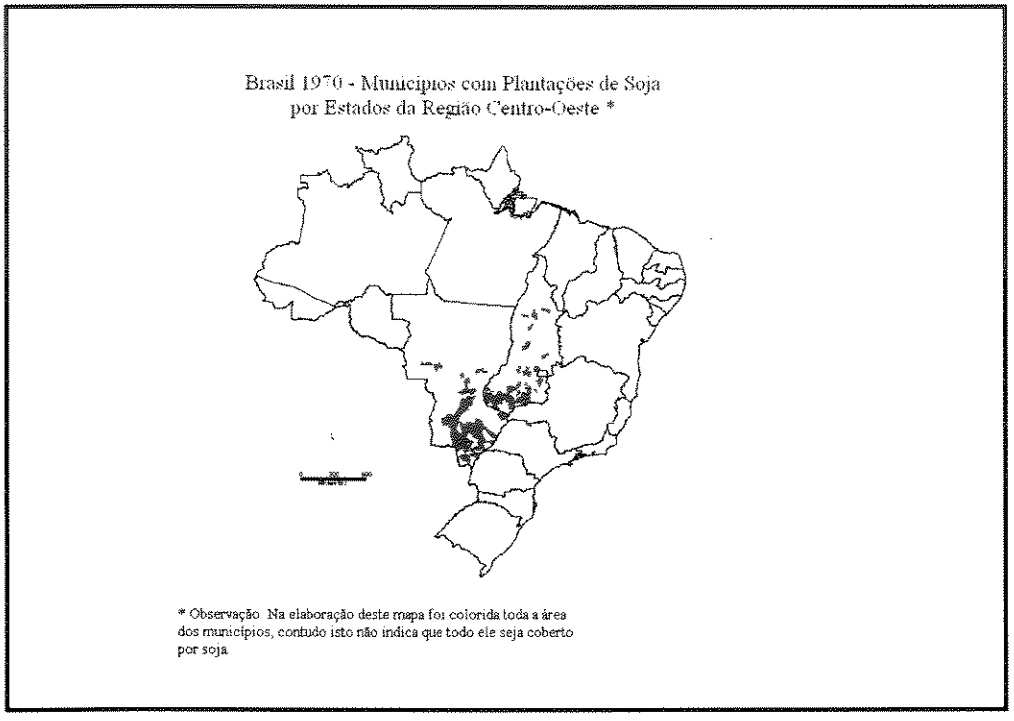


Fonte: FREDERICO (2004)

Apesar da grande área ocupada pela produção da soja em todo o território, é o estado do Mato Grosso o grande destaque na produção agrícola brasileira. Nos últimos 15 anos esse estado aumentou sua área plantada de soja em 200% e sua produção em 400%. Sua produtividade que em 1990 era de 2000 kg/ha, passou para 3100 kg/ha em 2001, o que o tornou o maior produtor nacional de soja (FREDERICO, 2004).

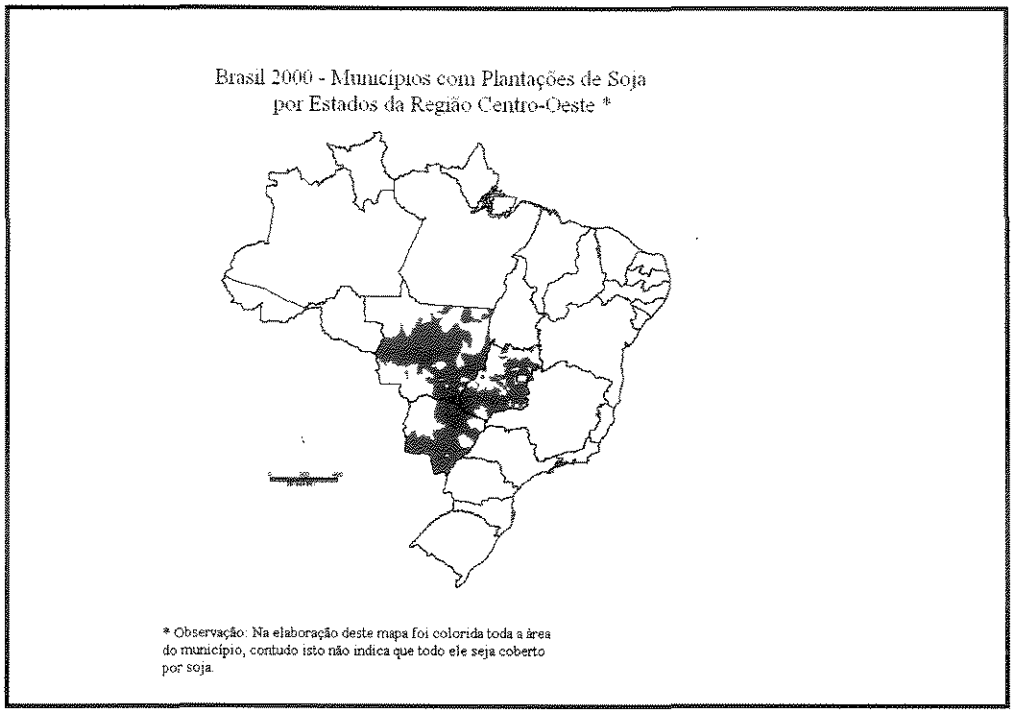
A evolução da expansão da soja no Centro-Oeste, mostrada nos mapas nº 16, 17, 18 e 19, revelam a crescente importância do Norte no Mato Grosso na produção nacional.

MAPA 16



Fonte: GALLO (2003)

MAPA 19



Fonte: GALLO (2003)

Os fatores que impulsionaram a migração para o Centro-Oeste e Nordeste e a formação de áreas de plantio de soja foram: preços crescentes das *commodities* nos mercados internacionais; preços acessíveis das terras; conhecimento dos agricultores Sulistas da técnica de produzir soja; órgãos de pesquisa do governo dando suporte à produção; demanda firme pela soja; subsídios repassados aos produtores na forma de crédito rural (GIORDANO, 1999).

SILVA (2001) expõe que com a instalação de importantes indústrias agrícolas, após a modernização e tecnificação da agricultura, as cidades locais que acolheram tal movimento especializaram-se para atender determinados tipos de produção:

"Constituem, sobretudo, estoques de mão-de-obra e são centros de transportes e comunicações. Boa parte dos trabalhadores agrícolas, nas regiões mais modernas do país, vivem na cidade, onde também se encontra uma nova categoria de profissionais: o agrônomo, o veterinário, o bancário, o engenheiro etc, que são necessários à condução e coordenação de uma produção baseada no desenvolvimento científico e tecnológico" (SILVA, 2001:84).

Entretanto, a ampliação da densidade técnica voltada à operacionalização da produção não garante sua gestão e comando. Para SILVA (2001) é a cidade de São Paulo que se apresenta como o grande centro de gestão do território – Metrópole Onipresente – e concentra a maior parcela das sedes de empresas no país. A expansão do meio técnico-científico e informacional pelo país – possibilitando a dispersão das atividades agrícolas e industriais – fez de São Paulo um grande centro de informações exercendo o comando político da produção.

As novas áreas da moderna agricultura não possuem nelas o controle do processo produtivo. GALLO (2003), ao listar as principais empresas exportadoras de soja presentes no Brasil, constata que suas sedes sociais ao invés de estarem nos locais da produção propriamente dita encontram-se na Região Concentrada, e parte significativa delas estão na cidade de São Paulo.

A regionalização feita pelos propositores divisionistas indica a importância de um novo poder regulatório que se disponibilize aos objetivos particulares dos produtores e aos objetivos das empresas aos quais estão subordinadas. Isso mostra que o *front* agrícola segue as determinações formuladas em outro local, longe das áreas de produção.

O *front* agrícola é portanto marcado pelo aumento nos índices de urbanização, pela migração de Sulistas e pela grande produção de soja, sendo que as cidades de Sinop (MT), Imperatriz (MA) e Barreiras (BA), são apontadas para serem as futuras capitais dos novos estados[26]. Essas três cidades são consideradas grandes centros urbanos confluindo os interesses de cada região.

As articulações políticas para a criação desses novos estados são feitas baseadas nas características do *front* agrícola bem como de suas principais cidades. Nos subitens a seguir as cidades apontadas para serem as capitais dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul e Rio São Francisco bem como as principais características do *front* agrícola são apresentadas conforme os agentes propositores a expõem.

[26] Para o estado de Gurguéia ainda se estuda uma cidade para ser a capital.

Sinop é uma cidade planejada, originada de um projeto de colonização, viabilizado pelo estado do Mato Grosso. O governo reservou, a partir de 1950, áreas de seu estado para a instalação de núcleos coloniais e também áreas para que empresas Colonizadoras particulares passassem a vender suas terras. A abundância de terras e a facilidade na sua aquisição atraíram empresas para fazer a exploração da região. A principal obrigação das Colonizadoras era implantar o mínimo de infra-estrutura física e social no prazo de seis a oito anos[27].

A Colonizadora Sinop S/A foi responsável pelo projeto de implantação da cidade. Num primeiro momento Sinop foi elevada a categoria de distrito de Chapada dos Guimarães e, em 1979, foi elevada à categoria de município[28].

Sinop encontra-se às margens da BR-163, sendo ponto de passagem de penetração para o Norte mato-grossense. Está localizada na área de expansão da fronteira agrícola iniciada na década de 70 e a partir de então aumenta sua importância frente às outras cidades do "nortão mato-grossense". Segundo ARRUDA (1997), por ser dotada de maior infra-estrutura urbana, a cidade destaca-se como prestadora de serviços: bancários; cooperativas; concentração das funções político administrativas,etc.

Com pouco mais de 74.000 hab. é a cidade mais populosa do "estado do Araguaia". Possui mais de 1.570 empresas comerciais sendo sede de várias empresas regionais tais como distribuidoras de combustível, gás, bebidas, veículos.

Os principais produtos agrícolas produzidos em Sinop são: arroz, soja, milho e algodão (ver tabela nº 3). Hoje, a cidade possui uma capacidade de armazenagem de grãos superior a 650 mil toneladas[29] e um crescimento anual de 9% na produção de soja, tornando-a uma das maiores produtoras do país (FREDERICO, 2004).

Além disso, a Secretaria de Agricultura de Sinop desenvolve projetos de pesquisa buscando melhores resultados de produtividade agrícola para a região. Outro destaque é a criação de

[27] A Colonizadora era responsável pela gestão e uso do solo urbano e pela instalação de infra-estrutura inicial necessária a esses núcleos coloniais, o que abrange: abrir estradas vicinais de ligação com o meio rural; realizar terraplanagem e abertura das ruas; construir escolas, posto médico, correio, gerador elétrico, etc. (ARRUDA, 1997).
[28] Os dados históricos, número de habitantes, número de empresas comerciais e produtividade agrícola do município foram obtidos no *site* da Prefeitura de Sinop.
[29] O último investimento feito pela Cargill em Sinop com a construção de um grande armazém (FREDERICO, 2004).

bovinos para corte. Em razão da expansão da pecuária em toda a região, há em Sinop, um laticínio com capacidade de processar 30.000 litros de leite por dia e dois frigoríficos com capacidade de abater 800 cabeças de gado por dia.

TABELA 3 – PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE SINOP

Área plantada (AP - ha) / Produtividade Média (PM - kg)								
Cultura	97/98		98/99		99/00		00/01	
	AP	PM	AP	PM	AP	PM	AP	PM
Algodão	450	2.500	1.500	2.800	3.000	3.000	5.000	3.800
Arroz	8.000	2.800	24.000	2880	24.000	3.000	24.000	3.400
Milho	2.500	3.500	2.000	3.300	2.000	3.500	2.000	3.500
Milho safrinha	2.500	1.800	3.500	2.000	3.000	1.800	4.000	2.000
Soja	11.000	2.760	12.000	2.820	15.000	3.000	20.000	3.200

Fonte: Prefeitura Municipal de Sinop.

Assim como Sinop, os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah e Sorriso, também inclusos na proposta do estado do Araguaia, apresentam alta produtividade no plantio de soja. No ano de 2002, Lucas do Rio Verde produziu 572.400 ton., Nova Mutum, 585.000 ton., Tapurah produziu 570.000 ton. e Sorriso (município que mais produz soja no Brasil) produziu 1.482.000 ton. (BERNARDES, 2005). Os outros municípios que fazem parte da proposta de redivisão territorial constam na tabela nº 4.

TABELA 4 – MUNICÍPIOS INCLUÍDOS NA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO ARAGUAIA

Municípios	**População**
1. Água Boa	14.729
2. Alta Floresta	46.956
3. Apiacás	6.659
4. Aripuanã	14.064
5. Alto Boa Vista	3.668
6. BrasNorte	9.769
7. Boa Esperança do Norte	14.817
8. Bom Jesus do Araguaia	3.717
9. Campinápolis	12.423
10. Carlinda	12.306
11. Canarana	15.407
12. Canabrava do Norte	5.028
13. Cocalino	5.367

14. Confresa	17.811
15. Castanheira	7.756
16. Colíder	28.035
17. Colniza	10.273
18. Claudia	9.804
19. Cotriguaçú	8.481
20. Feliz Natal	6.765
21. Gaúcha do Norte	4.606
22. Ipiranga do Norte	14.817
23. Guarantã do Norte	27.264
24. Itaúba	5.766
25. Itanhangá	14.817
26. Juara	30.743
27. Juína	38.026
28. Juruena	5.464
29. Lucas do Rio Verde	19.322
30. Luciara	2.493
31. Marcelândia	14.267
32. Matupá	12.141
33. Nova Bandeirante	6.867
34. Nova Canaã do Norte	11.506
35. Nova Guarita	5.631
36. Nova Maringá	3.951
37. Nova Monte Verde	6.820
38. Nova Mutum	13.608
39. Nova Nazaré	1.982
40. Nova Santa Helena	3.219
41. Novo Santo Antonio	1.159
42. Nova Ubiratã	5.631
43. Novo Horizonte do Norte	3.506
44. Novo Mundo	4.945
45. Paranaita	10.240
46. Paranatinga	15.310
47. Peixoto de Azevedo	26.125
48. Porto Alegre do Norte	8.519
49. Porto dos Gaúchos	5.665
50. Querência	7.274
51. Rondolândia	3.156
52. Ribeirão Cascalheira	7.308
53. Santa Carmem	3.607
54. Santa Rita do Trivelato	1.209
55. Sinop	74.761
56. Sorriso	35.397
57. Santa Cruz do Xingu	1.036
58. Santa Terezinha	6.222

59. São Félix do Araguaia	9.446
60. São José do Rio Claro	12.733
61. São José do Xingu	4.887
62. Serra Nova Dourada	562
63. Tabaporã	10.849
64. Tapurah	11.501
65. Terra Nova do Norte	13.678
66. União do Sul	4.192
67. Vera	9.064
68. Vila Rica	15.537
Total	**810.691**

Fonte: PDC 850/2001; dados populacionais de 2000.

Além da expressiva produção de soja que o Norte do Mato Grosso possui, o rebanho bovino e a produção de arroz e milho são importantes atividades que constituem a área do pedido de criação do novo estado. Nas tabelas nº 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 estão apresentados dados relativos ao estado do Mato Grosso e como ficará o rebanho bovino e a produção de algodão, arroz, café, feijão, milho e soja caso a criação do estado do Araguaia ocorra. Estes dados, apresentados em um *folder* distribuído no norte do estado do Mato Grosso pelos agentes que apóiam a proposta, caracterizam o estado do Araguaia como sendo predominantemente voltado às atividades agrícolas.

TABELA 5 – REBANHOS DE BOVINOS NO ESTADO DO ARAGUAIA

	1996	1998	2000
Mato Grosso	14.874.910	16.751.508	18.812.000
Araguaia	6.011.167	7.226.529	8.115.416
Estado Remanescente	8.863.743	9.524.979	10.696.584

Fonte: Folder do estado do Araguaia (2000).

TABELA 6 – PRODUÇÃO DE ALGODÃO (*t*) NO ESTADO DO ARAGUAIA

	1995	1999	2000
Mato Grosso	87.478	629.089	872.300
Araguaia	16.325	99.662	138.192
Estado Remanescente	71.133	529.427	734.108

Fonte: Folder do estado do Araguaia (2000).

TABELA 7 – PRODUÇÃO DE ARROZ (*T*) NO ESTADO DO ARAGUAIA

	1995	1999	2000
Mato Grosso	762.327	1.727.339	1.890.800
Araguaia	416.118	955.218	1.089.993
Estado Remanescente	349.245	772.121	800.807

Fonte: Folder do estado do Araguaia (2000).

TABELA 8 – PRODUÇÃO DE CAFÉ (*T*) NO ESTADO DO ARAGUAIA

	1995	1999	2000
Mato Grosso	18.059	23.267	24.569
Araguaia	15.809	19.226	20.080

Fonte: Folder do estado do Araguaia (2000).

TABELA 9 – PRODUÇÃO DE FEIJÃO (*T*) NO ESTADO DO ARAGUAIA

	1995	1999	2000
Mato Grosso	23.220	26.131	26.859
Araguaia	9.383	7.175	6.623
Estado Remanescente	13.837	18.956	20.236

Fonte: Folder do estado do Araguaia (2000).

TABELA 10 – PRODUÇÃO DE MILHO (*T*) NO ESTADO DO ARAGUAIA

	1995	1999	2000
Mato Grosso	1.226.157	1.118.851	1.495.900
Araguaia	350.951	405.833	556.317
Estado Remanescente	875.206	713.018	939.583

Fonte: Folder do estado do Araguaia (2000).

TABELA 11 – PRODUÇÃO DE SOJA (*T*) NO ESTADO DO ARAGUAIA

	1995	1999	2000
Mato Grosso	5.491.426	7.472.968	8.456.000
Araguaia	1.477.330	2.006.372	2.270.300
Estado Remanescente	4.014.096	5.466.596	6.185.700

Fonte: Folder do estado do Araguaia (2000).

Apesar do estado do Mato Grosso seguir as mesmas tendências de expansão das atividades agropecuárias vista na área da proposta do estado do Araguaia a redivisão é uma meta pois, *"A região Norte do estado do Mato Grosso se ressente, hoje, de uma maior presença estatal (...) também a construção de uma estrutura de serviços públicos e instituições que permitam àqueles brasileiros a realização de seus ideais de progresso, desenvolvimento e bem estar social"* (PCD 850/2001).

Há, por exemplo, grande pressão dos produtores de soja do Norte de Mato Grosso para que a BR-163 seja recuperada e pavimentada permitindo assim o escoamento da produção pelo estado do Pará. Segundo FREDERICO (2004) além da BR-163, há a opção de escoamento da produção do norte do estado do Mato Grosso pela hidrovia Teles Pires/Tapajós caso seja construída. Com isso haveria uma combinação dos modais rodovia e hidrovia, reduzindo a distância atualmente feita e o custo do frete.

Essas obras são reivindicadas principalmente pelos produtores do norte do estado do Mato Grosso pois a produção localizada à Sudeste e Médio-Norte do estado é mais facilmente escoada pela rodovia BR-364 até a hidrovia do Madeira ou até o terminal da Ferronorte em Alto Araguaia (Sul de Mato Grosso) com destino ao porto de Santos.

OESTE DA BAHIA E A CIDADE DE BARREIRAS

Desde 1960 Barreiras é um ponto de convergência de correntes migratórias nordestinas e centraliza a residência de fazendeiros. Com a entrada de migrantes Sulistas no final dos anos 70,

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO

a cidade cresce devido à expulsão de lavradores tradicionais e à entrada de fluxo de capital do Sul, instalando empresas agrícolas.

Segundo LAVINAS (1987), em dez anos (1970-80) a população de Barreiras que era majoritariamente rural (53%), torna-se essencialmente urbana (72%), sendo que sua composição é basicamente de pessoas não naturais da região. Para DINIZ (1982) são essas pessoas que ampliam e dominam o setor de prestação de serviços mais especializados.

"É por isso que se observa em Barreiras, nos últimos anos, além da multiplicação de casas comerciais de compra e venda de produtos agrícolas, o crescimento acelerado daquelas voltadas para atender a padrões de consumo tipicamente de classe média urbana, tais como restaurantes, clubes de lazer, cursos de aperfeiçoamento, etc." (LAVINAS, 1987: 101).

Atualmente Barreiras concentra investimentos públicos e privados no setor agropecuário, sendo reconhecida internacionalmente como a área do Nordeste que mais produz grãos. FRANÇA (2002) relata que juntamente com as cidades de Correntina, Riachão das Neves, São Desidério e Santa Maria da Vitória, Barreiras é caracterizada como: área de cultivo de grãos - principalmente arroz, milho e soja; área de grãos para consumo humano e industrial; área auxiliar de exportação de grãos, e; área do complexo industrial processador de matéria-prima - soja e carnes.

A proposta de criação do estado do Rio São Francisco parece pouco divulgada. Como trataremos no Capítulo 9, a FUNDASF - Fundação de integração cultural e cidadania do além Rio São Francisco criada no final de 2004 - começa a divulgar o projeto. No entanto, Rogério Haesbaert, que pesquisou a ação dos imigrantes sulistas no *front* agrícola, afirma que entre os agricultores essa proposta é muito difundida.

Alguns políticos do estado da Bahia como o senador Antonio Carlos Magalhães, Waldeck Ornelas – ex-senador do estado – e o deputado federal Antonio Carlos Magalhães Neto rejeitam a proposta de criação de um outro estado. Além disso, o deputado federal Gonzaga Patriota, autor da proposta, pouco se manifesta e divulga o projeto, o que dificulta a obtenção de dados exclusivos sobre a criação do estado do Rio São Francisco.

Mesmo sem informações específicas do "futuro estado", pode-se dizer muito a respeito do oeste da Bahia. Essa região do Nordeste se assemelha cada vez mais ao Centro-Oeste apresentando extensas propriedades rurais e agricultores Sulistas produzindo soja, milho e algodão principalmente.

A fruticultura também apresenta uma expressiva produção (350.000 ton.). São mais de 10 mil hectares de fruticultura irrigada e com um crescimento previsto de 20 % ao ano. A produção regional de mamão, goiaba, banana, limão, maracujá, graviola, pinha e outras, têm qualidade para atender ao mercado exportador (PDC 384/2003).

Ainda com relação à produção de grãos, a estrutura de armazenamento do oeste baiano é de 2.093.102 toneladas. Das 205 estruturas 96% estão distribuídos nos municípios de Barreiras (67,2%), São Desidério (14,3%), Correntina (9,4%) e Formosa do Rio Preto (5,1%). As duas grandes indústrias esmagadoras do oeste são Ceval e Cargill. Funcionando desde 1987 em Luís Eduardo Magalhães, a Ceval tem capacidade de esmagar 1,15 milhões de toneladas/ano e a Cargill, instalada em Barreiras, opera cerca de 500 mil toneladas/ano. Essas indústrias compram quase toda a produção de soja do oeste baiano, beneficiam e exportam óleo e farelo (Prefeitura Municipal de Barreiras).

As beneficiadoras de algodão já passam da primeira dezena de unidades. Arroz, feijão e outros produtos primários são em boa parte beneficiados na região. A pecuária - ovos, suínos, frangos, caprinos, ovinos - também desponta e, segundo dados da Prefeitura de Barreiras, já se estima um total de 1.400.000 cabeças.

Na tabela nº 12 é mostrado um histórico da produção do oeste da Bahia. A soja é a principal cultura explorada, ocupando 70% da área cultivada. Nos últimos anos a área ocupada pela soja cresceu mais de 100%, chegando na safra de 2001/02 a 800 mil hectares. A produtividade de milho teve um crescimento gradativo, pois o custo é relativamente elevado se comparado com o custo de produção da soja. O algodão, que em 1995 ocupava 2,4 mil hectares, chega na safra de 2001/02 com 56,6 mil hectares: os investimentos em infra-estrutura e tecnologia garantiram o crescimento da cultura. A plantação de arroz, apesar de sua baixa rentabilidade, está presente no oeste da Bahia pois é utilizada para a abertura de novas áreas dos cerrados e como opção de rotação com outras culturas. Já as lavouras de feijão foram introduzidas no oeste baiano como opção econômica bastante viável nos meses de entressafra - maio, junho e julho.

TABELA 12 – HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE SOJA, MILHO, ALGODÃO,ARROZ E FEIJÃO NO OESTE DA BAHIA

	Safra 92/93		Safra 93/94		Safra 94/95		Safra 95/96		Safra 96/97	
Cultura	Área (ha)	Prod. (tn)	Área (ha)	Prod. (tn)	Área (ha)	Prod. (tn)	Área (ha)	Prod. (tn)	Área (ha)	Prod. (tn)
Soja	380	590	436	873	470,7	1071,6	433,2	700	456,5	1013,7
Milho	45	213	46	236	70	340	65	300	95	550
Algodão	-	-	-	-	-	-	2,4	5,4	5	12,8
Arroz	35	23,1	20	27	42	75	38	69	24	48
Feijão	10	12,5	13,8	16,3	18	43	25	53	25	55

	Safra 97/98		Safra 98/99		Safra 99/00		Safra 00/01		Safra 01/02	
Cultura	Área (ha)	Prod. (tn)	Área (ha)	Prod. (tn)	Área (ha)	Prod. (tn)	Área (ha)	Prod. (tn)	Área (ha)	Prod. (tn)
Soja	554,0	1188,9	580,0	1150,0	628,4	1512,0	690,0	1550,0	800,0	1464,0
Milho	70	410	107,6	662,4	128	700	178	970	93	576,6
Algodão	8	21,6	13	35,1	41	121	45,1	170	56,6	161,7
Arroz	38	50	60,2	83,8	45	67,5	50	75	20	25,2
Feijão	30	70	28	67	16	24	20	36	17,5	35,1

Fonte: Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (AIBA)

Os municípios incluídos no projeto de criação do estado do Rio São Francisco são todos aqueles localizados na margem oeste do rio. Esses municípios são apresentados na tabela nº 13.

TABELA 13 - MUNICÍPIOS INCLUÍDOS NA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO RIO SÃO FRANCISCO

Municípios	População
1. Angical	14.008
2. Baianópolis	11.336
3. Barra	46.459
4. Barreiras	130.512
5. Brejolândia	7.746
6. Buritirama	20.495
7. Campo Alegre de Lourdes	28.367
8. Canápolis	9.880
9. Carinhanha	28.148
10. Casa Nova	60.292
11. Catolândia	2.999
12. Cocos	18.446
13. Coribe	15.651
14. Correntina	31.906
15. Cotegipe	13.833
16. Cristópolis	12.668
17. Feira da Mata	6.180
18. Formosa do Rio Preto	19.760
19. Jaborandi	9.568
20. Luís Eduardo Magalhães	21.454
21. Mansidão	11.434
22. Muquém de São Francisco	9.460
23. Pilão Arcado	30.079
24. Remanso	37.219
25. Riachão das Neves	22.756
26. Santa Maria da Vitória	41.124
27. Santana	23.867
28. Santa Rita de Cássia	24.429
29. São Desidério	19.021
30. São Félix do Coribe	11.677
31. Serra do Ramalho	32.311
32. Serra Dourada	18.293
33. Sítio do Mato	13.318
34. Tabocas do Brejo Velho	13.305

35. Wanderley	13.655
Total	**793.628**

Fonte: PDC 631/1998; dados populacionais do IBGE em 2002.

O oeste da Bahia dispõe de uma razoável malha de rodovias federais e estaduais pavimentadas: a BR-242 interliga Barreiras à capital do estado e outros municípios do oeste - é a principal rodovia para escoamento e exportação da produção; a BR-349 interliga os municípios de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Correntina com municípios do Sudeste do estado; a BR-135 interliga Barreiras ao Piauí; a BA-172 interliga a BR-242 a BR-349.

Nos municípios de Barreiras e Bom Jesus da Lapa há aeroportos, sendo que apenas em Barreiras funciona vôos regulares para Salvador. Há também uma pista de pouso municipal na cidade de Luís Eduardo Magalhães e diversas pistas particulares em propriedades rurais (Prefeitura Municipal de Barreiras).

"MARANHÃO DO SUL" E SUA CAPITAL IMPERATRIZ

O município de Imperatriz foi fundado em 1852 e hoje é a segunda cidade mais populosa do estado do Maranhão, perdendo apenas para a capital São Luís. Com 230 mil habitantes, a cidade é eminentemente urbana: 95% da população estão na sede do município e apenas cerca de 10 mil pessoas estão na área rural.

Imperatriz é uma cidade que já passou pelo ciclo da borracha, da madeira, do arroz e do ouro hoje se destaca no setor terciário. Importantes atividades industriais são desenvolvidas no município - refrigerantes, confecções, indústria madeireira e moveleira, cerâmica, beneficiamento de arroz, torrefação de café - e no setor de serviços destacam-se o comércio atacadista e varejista abastecendo uma extensa área de influência: sobretudo o Norte do Tocantins, Sul do Pará, oeste do Maranhão (Jornal "O Progresso" 08/08/01).

A cidade conta com importantes serviços de hotelaria, medicina, saúde e educação: há 16 hospitais, com aproximadamente 300 médicos em mais de 20 especialidades; e na educação, a cidade conta com cursos superiores e de pós-graduação (SANCHES, 2003).

De 1960 (com a construção da Belém-Brasília) a 1980 a cidade cresce e muda seu foco: da agricultura e extrativismo de madeira para prestação de serviços. A abertura da rodovia atraiu

migrantes de outros pontos do Brasil e do exterior e esse movimento de negócios permitiu a classificação de "Capital Econômica do interior Maranhense". Também considerada "Capital Brasileira de Energia", Imperatriz é uma das principais bases irradiadoras de energia do país, recebendo energia da hidrelétrica de Tucurui e enviando ao resto do país, e distribuindo energia da hidrelétrica de Itaipu para o Maranhão e todo o Norte e Nordeste.

Além de Imperatriz, as cidades de Açailândia – ex-distrito de Imperatriz – Riachão, Carolina, Barra do Corda, Grajaú, Porto Franco, Loreto, São Félix de Balsas, Alto Parnaíba e Balsas, que também compõem o estado do Maranhão do Sul, destacam-se economicamente seja no setor industrial, urbano ou agrícola. Os demais municípios da proposta do novo estado são apresentados na tabela nº 14.

TABELA 14 - MUNICÍPIOS INCLUÍDOS NA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO DO SUL

Municípios	**População**
1. Açailândia	95.839
2. Alto Parnaíba	10.128
3. Amarante do Maranhão	33.814
4. Arame	28.585
5. Balsas	65.867
6. Barra do Corda	77.843
7. Benedito Leite	5.412
8. Bom Jesus das Selvas	17.807
9. Buriticupu	57.421
10. Burutirana	14.582
11. Campestre do Maranhão	12.246
12. Carolina	23.785
13. Cidelândia	12.045
14. Davinópolis	12.045
15. Estrito	24.010
16. Feira Nova do Maranhão	7.535
17. Fortaleza dos Nogueiras	11.876
18. Fernando Falcão	4.873
19. Formosa da Serra Negra	15.579
20. Governador Edison Lobão	11.809
21. Grajaú	50.406
22. Imperatriz	231.397

23. Itaipava do Grajaú	11.469
24. Itinga do Maranhão	25.622
25. Jenipapo dos Vieiras	14.010
26. João Lisboa	24.944
27. Lajeado Novo	6.083
28. Loreto	10.196
29. Mirador	20.760
30. Montes Altos	10.628
31. Nova Colinas	4.186
32. Nova Iorque	4.424
33. Pastos Bons	15.934
34. Porto Franco	17.447
35. Riachão	21.143
36. Ribamar Fiquene	6.773
37. Sambaíba	5.116
38. São Domingos do Azeitão	6.881
39. São Félix de Balsas	4.807
40. São Francisco doBrejão	7.627
41. São João do Paraíso	10.978
42. São Pedro da Água Branca	11.040
43. São Pedro dos Crentes	4.150
44. São Raimundo das Mangabeiras	15.094
45. Senador La Rocque	15.570
46. Sítio Novo	15.568
47. Sucupira do Norte	10.415
48. Tasso Fragoso	6.457
49. Vila Nova dos Martírios	7.015
Total	**1.139.241**

Fonte: PCD 947/2001; dados populacionais de 2003.

A proposta de criação do estado do Maranhão do Sul já conta com a sistematização de dados próprios dos municípios que fazem parte do projeto. Elaborado pelo Comitê Pró-Criação do Maranhão do Sul, os dados presentes da tabela nº 15 são mostrados para anunciar que o "novo estado" apresenta uma rede de serviços e produção agropecuária suficientes para a criação de um novo ente federativo.

TABELA 15 – ESTATÍSTICAS DO MARANHÃO DO SUL

População	
População Urbana	62%
População Rural	38%
Número de eleitores	640.659
Unidades Escolares	
Escolas do Ensino Fundamental	2.893
Escolas do Ensino Médio	87
Ensino Superior	4
Serviços	
Aeroportos	2
Campos de pouso	8
Agências bancárias	60
Hospitais	79
Pecuária	
Rebanho Bovino	2.600.000
Bacia Leiteira	400.000 litros
Frigoríficos	2 p/ abate de 60.000
Agricultura	
Produção de soja	800.000 ton.
Produção de arroz, milho e feijão	460.000 ton.
Produção de banana, abacaxi e manga	Sem dados
Comunicação	
Retransmissores de TV	15
Jornais (diários, semanários e mensais)	13
Emissoras de rádio AM e FM	14
Serviços de rádio amador	7
Agências dos Correios	51

Fonte: Dados de 2001 e 2003 publicados pelo Comitê Pró-Criação do Maranhão do Sul

A produção agrícola, que é acentuada no Sul do Maranhão, está presente em Balsas - "capital maranhense da soja" -, Riachão, Nova Colinas, São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras, Sambaíba, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba.

Os municípios de Grajaú, Arame, Açailândia, João Lisboa, Cidelândia e Senador La Rocque se destacam pela produção de arroz. Açailândia concentra atividades siderúrgicas sendo constituída por 5 empresas que exportam 180 milhões de dólares ao ano, correspondentes a 1.200.000 toneladas de ferro-guso.

O deputado Sebastião Madeira, autor da proposta de criação do Maranhão do Sul, destaca as potencialidades do novo estado: *"Não tenho a menor dúvida de que essa é uma das saídas para o Estado, porque ficará o norte centralizado na belíssima Capital, São Luís, e será mais fácil encontrar solução para os problemas do Maranhão. No sul, no ocidente e na parte central do Estado ao ser criado o Estado do Maranhão do Sul, com a grande região produtora de grãos em Balsas, com a metrópole industrial de Açailândia, com a grande cidade de prestação de serviços sofisticados de Imperatriz, grande centro urbano com 3 universidades, faremos um novo pólo de atração dos que querem progredir, contribuindo para ajudar o País a resolver seus problemas"* (MADEIRA, 2004).

Com relação aos sistemas de transporte, as principais rodovias[30] são a MA-222 e BR-010 (Belém-Brasília) que se conectam a Ferrovia Norte-Sul e a Estrada de Ferro Carajás, que leva até o Porto de Itaqui. As cidades de Imperatriz e Carolina possuem aeroportos e futuramente também haverá esse modal em Balsas. São esses pontos que fazem a integração por via aérea com linhas nacionais, regionais e táxis aéreos.

Mas conforme o *site* do Maranhão do Sul (www.maranhaodosul.com) as cidades que formam o novo estado devem receber em breve grandes investimentos federais nas áreas de educação e infra-estrutura, graças a emendas da bancada maranhense na Câmara Federal. O deputado Sebastião Madeira apresentou um projeto de lei que cria a Universidade Federal do Sul do Maranhão[31]. Há ainda pedidos de recursos para a construção do trecho Balsas-Estreito da

[30] Rodovias pavimentadas: BR-230, trecho Balsas-Tasso Fragoso-Alto Parnaíba, com 231 Km; MA-280, trecho Governador Edson Lobão-Montes Altos, com 33 Km; MA-275, trecho Sítio Novo-Entrocamento da BR-226, com 20 Km; MA-122, trecho João Lisboa-Amarante, com 104 Km; Rodovia do Arroz, trecho Cidelândia-Vila Nova dos Martírios, com 70 Km; BR-226, trecho Grajaú-Barra do Corda, com 118 Km e a Rodovia que liga Porto Franco a São João do Paraíso, com 42 Km. Todas de grande importância para o desenvolvimento do sul do Maranhão, principalmente na escoação da produção agropecuária da região.

[31] O Projeto de Lei nº 3673/2004 cria a Universidade Federal do Sul do Maranhão, de sede em Imperatriz e outros *campus* em outras cidades.

ferrovia Norte-Sul e ampliação dos cursos da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) em Imperatriz.

O "Estado do Gurguéia"

A proposta de criação do estado do Gurguéia carrega o nome referente ao vale existente no Sul do estado. Assim como as outras regiões já apresentadas, o Sul do Piauí vem aumentando sua área de plantação de culturas de grãos e incorporando alta tecnologia. O município de Uruçuí por exemplo, produziu 104.599 toneladas de soja em grão em 2003, mais de um terço da produção total do estado. Os demais municípios que fazem parte do projeto de criação do estado do Gurguéia estão apresentados na tabela n° 16.

Tabela 16 - Municípios incluídos na proposta de criação do estado Gurguéia

Município	População
1. Acauã	5.140
2. Alvorada do Gurguéia	4.211
3. Anísio de Abreu	7.166
4. Antonio Almeida	2.850
5. Avelino Lopes	9.613
6. Baixa Grande do Ribeiro	7.788
7. Barreiras do Piauí	3.098
8. Bela Vista do Piauí	2.959
9. Bertolínia	5.116
10. Betânia do Piauí	8.616
11. Bom Jesus	15.898
12. Bonfim do Piauí	4.880
13. Brejo do Piauí	3.995
14. Campinas do Piauí	5.131
15. Campo Alegre do Fidalgo	4.459
16. Canavieira	4.113
17. Canto do Buriti	18.363
18. Capitão Gervásio Oliveira	3.427
19. Caracol	8.047
20. Caridade do Piauí	4.070
21. Colônia do Gurguéia	5.007
22. Colônia do Piauí	7.253
23. Conceição do Canindé	4.916
24. Coronel José Dias	4.416
25. Corrente	23.232
26. Cristalândia do Piauí	6.490
27. Cristino Castro	9.270
28. Curimatá	9.514

29. Currais	4.231
30. Curral Novo do Piauí	4.216
31. Dirceu Arcoverde	6.067
32. Dom Inocêncio	8.909
33. Eliseu Martins	4.191
34. Fartura do Piauí	4.679
35. Flores do Piauí	4.380
36. Floretas do Piauí	2.415
37. Floriano	54.583
38. Gilbués	10.222
39. Guadalupe	10.296
40. Guaribas	4.812
41. Isaias Coelho	7.659
42. Itaueira	10.345
43. Itainópolis	10.389
44. Jacobina do Piauí	5.704
45. Jerumenha	4.505
46. João Costa	2.932
47. Júlio Borges	4.866
48. Jurema	4.043
49. Lagoa do Barro do Piauí	4.440
50. Landri Sales	5.628
51. Manoel Emídio	5.151
52. Marcos Parente	4.273
53. Monte Alegre do Piauí	10.235
54. Morro Cabeça no Tempo	4.429
55. Nazaré do Piauí	7.797
56. Nova Santa Rita	4.145
57. Paes Landim	4.173
58. Pajeú do Piauí	2.882
59. Palmeira do Piauí	5.188
60. Parnaguá	9.335
61. Patos do Piauí	5.542
62. Paulistana	16.537
63. Pavussú	3.973
64. Pedro Laurentino	2.004
65. Porto Alegre do Piauí	2.420
66. Queimada Nova	8.288
67. Redenção do Gurguéia	7.771
68. Riacho Frio	4.319
69. Ribeira do Piauí	3.880
70. Ribeiro Gonçalves	5.721
71. Rio Grande do Piauí	6.129
72. Santa Cruz do Piauí	5.777
73.Santa Filomena	6.033
74. Santa Luz	4.774
75. Santo Inácio do Piauí	3.442
76. São Braz do Piauí	4.193
77. São Fco. de Assis do Piauí	3.802
78. São Francisco do Piauí	6.351
79. São Gonçalo do Gurguéia	2.323
80. São João do Piauí	17.666
81. São José do Peixe	3.827
82. São Lourenço do Piauí	4.271

83. São Miguel do Fidalgo	2.999
84. São Raimundo Nonato	26.880
85. Sebastião Barros	4.528
86. Sebastião Leal	3.832
87. Simões	13.602
88. Simplício Mendes	10.968
89. Socorro do Piauí	4.661
90. Tamboril do Piauí	2.413
91. Uruçuí	17.003
92. Várzea Branca	5.206
93. Vera Mendes	2.906
94. Wall Ferraz	3.997
TOTAL	**657.293**

Fonte: PDC 439/1994; dados populacionais em 2000.

Na tabela nº 17 é possível verificar que a produção de grãos - soja e milho - no estado do Piauí vem crescendo. Tais culturas são plantadas principalmente na área de cerrado do estado, ou seja, na porção Sul, onde as características físicas são propícias à agricultura. Conforme visto no mapa nº 15 (pág. 82) a produção de soja ocorre na porção Sudoeste, área englobada pelo projeto de criação do estado do Gurguéia.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

TABELA 17 – QUANTIDADE PRODUZIDA EM LAVOURAS TEMPORÁRIAS NO PIAUÍ

Quantidade Produzida Unidade da Federação: Piauí					
Lavouras Temporárias	2003	2002	2001	2000	1999
Abacaxi (Mil frutos)	454	891	387	324	396
Algodão herbáceo (em caroço) (Tonelada)	2.611	2.483	2.832	4.753	4.438
Alho (Tonelada)	88	82	88	162	162
Amendoim (em casca) (Tonelada)	48	72	18	25	23
Arroz (em casca) (Tonelada)	195.617	89.917	163.178	246.981	229.797
Batata - doce (Tonelada)	803	840	821	1.068	959
Cana-de-açúcar (Tonelada)	475.868	409.295	394.197	395.593	488.648
Cebola (Tonelada)	35	62	38	59	68
Fava (em grão) (Tonelada)	632	380	451	1.010	836
Feijão (em grão) (Tonelada)	51.675	27.615	30.156	61.855	70.559
Fumo (em folha) (Tonelada)	3	6	5	19	21
Mamona (baga) (Tonelada)	111	86	85	488	69
Mandioca (Tonelada)	358.874	353.612	429.287	403.703	262.318
Melancia (Tonelada)	53.497	41.725	34.635	5.253	5.281
Melão (Tonelada)	1.608	133	117	182	40
Milho (em grão) (Tonelada)	228.388	82.700	144.540	229.328	234.205
Soja (em grão) (Tonelada)	308.225	91.014	128.315	100.963	82.741
Tomate (Tonelada)	1.640	1.890	2.098	2.043	2.048
Nota: A partir de 2001 as quantidades produzidas dos produtos melancia e melão passam a ser expressas em toneladas.					
Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM)					

No mapa nº 14 (pág. 80) foi possível verificar que o Sul do Piauí é tido pelo Banco no Nordeste como um Pólo de grãos (Uruçuí/Gurguéia) por concentrar investimentos nesse setor. Isso garantiu uma linha de crédito especial para o desenvolvimento de obras, como por exemplo, a conclusão do trecho da BR-135, que liga Floriano a Barreiras (BA), a BR-243 de Santa Filomena a Gilbués.

Com o avanço da agricultura, o Sul do Piauí apresenta forte demanda de serviços e comércio. O município de Uruçuí é o que mais representa o rompimento com a agricultura de subsistência e a abertura de terras para o cultivo de grãos.

A prefeita de Uruçuí, Maria do Espírito Santos Bringel Coêlho, declara: *"O município e a região só têm melhorado. Aumentou a população, as oportunidades de trabalho"*. Ela ainda informa que se antes da consolidação do "pólo de produção de soja e arroz" o município

arrecadava entre R$ 18 mil a R$ 25 mil de tributos, principalmente ICMS por mês, hoje a média da arrecadação está entre R$ 90 mil a R$ 100 mil mensais (www.estado.dogurgueia.nom.br).

No mesmo *site* do "estado do Gurguéia" pode-se ver um exemplo dessa "prosperidade": é a Fazenda Canel (Central Agrícola Nova Era) em Uruçuí. Seu proprietário, o empresário Sérgio Bortolozzo já possui uma pista de pouso na fazenda que tem 20 mil hectares, metade deles plantados com soja, arroz e milho. Só com os grãos da soja chegaram a faturar R$ 3,5 milhões em 2000.

A empresa Bunge também já percebeu a importância do Sul do Piauí. Segundo FREDERICO (2004) ela possui 11 fábricas para industrialização de soja e derivados sendo que uma delas está localizada em Uruçuí-PI. Além das fábricas, a empresa possui silos para soja em todos os principais estados produtores: 43 no Mato Grosso; 39 no Rio Grande do Sul; 26 no Paraná; 17 em Goiás; 12 na Bahia; 7 no Maranhão e 5 no Piauí. Ainda há investimentos feitos pela Bunge em 2002/2003 para implantação de unidade de esmagamento de soja no estado do Piauí no valor de 420 mil reais.

Assim como o Norte do Mato Grosso, o Sul do Maranhão e o oeste da Bahia, o Sul do Piauí também recebeu migrantes Sulistas. A Cooperativa gaúcha Tritícola Santa Rosa (Cotrirosa) – também apresentada no *site* do "estado do gurguéia" - é um bom exemplo para compreender como ocorre a instalação de migrantes. Formada por 80 famílias a Cotrirosa se estabeleceu em Uruçuí. Os produtores começaram a chegar no final de 1997 e em 2000 tiveram primeira colheita de arroz, plantio de antecede a plantação de soja para corrigir a terra: foram plantados 6.800 hectares e tiveram um rendimento de 30 sacas por hectare. O plantio de soja por essa cooperativa começou a ser feito em 2001.

Em pouco tempo de fundada, a Cotrirosa já possui balança com capacidade para 80 toneladas; quatro moegas (poço fundo onde estão descarregados os grãos); dois secadores, com capacidade de 60 toneladas cada, seis silos com capacidade de 86 mil sacas cada, um depósito de insumos de 800 metros quadrados e uma tulha de expedição de produto com capacidade de 120 toneladas, resultado de investimento inicial de mais R$ 3 milhões. Atualmente os gaúchos ocupam uma área de 45 mil hectares, de um total de 233 mil hectares que estão sendo vendidas em forma de loteamento agrícola, pelo colonizador e grande produtor de soja na Bahia José Raul Leão Alkmin.

Apesar do destaque da cidade de Uruçuí e também de Floriano – que concentra o setor serviços do vale - a capital do estado do Gurguéia deverá localizar-se na porção central do estado, provavelmente no município de Alvorada do Gurguéia.

As propostas de redivisão político-administrativas localizadas no *front* agrícola expressam a vontade de agentes hegemônicos em rearranjos de antigas estruturas de poder. Não são processos limitados à vontade de um político ou que meramente revivem justificativas já bastante utilizadas por geopolíticos – como a preocupação com a imensidão territorial e o "vazio demográfico". O estados do Rio São Francisco, Gurguéia, Maranhão do Sul e Araguaia são projetos que manifestam territorialmente a vontade de grupos no maior controle de determinadas parcelas do espaço nacional.

No Maranhão por exemplo, os políticos que representam a parte Sul alegam que a falta de recursos em infra-estruturas atrasa o desenvolvimento da produção agrícola. O deputado federal Sebastião Madeira, autor da proposta de criação do Maranhão do Sul, em seus pronunciamentos no plenário da Câmara e também nas entrevistas publicadas pelo "Portal do Maranhão do Sul", deixa claro que a atual divisão político-territorial atrasa o crescimento do Sul do estado. Para ele, somente a divisão garantirá a aplicação de recursos nos setores de maior expressão do Sul do Maranhão, como por exemplo, a agricultura e o turismo.

O deputado, apesar de reclamar do descaso com o Sul do Maranhão, considera essa porção já desenvolvida o suficiente – com atividades econômicas importantes – para que o novo estado seja criado[32]: *"Propus a criação do Estado do Maranhão do Sul porque entendo ser a solução para os problemas da região. O projeto está maduro e conta com a aprovação unânime da população; e a região dispõe de infra-estrutura. Isso propiciará uma corrente positiva no País"* (MADEIRA, 2005).

Para deputada federal maranhense Terezinha Fernandes – defensora do Maranhão do Sul – enquanto não se obtém uma resposta positiva à criação do novo estado, ela reivindica recursos que beneficiem as cidades incluídas na proposta do novo estado, e já alcançou algumas aprovações junto à comissão de Orçamento: conseguiu empenhar mais 900 mil reais para obras de infra-estrutura nos municípios de Davinópolis, João Lisboa e Porto Franco.

[32] Além do desenvolvimento econômico já alcançado o deputado também ressalta que há diferenças sociais nítidas entre os habitantes do Norte e do Sul do estado e portanto, a redivisão territorial atenderia esses dois aspectos, o social e o econômico.

Como a principal reivindicação de recursos vem dos produtores agrícolas os esforços se concentram na obtenção de apoio político para lhes garantir a infra-estrutura necessária, ou seja, apoio creditício e de comercialização, assistência técnica, qualificação de mão de obra e modernização dos setores de produção através de absorção de tecnologias apropriadas.

A mesma deputada também solicita recursos para a construção do ramal ferroviário de Balsas a Estreito da Ferrovia Norte-Sul. Até o momento, o parecer do presidente da comissão de Orçamento foi parcialmente favorável: ele aprovou 7 dos 20 milhões de reais solicitados.

Essa ferrovia ofereceria uma opção comercialmente competitiva para escoar uma boa fração dos atuais fluxos de transportes de cargas de longa distância entre as regiões Norte e Sul do Brasil, principalmente através do 1° Pátio de Integração Multimodal localizado entre as cidades de Porto Franco e Estreito, cujas obras já foram iniciadas e com uma movimentação prevista de aproximadamente 45 milhões de toneladas de grãos por ano. Essa obra influenciará uma área de cerca de 1,8 milhões de quilômetros quadrados de terras da região dos cerrados oferecendo uma opção logística para o comércio internacional brasileiro.

Além da ação de políticos do Sul do Maranhão agindo para favorecer a proposta do novo estado, há manifestações de algumas pessoas dos municípios envolvidos. Através de artigos por elas elaborados e encaminhados à divulgação no *site* do Maranhão do Sul (www.maranhaodosul.com) tais pessoas revelam o porquê do novo estado e quem são os agentes que promovem sua divulgação e dirigem as articulações em torno da proposta:

O depoimento de um defensor da proposta destaca as potencialidades do novo estado: *"O **Maranhão do Sul** tem como base principal a **agropecuária e o turismo**, onde se percebe com bastante ênfase, na migração dos sulistas do país que trouxeram em seus embornais a cultura inovadora do plantio de grãos, como: **arroz, milho, milheto, sorgo, algodão, trigo** e como principal a **soja**, que já é bastante comum nas lavouras da região sul do estado, proporcionando dessa forma, empregos e melhores dias de vida a várias famílias*[33]*"*.

Outro depoimento revela quem são os agentes que se destacam no apoio à proposta de criação do Maranhão do Sul: *"as classes política, a maçonaria e a empresarial, além é claro da Academia Imperatrizense de Letras – AIL, da imprensa regional e de pessoas que estão*

[33] Artigo "Maranhão do Sul... que maravilha!" publicado no *site* do Maranhão do Sul por Alexandre José de Andrade e Silva

interessadas no processo de divisão, inclusive aquelas que estão fora não apenas da região, mas também do estado[34]".

A proposta do Maranhão do Sul é a mais articulada dentre os projetos de redivisão territorial. Ela conta com Comitês (ver tabela nº 18) atuantes que proporcionam eventos – quase sempre relacionados às atividades da maçonaria- onde os agentes podem divulgar a criação do novo estado para a população no geral, que, como pudemos constatar pelas pesquisas, não participam efetivamente desse processo.

TABELA 18 – RELAÇÃO DE COMITÊS PRÓ-CRIAÇÃO DO MARANHÃO DO SUL

Comitês Pró-Criação do Maranhão do Sul	
Cidade	**Presidente/Membros**
Açailândia	Paulo Roberto Oliveira (empresário); Rubens Parra (empresário e político)
Balsas	Roberto Portela (empresário)
Carolina	Remilton R. Pereira
Cidelândia	Elismar Barbosa de Araújo
Estreito	Manoel Leal Parreão
Imperatriz	Fernando Teles Antunes (empresário de hotelaria e lazer, líder maçônico)
Montes Altos	Antonio Gomes de Souza (agropecuarista)
Porto Franco	Vaner da Mota Marinho
Riachão	Jeremias Demito (empresário da indústria de calcário)

Fonte: Elaborado pela autora com base na ata de instalação e posse do Comitê de Porto Franco em 2001.

[34] Essas informações foram retiradas do artigo "Um novo estado – rico e absoluto"do economista Manoel Almeida publicado pelo site www.maranhaodosul.com.

Os Comitês tem como objetivo realizar atividades para criação de novos comitês e sub-comitês em todos os municípios incluídos na proposta de redivisão e fortalecer o movimento através da *"conscientização das massas; motivação da juventude para abraçar a causa cívica e como preponderância:* ***movimento de conscientização eleitoral para eleger somente candidatos comprometidos com o ideal e o movimento de divisão territorial do nosso Estado"*** (Folha do Maranhão do Sul, 12 a 24/09/2001).

Para o estado do Gurguéia, a articulação política é feita pelo deputado federal Júlio César (PFL-PI). Ele acredita que assim como o Tocantins a divisão do estado do Piauí trará desenvolvimento à parte Sul. Júlio César, que é advogado, produtor rural, operador de implemento de agricultura, pecuária e exploração florestal, almeja mais recursos para a expansão de atividades principalmente ligadas à agropecuária em expansão:

"Não nos posicionamos contra o Piauí do Norte. Queremos crescer juntos, porque, como disse alguém da Região Norte, esse é o maior projeto de desenvolvimento do Piauí, é a esperança que todos nós temos de aproveitar o cerrado, o potencial turístico da Serra da Capivara, os poços jorrantes da região do Gurguéia, enfim, todas as riquezas naturais que temos, mas que não são aproveitadas porque o Estado não tem dinheiro nem para sustentar a sua máquina administrativa" (CÉSAR, 2004).

O deputado estadual do Piauí Chico Filho (PMDB), que também representa a região do Gurguéia, conta que chegam levas de 1.500 visitantes aos cerrados. Ele explica que esses turistas são investidores em potencial que vão conhecer os cerrados piauienses, atraídos, entre outros fatores, pela maior facilidade de exportação de soja pelo porto maranhense de Itaqui. Chico Filho (www.estado.dogurgueia.nom.br) afirma que pelo menos 20% do pessoal que está vindo para conhecer os cerrados no Piauí estão se instalando na região.

Outro forte atrativo dos cerrados piauienses está sendo a criação da Estação Aduaneira de Interior (Eadi) ou Porto Seco de Teresina. A Estação Aduaneira vai facilitar o comércio exterior e reduzir os custos de empresas envolvidas com exportação e importação, o que beneficia os plantadores de soja.

O autor da proposta de criação do estado do Gurguéia, o deputado federal Paes Landim, em seus discursos proferidos na Câmara dos Deputados revela sua luta pelo Vale ao propor criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia: *"Essa universidade, que se basearia no Centro*

Federal de Ensino de Bom Jesus, serviria tanto para o cerrado de Barreiras, na Bahia, como para o cerrado de Balsas, no Maranhão, regiões contíguas, com a mesma densidade de área de cerrado. Portanto, seria um grande instrumental para alavancar o desenvolvimento econômico da região. Portanto, uma consciência crítica universitária no Vale do Gurguéia é fundamental para que a área, que sonha em se transformar em Estado independente, dê algum tributo ao Nordeste, região apropriada para ser o seu grande celeiro agrícola" (LANDIM, 2005).

Outra reivindicação apresentada pelo deputado Paes Landim refere-se à construção de estradas para viabilizar a produção do sul do estado do Piauí: *"Pedi-lhe, também, prioridade nas reivindicações da Bahia para a construção da BR-135, que vai de Barreiras até o Maranhão, passando por todo o cerrado piauiense. A estrada é muito importante para a produção. Barreiras, hoje, é o grande núcleo do oeste baiano. Logo que essa estrada estiver concluída e faltam de 150 a 200 quilômetros de Barreiras e Correntes, na Bahia Barreiras vai também ser um núcleo irradiador de progresso e dinamismo para todo o extremo sul do meu Estado"* (LANDIM, 2003).

No Mato Grosso, o deputado estadual Silval da Cunha Barbosa, industrial e comerciante, representa o "nortão mato-grossense" e defende a redivisão do estado. Para ele, o estado do Araguaia terá mais condições de investir em educação, saúde e segurança, podendo executar um plano de desenvolvimento adequado às características da região.

A Comissão Pró-criação do estado do Araguaia revela que o grande problema a ser solucionado com a redivisão é a condição das vias de escoamento da produção. Apesar da grande produção de grãos, a comissão alega que parte dela é perdida em função das péssimas condições das estradas. Esse e outros fatores são apontados como sendo estratégias para o novo estado: desenvolver e fomentar a competitividade do estado no contexto da economia globalizada para produzir com padrões de eficiência em nível mundial; criar condições à população, de acesso e facilidade de atendimento aos bens sociais e ao mercado de trabalho; corrigir as distorções os desequilíbrios regionais de crescimento; transformar as estruturas de governo, modernizando, descentralizando e construindo serviços voltados ao cidadão e ao incremento da eficácia; criar nova prática de governo que incorpore toda a sociedade para novos estados mais solidários e democráticos.

Mozarildo Cavalcanti, senador do estado de Roraima e autor da proposta de criação do estado do Araguaia, utiliza como justificativa à criação do estado sua dimensão territorial. Para ele, que também é autor dos projetos de criação do estado do Tapajós e territórios federais na Amazônia, a grande extensão territorial é um impedimento ao desenvolvimento: *"Essa geografia (...) não trabalha a favor do desenvolvimento regional; não trabalha a favor da eliminação das desigualdades regionais (...) A necessidade de criação desse Estado se liga diretamente ao fato de o Mato Grosso, pela sua dimensão, correspondente a mais de quatro vezes a área de São Paulo, não conseguir uma ação de governo capaz de induzir um desenvolvimento harmônico. A região norte daquele Estado, por exemplo, se ressente da falta de uma estrutura de serviços públicos e de instituições capazes de levar desenvolvimento e bem-estar social a seus habitantes"* (CAVALCANTI, 2004).

A concepção de desenvolvimento do senador reside na ampliação de atividades econômicas e industriais, como por exemplo o agronegócio: *"A expansão da produção e a contínua ampliação das áreas incorporadas às atividades agropecuárias ampliam a demanda interna e atraem investimentos em infra-estrutura e criam um vasto leque de oportunidades não só para as indústrias com interesse direto no agronegócio. O setor de serviços é um dos que mais se têm beneficiado com o surgimento de novos núcleos urbanos e o crescimento das cidades interioranas. A demanda por escolas, serviços médicos e de alimentação, de engenharia e outros estimula profissionais das mais variadas atividades a deixar os grandes centros em busca dessas oportunidades (...). Os Governos da União e dos Estados devem não só ficar atentos ao dinamismo econômico produzido pelas atividades agropecuárias, mas procurar reforçá-lo e induzi-lo; buscar, inclusive, antecipar-se a ele por meio de planejamento estratégico, de políticas concatenadas e pensadas para médio e longo prazo"* (CAVALCANTI, 2003).

O papel da redivisão territorial seria portanto o de facilitar a implantação de programas de desenvolvimento baseados no conhecimento da realidade da unidade da Federação. E, como forma de melhor conhecer a área a ser desmembrada CAVALCANTI (2001) revela que mantém contato com "todos" os representantes da sociedade: *"Estive em Sinop, participei de manifestação na qual estavam representados todos os segmentos da sociedade: a Igreja, a maçonaria, os políticos, os empresários. E o sentimento é de realmente querer a emancipação política"*.

O projeto de criação do estado do Rio São Francisco foi encaminhado pelo deputado federal de Pernambuco Gonzaga Patriota. Por representar outro estado e propor uma redivisão territorial na Bahia o deputado se justifica utilizando argumentos históricos: a margem esquerda do São Francisco já pertenceu à Comarca de Pernambuco e atualmente os vínculos e relações sociais e econômicas mais intensos são realizados mais com cidades do Distrito Federal e Goiás do que com Salvador.

Para o deputado o novo estado será *"uma nova fronteira agrícola do Brasil, com vocação também para tecnologia, indústria, comércio e prestação de serviços. Não se trata de mexer na integridade da Bahia. Trata-se, isso sim, de dar à população local e a todo o Brasil a possibilidade de melhores dias e mais desenvolvimento (...) O povo do chamado Além São Francisco criou o grande celeiro da Bahia, um dos maiores do Brasil. Eles merecem atenção e investimentos proporcionais à sua importância e expressão geográfica, econômica e social"* (PATRIOTA, 2003).

O perfil de atuação do deputado concentra-se na área produtora de frutas do vale do São Francisco e portanto, PATRIOTA (2004) reclama por ações que consolide a produção agrícola da área: *"Esse gigante transformou parte do sertão nordestino, cujas terras áridas, situadas em Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Curaçá, na Bahia, respondem, hoje, por 15% da produção nacional de vinhos finos e por mais de 90% da uva de mesa exportada pelo Brasil, além das melhores mangas do mundo e da cana-de-açúcar de maior produção de toneladas por hectare (...). A grande meta do setor brasileiro é consolidar-se no mercado internacional não apenas como produtor de frutas tropicais, mas também de muitas frutas-chave. Todos sabemos do sucesso do agronegócio brasileiro, para o que o Vale do São Francisco tem dado grande contribuição"*.

A deputada estadual Jusmary Oliveira, que representa os anseios do oeste da Bahia, admite que não há nenhum político fortemente empenhado nas articulações a favor da criação do estado do Rio São Francisco. No entanto, a deputada é favorável à proposta: *"A Bahia é muito grande. Sou governista, mas sei dos lucros que tanto a Bahia como o novo estado teriam. Realmente, eu vejo que essa é a vontade do povo, é uma unanimidade"* (Jornal Tarde 14/11/2004).

Uma articulação política que começa a despontar no oeste da Bahia para a criação do estado do Rio São Francisco está sendo realizada pela FUNDASF – Fundação de integração cultural e

cidadania do além Rio São Francisco - fundada em 23 de Novembro de 2004, com sede na cidade de Barreiras (BA).

A FUNDASF pretende: defender a democratização da radiodifusão de sons e imagens para difundir e integrar, as culturas regionais, educação, cidadania, preservação do meio ambiente e a garantia da democracia; contribuir para melhoria das condições de vida das pessoas, preferencialmente dos 35 Municípios da margem esquerda além do Rio São Francisco, que querem a criação do estado Rio São Francisco (www.fundasf.org.br).

Dinamizar a articulação entre a instância nacional e as regionais, assim como apoiar a criação do estado do Rio São Francisco, e após sua criação, participar das ações administrativa dos poderes constituídos como agência de desenvolvimento não governamental, são as pretensões da FUNDASF com a criação do novo ente federativo[35].

Apesar das articulações para a criação do novo estado parecem pouco divulgadas, salvo agora pela criação da FUNDASF, HAESBAERT (1996) afirma que a criação do estado do Rio São Francisco é muito discutida pelos agricultores Sulistas - os grandes interessados na redivisão.

Os diretores da FUNDASF entraram em contato com o autor do projeto - o deputado federal Gonzaga Patriota - em dezembro de 2004 para começarem uma maior movimentação em favor da divulgação da proposta. Pretendem agir como intermediários do deputado e da população local. A composição da FUNDASF está apresentada na tabela nº 19.

[35] Dado à recente criação dessa entidade não foi possível coletar mais dados referentes à sua fundação e composição.

TABELA 19 – COMPOSIÇÃO DA FUNDASF

COMPOSIÇÃO DA FUNDASF	
Presidente	Nascimento Marçal de Jesus
Vice-Presidente	João Ferreira dos Santos
Primeira Secretária	Edeltrudes Marçal dos Santos
Segundo Secretário	Laerte R. de Almeida
Primeiro Tesoureiro	Nuciney Fagundes de Almeira
Segundo Tesoureiro	Eduardo Pereira de Souza
Coordenador de Planejamento	Mário Sérgio de Araújo
CONSELHO DE FUNDADORES	
Presidente do conselho	José Domingos S. Magalhães
Conselheiro	Eurimar Monteiro de Andrade
Conselheiro	Adenilson Arruda Santos
Conselheiro	Rider Mendonça e Castro
Conselheiro	João A. de Sá-Teles

Fonte: www.fundasf.org.br

Essas articulações também são verificadas no Congresso Nacional. Em outubro de 2003 foi criada uma Frente Parlamentar de Redivisão Territorial que pretende agilizar as discussões a respeito do tema bem como conquistar mais políticos favoráveis à criação de novos estados. Essa Frente foi idealizada por Ronaldo Dimas (deputado federal e partidário a redivisão territorial) e pelo deputado Sebastião Madeira, autor da proposta de criação do Maranhão do Sul. Os outros políticos que a compõem constam na tabela nº 20.

TABELA 20 – DEPUTADOS E SENADORES QUE COMPÕEM A FRENTE PARLAMENTAR DE REDIVISÃO TERRITORIAL

DEPUTADO	PARTIDO/UF
Dep. ANN PONTES	PMDB/PA
Dep. MANINHA	PT/DF
Dep. NICE LOBÃO	PFL/MA
Dep. TEREZINHA FERNANDES	PT/MA
Dep. ZELINDA NOVAES	PFL/BA
Dep. AGNALDO MUNIZ	PPS/RO
Dep. ALBERTO FRAGA	PMDB/DF
Dep. ALEX CANZIANI	PTB/PR
Dep. ALMIR SÁ	PL/RR
Dep. ANDRÉ LUIZ	PMDB/RJ
Dep. ANDRÉ ZACHAROW	PDT/PR
Dep. ANÍBAL GOMES	PMDB/CE
Dep. ANTONIO JOAQUIM	PP/MA
Dep. ARNON BEZERRA	PSDB/CE
Dep. ÁTILA LINS	PPS/AM
Dep. AUGUSTO NARDES	PP/RS
Dep. BISMARCK MAIA	PSDB/CE
Dep. BISPO WANDERVAL	PL/SP
Dep. CARLOS MOTA	PL/MG
Dep. CARLOS NADER	PFL/RJ
Dep. CORIOLANDO SALES	PFL/BA
Dep. DANIEL ALMEIDA	PC do B/BA
Dep. DARCI COELHO	PFL/TO
Dep. DR. BENEDITO DIAS	PP/AP
Dep. DR. RIBAMAR ALVES	PSB/MA
Dep. DR. RODOLFO PEREIRA	PDT/RR
Dep. EDISON ANDRINO	PMDB/SC
Dep. EDUARDO BARBOSA	PSDB/MG
Dep. ELISEU PADILHA	PMDB/RS
Dep. FERNANDO DE FABINHO	PFL/BA
Dep. FERNANDO GABEIRA	PT/RJ
Dep. FEU ROSA	PP/ES
Dep. GASTÃO VIEIRA	PMDB/SP
Dep. GONZAGA MOTA	PSDB/CE
Dep. GONZAGA PATRIOTA	PSB/PE
Dep. HOMERO BARRETO	PTB/TO
Dep. INALDO LEITÃO	PL/PB
Dep. JAIME MARTINS	PL/MG
Dep. JOÃO BATISTA	PFL/SP
Dep. JOÃO CORREIA	PMDB/AC
Dep. JOÃO HERRMANN NETO	PPS/SP
Dep. JOSÉ DIVINO	PMDB/RJ
Dep. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL/DF
Dep. JOSÉ ROCHA	PFL/BA
Dep. JOSUÉ BENGTSON	PTB/PA

Dep. JOVAIR ARANTES	PTB/GO
Dep. JÚLIO CÉSAR	PFL/PI
Dep. JÚLIO DELGADO	PPS/MG
Dep. JÚLIO SEMEGHINI	PSDB/SP
Dep. LUIZ BITTENCOURT	PMDB/GO
Dep. LUIZ PIAUHYLINO	PTB-PE
Dep. MANOEL SALVIANO	PSDB/CE
Dep. MARCELO CASTRO	PMDB/PI
Dep. MARCOS DE JESUS	PL/PE
Dep. MÁRIO HERINGER	PDT/MG
Dep. MAURÍCIO QUINTELA LESSA	PSB/AL
Dep. MAURO BENEVIDES	PMDB/CE
Dep. MAURO LOPES	PMDB/MG
Dep. MEDEIROS	PL/SP
Dep. MOACIR MICHELETTO	PMDB/RR
Dep. NELSON MARQUEZELLI	PTB/SP
Dep. NELSON MEURER	PP/PR
Dep. OSMÂNIO PEREIRA	PTB/MG
Dep. OSVALDO REIS	PMDB/TO
Dep. PAES LANDIM	PFL/PI
Dep. PASTOR REINALDO	PTB/RS
Dep. PAULO MARINHO	PL/MA
Dep. PEDRO CHAVES	PMDB/GO
Dep. RENATO CASAGRANDE	PSB/ES
Dep. RICARTE DE FREITAS	PTB/MT
Dep. ROBERTO BALESTRA	GO
Dep. ROBERTO PESSOA	PL/CE
Dep. ROGÉRIO SILVA	PPS/MT
Dep. ROMEU QUEIROZ	PTB/MG
Dep. ROMMEL FEIJÓ	PSDB/CE
Dep. SERAFIM VENZON	PSDB/SC
Dep. VITTORIO MEDIOLI	PSDB/MG
Dep. WALTER FELDMAN	PSDB/SP
Dep. ZEQUINHA MARINHO	PTB/PA
Senador AGUSTO BOTELHO	PDT/RR
Senador EDUARDO AZEREDO	PSDB/MG
Senador JOÃO BATISTA MOTTA	PPS/ES
Senador JOÃO RIBEIRO	PFL/TO
Dep. YEDA CRUSIUS	PSDB/RS

As articulações visando a redivisão territorial mostram que a criação de novos estados seria a forma mais eficiente de atender interesses latentes das elites de cada região, visto que são justamente esses os agentes organizadores das propostas. Isso diminuiria os conflitos existentes dentro da atual organização político-territorial, concentrando o poder político em uma nova unidade de interesses mais homogêneos.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

HAESBAERT (1996: 410) verificou que a criação dos estados do Maranhão do Sul, Gurguéia e Rio São Francisco, seria uma forma de legitimar os interesses dos Sulistas na área dominada pela moderna agricultura. De um modo geral, a criação desses estados seria conveniente: *"(...) tem a ver com a ampliação de sua participação política tendo em vista a parcela ainda muito restrita presente nas câmaras municipais e a ausência da representação 'gaúcha' na câmara estadual"*.

A criação de uma nova unidade político-administrativa é portanto, muito mais que a criação de estratégias políticas e alianças, essenciais para a continuidade da expansão das atividades produtivas. É também a canalização de recursos para tornar o território mais funcional à lógica do mercado.

Além da modernização do território proporcionando maior fluidez para a produção agrícola, ressalta-se que é também necessário a regulação política regional para que tais formulações perdurem. É portanto, a partir de um novo uso do território que a busca pelo poder político-administrativo ocorre.

Dessa forma, um novo recorte político-territorial garante nova representação política e a possibilidade de outros planos e estratégias. As articulações para a criação do estado do Rio São Francisco, Gurguéia, Maranhão do Sul e o Araguaia deixam claro que há grupos empresariais formulando as principais metas a serem atingidas com cada novo estado. São interesses corporativos que delimitam a "região" – ao fazer o recorte das propostas - e que mostram suas intencionalidades em agir naquele determinado subespaço. Tais intencionalidades relacionam-se principalmente à ampliação das atividades agrícolas e à construção e melhoramento de vias de escoamento para a produção visto que suas características em comum são: a possibilidade de ampliação de atividades modernas; e as demais relações que surgem como conseqüência da expansão das atividades econômicas.

PARTE IV - A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NAS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS

"O desenvolvimento ignora aquilo que não é calculável nem mensurável, isto é, a vida, o sofrimento, a alegria, o amor (...). Concebido unicamente em termos quantitativos, ele ignora as qualidades: as qualidades da existência, as qualidades da solidariedade, as qualidades do meio, a qualidade da vida, as riquezas humanas não calculáveis e não monetarizáveis; ele ignora a doação, a magnanimidade, a honra, a consciência"

Edgar Morin, 2003

CAPÍTULO 10 – MANIPULAÇÕES IDEOLÓGICAS NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NOS PROJETOS DE CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS

A intensa manipulação do termo *desenvolvimento* nas propostas de criação de novos estados não está contudo, amparada por sua definição. Ideologicamente inserida nos projetos de redivisão territorial, essa variável – que é carregada de aspectos positivos relativos a mudanças e promessas de melhora – auxilia a formulação de planos estratégicos de determinados grupos. O discurso elaborado para a aceitação de novas fronteiras torna-se mais forte, mesmo que pouco esclarecido, ao afirmar que será alcançado o desenvolvimento com a criação de um novo estado.

O fato da palavra desenvolvimento ser polissêmica possibilita o surgimento de mistificações e dogmatismos, sendo esta uma forma de conduzir a situação a favor dos interesses daqueles que formulam o discurso.

O que se propõe nessa dissertação é analisar, a partir das propostas de redivisão territorial, qual a concepção de desenvolvimento trazida nos projetos de criação de novos estados do *front* agrícola.

PRADO JÚNIOR (1999[1968]) explica que a teoria do desenvolvimento é um desdobramento da teoria econômica em que as bases envolvem a análise e explicação dos ciclos econômicos. JAGUARIBE (1962) afirma que o grau de desenvolvimento de um país é medido costumeiramente comparando seu produto real e sua renda *per capita* com países desenvolvidos. Os dois autores alertam para o fato do desenvolvimento ser, por vezes, tratado apenas de forma puramente econômica, buscando-se aplicar modelos analíticos sem contudo, analisar as especificidades de cada país.

A análise de FURTADO (2000) para o desenvolvimento apresenta dois sentidos distintos que, de forma geral, têm sido utilizado. O primeiro refere-se à evolução do sistema social de produção quando este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas fica mais eficaz e eleva a produtividade. O segundo refere-se ao grau de satisfação das necessidades humanas. Os critérios nesse segundo sentido podem ser objetivos quando se trata de necessidades elementares, como por exemplo, alimentação, habitação e saneamento. Mas afastando esse caráter essencial, as necessidades de cada um tomam referência a um sistema de valores e tendem a perder nitidez.

Do objetivo de satisfazer as necessidades humanas – fora seu caráter essencial - nasce, portanto, uma outra dimensão do conceito de desenvolvimento pretendida pelos grupos dominantes de uma sociedade. Nesta terceira dimensão é usado o discurso ideológico para legitimar objetivos e alcançar metas – o que para a grande maioria soam desnecessários.

"Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica" (FURTADO, 2000:22).

BUNGE (1989) analisa o desenvolvimento através de quatro principais concepções costumeiramente utilizadas, mas, como ele mesmo alerta, são errôneas pela parcialidade que carregam. A *concepção biológica* do desenvolvimento defende o aumento do bem-estar e a melhora da saúde através de investimento em moradia, alimentação e vestimenta. Apesar do caráter nobre introduzido nessa concepção, ela não se preocupa com os meios necessários para alcançar esse desenvolvimento, o que a torna deficiente.

A concepção do *desenvolvimento econômico* é também apontada pelo autor como sendo densamente utilizada. Nesta, o desenvolvimento liga-se ao crescimento econômico[36] que é considerado freqüentemente como sinônimo de industrialização. O desenvolvimento econômico costuma eliminar outras frentes uma vez que carrega a produção como objetivo primordial. *"Realmente, o desenvolvimento (econômico) tem sacrificado enormemente o nível de vida, a cultura e a vida política, o que é uma aberração, já que a economia devia ser um meio e não um fim"* (BUNGE, 1989: 9).

Para PRADO JÚNIOR (1999[1968]) o desenvolvimento alicerçado no crescimento econômico não é tratado como tema essencialmente histórico como deveria. Isso se deve a origem da teoria do desenvolvimento que gera modelos "prontos" para sempre buscar a inserção no sistema geral do capitalismo.

A *concepção política* do desenvolvimento consiste na expansão da liberdade, no aumento e na segurança dos direitos humanos e políticos. No entanto, só o progresso político não é suficiente. Embora seja necessário, os direitos políticos não terão valia se faltam meios econômicos e culturais para exercê-los (BUNGE, 1989).

---

[36] JAGUARIBE (1962: 15) define desenvolvimento econômico como *"um processo de crescimento da renda real caracterizado pelo melhor emprego dos fatores de produção"* sendo distinto de crescimento econômico que se refere *"ao simples aumento quantitativo da riqueza ou do produto per capita"*.

A última concepção de desenvolvimento levantada pelo mesmo autor é a *concepção cultural*. Esta visão considera como desenvolvimento o enriquecimento da cultura e a difusão da educação. Assim como as outras concepções, esta se condena ao esquecimento se a conjuntura política e econômica não favorecer sua implementação.

Essas divisões a respeito do desenvolvimento ao invés de serem utilizadas apenas como facilidade metodológica estão sendo aplicadas separadamente e vem substituindo a visão do desenvolvimento como um processo social. Além disso, há de se considerar o território nas formulações sobre o desenvolvimento, pois compreendemos que o processo social é sobretudo um processo sócio-espacial, porque como lembra SANTOS (2002a) o homem também vale pelo lugar que habita.

O fato de se medir o grau de desenvolvimento utilizando um só tipo de indicador e não considerando o território produz uma visão distorcida da realidade social e conduz a planos de desenvolvimento desequilibrados e, portanto, ineficazes. Ignorar algumas concepções ou eleger somente uma para responder pelo desenvolvimento forma sociedades desequilibradas já que sempre passarão por crises devido à falta de investimentos em alguma instância.

Apesar disso, todos os objetivos aspirados pelas diferentes concepções de desenvolvimento são louváveis e é por isso que sempre se empresta um sentido positivo a essa idéia, já que o desenvolvimento traduziria a realização das potencialidades humanas.

A constante redução do desenvolvimento a um aspecto específico da sociedade exige a inclusão de discursos ideológicos nas políticas para que suas formulações sejam aceitas. O aumento da eficácia do sistema de produção é comumente apresentado como indicador principal do desenvolvimento e a esse fator acrescentam-se maiores investimentos por parte do governo e do capital privado. No entanto, se esse fator não estivesse imerso num discurso ideológico, por si só ele não se sustentaria já que é observada a degradação das condições de vida de grande parte da população.

Deste modo, para que os objetivos das propostas de criação dos novos estados no *front* agrícola sejam difundidos - objetivos de ampliação das atividades econômicas ligadas ao agronegócio - os agentes propositores manipulam ideologicamente o termo desenvolvimento para que este se torne aceitável. O uso da ideologia possibilita um consenso em torno de uma concepção de desenvolvimento cujos reais beneficiados serão apenas parte da população.

LÖWY (1988: 79) discorre que o termo ideologia acumulou ao longo do tempo ambigüidades e equívocos. Sua origem inscreve-se dentro da perspectiva positivista, como parte da zoologia. No entanto, foi Napoleão que, ao chamar de ideólogos aqueles que estudavam objetos fora da realidade, marca um novo significado para a expressão. Quando Marx aborda o termo ele o classifica como sendo uma forma de *falsa consciência*, correspondendo a interesses de classe. Karl Mannheim retoma Marx e também discute sobre o conceito de ideologia. Ele cria o conceito de *ideologia total* –abrangendo ideologia e utopia - que seria o *"conjunto da estrutura de consciência de uma classe ou categoria social, seu estilo de pensamento socialmente condicionado"*.

Apesar de acreditar que depois de Marx foi Mannheim quem buscou abordar mais seriamente os problemas envolvidos nesse conceito, LÖWY (1988: 12) prefere utilizar o termo *visão social de mundo*, ao invés de *ideologia total* para abordar num único conceito as ideologias e as utopias. Para o autor utopia e ideologia não são *falsa consciência* pois elas contêm, *"não apenas as orientações cognitivas, mas também um conjunto articulado de valores culturais, éticos e estéticos que não substituem categorias do falso e do verdadeiro"*. A *visão social de mundo* refere-se a uma visão de mundo social – conjunto de idéias sobre o homem, a sociedades, etc, - e está ligado aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais. Ela pode tanto ser *ideológica*, ou seja, carregar uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida, quanto ser *utópica,* que almeja uma situação ainda não-existente das relações sociais.

MÉSZÁROS (2004:57) é enfático ao dizer que na sociedade *"tudo está 'impregnado de ideologia', quer a percebamos, quer não"*. Há um sistema ideológico dominante – discurso "racional" - que funciona para impor suas próprias regras e, por controlar as instituições culturais e políticas da sociedade, dificilmente poderá ser desmascarado. O poder que a ideologia exerce não se trata de uma ilusão:

"(...) mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada (...). Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstruída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos" (MÉSZÁROS, 2004: 65).

A análise feita por ROCHA (2000: 7) sobre as propostas de criação de novos estados no Pará revela que: *"Em relação ao estado, o consenso nunca foi (nem é) livre. Ao contrário, sempre foi (e é), pelo menos em parte, forçado e manipulado. A pretensão de autonomia política-administrativa não nasceu de uma manifestação popular. Antes, foi um processo conduzido pelas elites locais"*.

O discurso divisionista, manipulado ideologicamente para ser transmitido, carrega objetivos eminentemente corporativos. Destina-se a defender interesses específicos, relativos ao setor de atividades dos agentes. Dado o novo uso do território, esses agentes hegemônicos partem agora para a busca do poder político através da criação de novos estados.

FURTADO (1974:75) discorre sobe a forma enganosa com que o desenvolvimento econômico é apresentado e discutido nos países subdesenvolvidos. Para o autor, o desenvolvimento econômico – *"idéia de que os **povos pobres** podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais **povos ricos**"* – é irrealizável nos países periféricos. No entanto, essa idéia tem sido muito utilizada para legitimar novas formas de produção e dominação:

*"(...) a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência para concentrá-las em objetivos abstratos como são os **investimentos**, as **exportações** e o **crescimento**"* (FURTADO, 1974:75).

A constante repetição do desenvolvimento que a nova divisão proporcionará cria uma psicoesfera favorável ao empreendimento ampliando sua dimensão. Por mais que a idéia nasça primeiramente de certos grupos, a gravidade dos problemas que acometem muitos desses subespaços e a possibilidade de sua solução faz com que uma grande quantidade de pessoas se manifeste a favor do movimento. Em meio ao convencimento da população surge, por vezes, o resgate de uma tradição[37] divisionista remetendo a uma certa "vocação" para a autonomia.

A concepção de desenvolvimento ostentada pelas propostas de criação dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e Rio São Francisco é primordialmente econômica e utiliza um discurso ideológico para alcançar os objetivos de somente parte da população. O desenvolvimento enunciado refere-se ao aumento da produtividade através da modernização do

[37] A proposta de divisão do Maranhão do Sul afirma que em 1835 ocorreu um movimento divisionista neste mesmo local do estado. Estava sendo almejada uma região politicamente independente, não apenas um novo estado, mas sim uma "república nacional e democrática" (SANCHES, 2003).

território, ou seja, da viabilização do território para a produção voltada ao mercado internacional. As elites que detém o controle do discurso ideológico serão as beneficiadas: uma elite urbana - que terá seu comércio e serviços ampliados devido à nova máquina administrativa - e a elite agrária que verá avanços para suas atividades.

CAPÍTULO 11 – A CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM ALGUMAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Neste capítulo pretende-se discorrer brevemente sobre a concepção de desenvolvimento trazida em algumas políticas de integração territorial brasileira. Assim, tem-se o objetivo de comparar as intenções formuladas a cerca do desenvolvimento tanto esfera nacional quanto localmente, com os projetos de criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro.

A modo como o território brasileiro foi sendo planejado ao longo do tempo fornece elementos para a composição de um quadro geral de algumas diretrizes tomadas para o desenvolvimento do Brasil. Contudo, devido à abrangência do tema e sua complexidade será abordado apenas algumas políticas de integração territorial adotadas com o intuito de desenvolver o país.

Um primeiro momento a ser destacado refere-se às políticas assumidas no Brasil colônia, enquanto a mecanização do território ocorria lentamente. Nesse momento as ações seguiam os propósitos do pacto colonial, ou seja, forneciam condições para a o cultivo e exploração de produtos primários voltados à exportação. Com o aumento da produção voltada à exportação após a Independência, o território modificou-se para acolher as atividades em expansão, no entanto, apesar de não mais existir o intermediário entre a produção e a comercialização de seus produtos no comércio internacional, o Brasil permanece condicionando suas políticas às circunstâncias externas.

Até 1930 o Brasil ainda era marcado pelo ritmo de crescimento econômico baseado na exportação de produtos primários. A difusão do meio técnico-científico operava-se a partir do centro do sistema, à época a Europa, de modo que a qualidade e a quantidade dos objetos técnicos dispostos pelo território, que davam sustentação a essa economia agro-exportadora, obedeciam a uma lógica externa.

O próprio território é produzido para atender a exigências do centro do sistema. O território brasileiro, assim como todas as nações colonizadas, incorporou a história européia, ou seja, a produção do território brasileiro incorporou um projeto alheio, um projeto derivado, produtor de um território derivado. SANTOS (2003) discorre que a partir desse momento os Estados são persuadidos das vantagens do crescimento econômico, da sociedade de consumo. Impõe-se uma

ideologia voltada ao desenvolvimento que prega um único parâmetro de ação, aquele referente à aceitação do capital estrangeiro.

Como discorre MELLO (1982), as economias primário-exportadoras, formadas nas últimas décadas do século XIX, fundamentavam-se nas exportações como único componente de crescimento de renda. É o *crescimento para fora* especializado entre dois setores: o setor externo – motor do dinamismo – e o setor interno – integrado principalmente pela agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas, e por atividades de subsistência. Devido às dificuldades de importação dos países centrais durante a I Guerra Mundial e a depressão dos anos 30 o Brasil teve que se industrializar para poder gerar emprego e consumo para parte da população e renda para o Estado. Este novo processo de *desenvolvimento para dentro* marca uma profunda mudança nas bases produtivas brasileiras que passaram por uma grande reestruturação, principalmente com a implantação de indústrias de bens de produção, visando conter a crise do mercado mundial.

PRADO JÚNIOR (1999[1968]) adverte que os investimentos no setor industrial continuaram voltados às necessidades de consumo de somente parte da população, antes atendidos por fornecedores externos. As indústrias que aqui se instalaram buscaram o mercado de alto nível, e ainda:

"A industrialização brasileira marchará canhestramente e por impulsos descontínuos e desordenados, ao sabor das vicissitudes que lhe são estranhas, como em particular a caprichosa conjuntura das finanças externas" (PRADO JÚNIOR, 1999[1968]: 122).

A industrialização nos setores básicos da estrutura industrial e a modernização do Estado continuaram a serem feitos no segundo governo de Vargas. Para alcançar os objetivos de um desenvolvimento industrial o Estado priorizou suas políticas públicas e seus investimentos em infra-estrutura, energia e transportes.

O Plano de Metas do governo Juscelino Kubistschek, por exemplo, alterou profundamente a estrutura econômica do país. Com investimentos emanados do Tesouro Nacional e recursos externos foi possível alterar os setores de energia, transporte, siderurgia, indústria automobilística e eletro-eletrônica além de realizar obras de infra-estrutura em geral e construir a nova capital brasileira no planalto central.

Dois aspectos do Plano de Metas se destacam: o setor de transportes e a construção de Brasília. Quanto ao setor de transportes, foi privilegiado, como já visto, as estradas de rodagem que promoveram a integração física do território. Esse sistema, articulando rodovias federais,

estaduais e municipais, repercutiu principalmente no interior do centro-sul do país interligando áreas produtoras de matérias-primas, centros industriais e mercados internos de consumo. A construção da Belém-Brasília é exemplo da forma utilizada pelo Estado para efetivar a integração do território.

A construção de Brasília no centro físico do território brasileiro promoveu a interligação de vários pontos do país à nova capital. Brasília aparece como um pólo de articulação nacional atraindo atenções governamentais, dos segmentos privados e da opinião pública nacional. Paralelamente à sua construção diversas vias de acesso e penetração para o sul, leste, oeste, norte e nordeste eram abertas e confluíam para planalto central.

Esses investimentos indicam que o desenvolvimento almejado seria alcançado com uma intensa expansão econômica promovida através da grande articulação entre a economia brasileira e o capital internacional, o que explica a entrada de empresas multinacionais.

Para ARAÚJO (2000a) o modelo de desenvolvimento estava orientado para dois grandes mercados: o das elites e classe média alta brasileira; e o mercado externo. Isso mostra nitidamente que os investimentos promovidos pelo Estado voltavam-se a determinados segmentos da sociedade.

Em 1964, com o regime militar, o Estado desenvolveu políticas para o Norte e Centro-Oeste, dando continuidade ao processo de integração do território voltado ao mercado. Para BECKER (1996) as políticas de modernização da sociedade e do território propostas durante o regime militar impuseram uma malha planejada de duplo controle, técnico e político. Essa malha teve como componentes: grandes redes de integração; criação de territórios federais; subsídios ao fluxo de capital para apropriação privada da terra; e incentivos à imigração para ocupar o território.

Em decorrência desse projeto de crescimento econômico foram implantados programas de abertura de estradas para ligar as regiões do país e também apoiados projetos de grandes empresas e intensificado a exploração mineral. As rodovias Cuiabá-Porto Velho, Manaus-Boa Vista e o Complexo Carajás são produtos das políticas adotadas nesse período militar.

Essas políticas tiveram início mais especificamente com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para os anos de 1964-1966. No PAEG, a forma proposta para amenizar as disparidades regionais e à necessidade de ocupação econômica da Amazônia foi através da criação de esferas de coordenação de caráter centralizador. Desse programa surge então o

Ministério Extraordinário para a Coordenação de Organismos Regionais. O PIN (Programa de Integração Nacional) lançado em 1967 dirigiu-se ao nordeste e à Amazônia. Para "alargar as fronteiras econômicas internas" o programa construiu a Rodovia Transamazônica e a Cuiabá-Santarém e, para tanto, envolveu a atuação de nove ministérios (COSTA, 1989).

Além desse, outros programas preocupados com a integração nacional, foram formulados, mas o principal deles foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND) para os anos de 1972-1974. Esse plano acentuou os objetivos de integração nacional e de expansão da fronteira econômica – agrícola, industrial, urbana, de povoamento, etc – criando as "regiões metropolitanas" e reforçando os "pólos de desenvolvimento". A integração nacional seria alcançada através do desenvolvimento regional que criaria um mercado interno auto-suficiente e permitiria a progressiva descentralização econômica (SOUZA, 1994). Os pólos de desenvolvimento implantados no nordeste, no centro-oeste e na Amazônia buscavam esses objetivos, mas a forma de sua implantação no Brasil se difere da proposição inicial dessa estratégia.

Cabe aqui destacar que a estratégia dos pólos de desenvolvimento baseia-se na obra de François Perroux. Esse autor definiu pólo de desenvolvimento como sendo uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades – empresas, indústrias - que exercem efeitos de expansão sobre outras unidades (PERROUX, 1967).

Mas PERROUX (1967) alerta que desenvolvimento é desequilíbrio e que o crescimento econômico e o desenvolvimento só são possíveis através da organização dos meios de propagação dos efeitos de um pólo de desenvolvimento. O autor exemplifica dizendo que a empresa terá que reinvestir no local parte de seu lucro bem como contribuir para o desenvolvimento técnico e humano:

"A implantação dum pólo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais (...) Uma vez implantado, o pólo distribui salários e rendimentos monetários adicionais sem aumentar necessariamente a produção local de bens de consumo; transfere mão-de-obra e separa-as das suas unidades de origem, sem necessariamente lhe conferir um novo enquadramento social; concentra cumulativamente, em determinado local e dentro de determinado ramo, o investimento, o tráfico, a inovação técnica e econômica, sem necessariamente alargar a vantagem a outros locais, onde o crescimento e o desenvolvimento podem ser, pelo contrário, retardados" (PERROUX, 1967: 194).

Apesar do alerta, os cuidados com os efeitos causados com a implantação de um pólo de desenvolvimento não foram tomados e, no II PND, formulado para os anos de 1975-1979, já havia evidências de desaceleração da taxa de crescimento da economia. Além disso, problemas ligados às condições de financiamento interno, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, à aceleração da inflação e às mudanças na ordem econômica internacional demarcaram um novo momento na evolução do país. Apesar desses aspectos o governo resolveu levar adiante o II PND – dirigido à montagem de novas condições de industrialização com a implantação de novos setores – através do crescente endividamento externo como forma de dar sustentação aos gastos públicos (LOPREATO, 2002).

Como SANTOS (2003) observa, os pólos de desenvolvimentos serviram à difusão do capital no território. NICHOLS (1969, *in* SANTOS, 2003) declara que essa teoria não teve o resultado esperado pois os investimentos em outros centros voltavam em grande parte para o centro principal.

A direção assumida no II PND era distinta do I PND, pois os recursos foram implantados em *áreas* e *setores* selecionados de cada região do Brasil, deixando de lado o tipo extensivo de investimento. A ênfase ficou centrada no esforço do crescimento econômico a partir de capitais privados nacionais e estrangeiros que receberiam incentivos governamentais diversos para constituir mega-empreendimentos de retorno lucrativo rápido.

É nesse período, quando os progressos da ciência e das técnicas deram condições para outros lugares abrigarem modernizações, que a descentralização industrial é ampliada chegando a novas áreas do Sul e em pontos do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

As políticas adotadas no período militar voltavam-se primordialmente à disseminação de pólos de desenvolvimento. Para ARAÚJO (2000) a forma de implantação desses pólos indicam o processo de *integração competitiva*. O POLOAMAZÔNIA, o POLOCENTRO e o POLONORDESTE, conforme discorre ALVES (2001), foram programas que estavam dentro desses objetivos, ou seja, foram lançados como pólos de desenvolvimento agropecuários e minerais destinados à modernização desses setores.

A Zona Franca de Manaus, também exemplo dessa ação, foi criada para fomentar o comércio de mercadorias importadas. Os entes da federação uniram-se para criar a densidade normativa necessária para tal especialização territorial e estabeleceram, dentre outras normas, a

isenção dos impostos sobre importação, exportação e produtos industrializados e também a redução do ICMS.

Toda essa gama de investimentos em diversos pontos do território deriva, de um período de crescimento acelerado da economia em que o esquema de financiamento contou com condições favoráveis tanto externamente - o mercado financeiro internacional garantiu crédito fácil e barato - quanto internamente - o movimento de expansão econômica assegurou o aumento da carga tributária e condições financeiras satisfatórias às empresas públicas. Entretanto, essa facilidade ao financiamento aumentou a dívida externa e começou a gerar inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos. O Estado, entretanto, não promoveu nenhuma reforma que visasse o equilíbrio interno e manteve suas metas sem modificação alguma (LOPREATO, 2002).

Para sustentar os gastos públicos o governo brasileiro buscou crédito no exterior aumentando cada vez mais suas dívidas. O resultado disso foi a fragilização financeira do setor público, conseqüência dos crescentes encargos gerados pelas dívidas, e a redução das receitas tributárias advindas das isenções e das transferências ao setor privado em razão dos encargos com a dívida interna.

Cabe destacar que em todos esses programas estavam sendo delineados pactos territoriais para propiciar o funcionamento dos circuitos produtivos no território. Isso privilegiou a criação de infra-estruturas e dos pólos de desenvolvimento ampliando a integração econômica e territorial, mas intensificando as disparidades sociais.

Maria Adélia de SOUZA (1994: 4), que participou da elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) em 1973, narra sobre essa direção assumida no II PND. Na época havia duas concepções de espaço conflitantes: a globalista e a setorialista. Os que defendiam a primeira concepção viam *"o espaço brasileiro como uma totalidade manifesta no território"*. No entanto, a visão dominante e que foi utilizada tanto na implantação das políticas urbanas como nas políticas nacionais foi a de caráter setorial que entendia o espaço *"como a somatória da habitação, do transporte, do saneamento básico, da gestão administrativa, as finanças"*.

Desse modo, os investimentos foram destinados setorialmente: as regiões sul e sudeste contaram com a ajuda do BNH e conseguiram concentrar os investimentos em habitação (SOUZA, 1994); os complexos e pólos industriais petroquímicos, siderúrgicos e eletrometalúrgicos foram privilegiados – Complexo Petroquímico de Camaçari na Bahia,

Complexo Siderúrgico de Itaqui no Maranhão, Complexo eletrometalúrgico de Tucuruí; as redes de transportes foram ampliadas e modernizadas - uma rede de aeroportos foi constituída em todo território nacional; e ocorre uma verdadeira revolução das telecomunicações. Com a ampliação das redes geográficas foi possível tornar o território fluido marcando o início do atual período técnico-científico-informacional em que a informação torna-se o elemento unificador dos lugares através das novas redes de fluxos imateriais (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

É durante os anos 70/80 que os investimentos diretos externos (IDE) assumiram uma outra direção na escala mundial (CHESNAIS, 1994 *in* FIORI, 1995). Associados às mudanças tecnológicas e políticas, novas formas de organização e regras de concorrência vão moldando os lugares atingidos pela desregulação dos mercados. Isso ocorre através da flexibilização dos processos produtivos, ou seja, a realocação espacial das empresas (FIORI, 1995).

No Brasil, os anos 80 marcaram o colapso da estratégia de financiamento baseada em recursos externos o que levou os estados a conviverem com a crise pela incapacidade do governo federal de manter o fluxo de recursos. Para LOPREATO (2002) essa década caracterizou-se pela crise dos estados e pelo conflito com a esfera federal na definição de novos parâmetros de empréstimos, rolagem das dívidas e da repartição da receita tributária.

Nesse momento de rompimento com o padrão de financiamento externo e do auge da dívida externa começa a chamada "operação desmonte" em que o governo central tenta repassar aos estados e municípios novas competências e atribuições quanto ao gasto. Inicia-se o já discutido processo de descentralização.

A intensa crise gerada principalmente pelas dívidas externas fez com que os países desenvolvidos tomassem providência com relação aos países devedores. A partir de então se impõe uma homogeneização das políticas econômicas para capacitar os demais países a participarem da globalização e poderem receber investimentos privados. Segundo FIORI (1995), no caso dos países latino-americanos com grande dívida externa, essa homogeneização se deu com a adoção do programa neoliberal de estabilização e reformas estruturais para diminuir a presença dos Estados, desregular o mercado e "abrir" as economias nacionais

Mais uma vez deixando-se levar por formulações externas o Brasil adota a postura de oferecer vantagens para atrair investimentos externos através de mercados mais livres e competitivos.

Mediado por formulações externas, o Brasil cria a partir da segunda metade da década de 1990 os Planos Plurianuais 1996-99 e 2000-03, cujo componente central são os chamados "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento" (ENID). Para FREDERICO (2004) os Eixos – que propõem a construção de redes de transporte - são enviesados ao imperativo da circulação e exportação, visando ser funcional aos grandes agentes hegemônicos que necessitam de maior rapidez no escoamento de sua produção. Isso ocorre principalmente no escoamento da produção agrícola do *front* onde a situação dos sistemas de circulação é mais crítica[38].

Novamente as diretrizes propostas para o desenvolvimento dispõem-se à integração territorial voltada ao mercado, buscando conectar os subespaços brasileiros que se destacam no comércio internacional à economia mundial.

ARBIX & ZILBOVICIUS (2001: 56) discutindo a noção de desenvolvimento lembram que durante o último século programas modernizadores de desenvolvimento provocaram resultados inversamente proporcionais aos resultados alcançados, seja na geração de renda, emprego ou diminuição das desigualdades:

"A redução do ***desenvolvimento*** *a alguns poucos componentes econômicos e a sua transformação em coadjuvantes dos processos de crescimento da produtividade esvaziaram completamente seu conteúdo de busca de um ordenamento civilizado da vida em sociedade"* (ARBIX & ZILBOVICIUS, 2001: 56).

Como destaca ARAÚJO (2000a: 248), *"O Brasil nunca foi um Estado essencialmente provedor de saúde, educação, saneamento básico, etc. Foi um Estado que construía estradas, montava sistemas de comunicação, estatizava empresas para modernizá-las e ofertar insumos básicos, muitas vezes a preços mais baratos que os custos de produção"*.

Assim, o modelo de desenvolvimento brasileiro caracteriza-se por estar sempre atrelado a projetos alheios, cujos resultados são verificados pelo dinamismo econômico notável, mas também pelas graves desigualdades sociais.

As propostas de criação dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e Rio São Francisco dão prosseguimento a políticas territoriais que privilegiam a ampliação de setores econômicos representativos principalmente no mercado externo. A concepção de desenvolvimento adotada nas políticas de integração do território também privilegia, assim como

[38] A Ferronorte, a Hidrovia Teles Pires/Tapajós, a Hidrovia Araguaia-Tocantins e a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém) são obras planejadas para permitir o escoamento da safra de grãos.

as propostas de redivisão do *front* agrícola, o alargamento do dinamismo econômico e da estruturação do território em função dessas atividades. As políticas nacionais aqui mencionadas e os projetos fragmentados – propostas de redivisão - caracterizam-se por carregar objetivos voltados ao mercado em detrimento da instituição de políticas sociais favoráveis à melhoria das condições da população.

CAPÍTULO 12 – A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PROCESSO NO ÂMBITO DA FEDERAÇÃO: O FEDERALISMO CORPORATIVO

A redivisão territorial esposa o seu tempo. É possível dizer que atualmente as propostas de criação de novas unidades político-administrativas são influenciadas pelo atual meio geográfico: técnico-científico e informacional. A Federação brasileira, ancorada no território, também deve ser entendida por essas modificações. Mas ao que parece, o debate sobre o *federalismo fiscal* ocupa todos os espaços referentes à Federação.

De uma Federação com base instável ao longo do século XX – alternância de descentralização e centralização – constrói-se na Constituição de 1988 uma Federação que mantém debates intermináveis ainda sobre o princípio de sua base. Isso limita sua função à distribuição de competências e arrecadação entre os entes.

Mas o território brasileiro se apresenta desigual, e para que ocorra uma adequação das mudanças sugeridas no domínio fiscal com as desigualdades territoriais, emergem diversas manifestações que buscam alternativas ao falho pacto federativo de caráter essencialmente fiscal: as propostas de criação de novos estados no *front* agrícola constituem uma dessas manifestações.

Com a constatação da crise da Federação tornou-se perceptível também a existência de um movimento formado no âmbito da Federação e que está aos poucos modificando os princípios básicos desse sistema de governo: esse processo chamamos de *federalismo corporativo*.

O federalismo corporativo consiste na distorção do princípio de cooperação entre os entes da Federação. Seu funcionamento segue as tendências da racionalidade técnica presente no período técnico-científico e informacional. Os pilares dessa racionalidade – produtividade e competitividade – relacionam-se diretamente à modernização tecnológica existente em parcelas do território. A competição, substituta da cooperação entre os entes, acaba sendo legitimada pelo próprio Estado que, desequilibrado em favor das empresas, incorpora princípios de mercado às políticas sociais.

À isso, soma-se a emergência de novas elites do agronegócio que, fazendo uso das novas tecnologias e incorporando a racionalidade operacional, buscam obter vantagens aos seus interesses particulares dentro do âmbito político. Como conseqüência, assiste-se a investimentos e ações governamentais voltadas à manutenção e ampliação dessas atividades econômicas em

cumprimento à racionalidade do capital. É a impregnação de ideais corporativos, ou seja, ideais empresariais formulados por grupos de pessoas com os mesmos interesses, à Federação.

O processo observado de federalismo corporativo é concernente ao período técnico-científico e informacional. Nesse meio geográfico os lugares são diferenciados segundo a presença ou a escassez de novas técnicas o que permite, ou não, sua ligação ao mercado mundial. Com isso novos comportamentos são impostos para que os lugares de ação de agentes hegemônicos tornem-se capazes de abrigar uma nova densidade técnica.

A transformação da dinâmica de alguns lugares por essa racionalidade técnica, ou seja, a maior instrumentalização do território modifica a estrutura da Federação uma vez que pontos do território passam a receber uma carga maior de investimentos. Com isso, muda o valor absoluto do lugar, mas também seu valor relativo frente à totalidade do território. A lógica do mercado considera o ponto do investimento em detrimento do território como um todo, o que fere os princípios da federação, pautadas, como já dito, na cooperação e não na competição dos entes.

Ao invés da oposição ao aumento das desigualdades territoriais o Estado brasileiro busca transformar o território para torná-lo funcional à ordem global, ou seja, mostra-se obediente à racionalidade técnica e promove o fortalecimento de alguns lugares que passam a concentrar investimentos. Os "focos dinâmicos" (ARAÚJO, 2000) do Brasil são prioridade para os projetos governamentais que buscam a promoção de mudanças principalmente na infra-estrutura.

ARROYO (2001) discorre que a criação de uma base material para viabilizar a fluidez de mercadorias pelo território vem sendo historicamente protegida pelos governos. Assim como a fluidez territorial, a porosidade territorial - que é o aprofundamento dos vínculos de parcelas do território com o exterior - é formulada para uma inserção externa do território o que amplia as fraturas internas.

No federalismo corporativo, o território é visto como "recurso" das transnacionais, de modo que o grosso das políticas territoriais são realizadas em função do interesse dessas empresas, pressionando o orçamento público na direção de "gargalos" empresariais e não sociais. No cumprimento da mais estrita racionalidade do capital, o território é produzido para um número reduzido de grandes empresas, às expensas do "espaço banal"; de todos.

A forma como ocorre a modernização do território está portanto, diretamente relacionada ao federalismo corporativo. A prioridade de alguns lugares e o ideal de competitividade e produtividade a ser atingido reforçam ainda mais o novo caráter assumido pela Federação. Por

corporativo entende-se a forma de pensar e agir em favor dos ideais empresariais, seguindo a racionalidade de mercado.

E o fator *corporativo* é facilmente averiguado se observado a ação das elites. As elites do agronegócio, presentes na formulação das propostas divisionistas do *front* agrícola, buscam a prevalência de seus próprios interesses e não consideram o todo social. A busca pela lucratividade supera a possibilidade de integração de outros ideais, como por exemplo, aqueles ligados à *psicosfera profunda*.

Como SANTOS (2003: 26) observa *"entre as medidas que visam à promoção da penetração do capital, a necessidade de modernização das áreas rurais parece imperativa"*. É em busca da modernização agrícola, da viabilização do território para o capital que os projetos de criação de novos estados no *front* são apresentados.

A ausência de um Projeto Nacional desperta a atenção dessas elites em tomar frente na elaboração de um projeto político que atenda seus interesses. Por isso, observa-se a elaboração de ações com a intenção da promoção de modernizações voltadas para o exterior. No federalismo corporativo enfraquecem-se os laços regionais nacionais em detrimento de sua inserção no mercado mundial.

Como sintomas do novo federalismo, de caráter corporativo, pode ser citado: a *guerra dos lugares*, que é o extremo limite da competição entre os entes da federação; a criação de novos estados no *front* agrícola que, como já discutido, busca ampliar a ação de elites empresariais através da obtenção do poder de regulação; e os regionalismos, que são expressões lugarizadas em benefício de determinados agentes em detrimento à totalidade do território.

O caminho trilhado pela Federação brasileira através do federalismo corporativo leva a constante degradação do princípio de cooperação. Mas da mesma forma que novos comportamentos são impostos verticalmente gerando grandes desigualdades, há um fortalecimento do lugar pelo próprio agravamento da heterogeneidade pois isso abre a possibilidade da criação do novo emergido do próprio movimento da sociedade.

SANTOS (2000) esboçou o desejo de ver efetivar-se uma *Federação Lugarizada*. Nesse caso, as redivisões territoriais seriam guiadas por um Projeto Nacional e não somente por interesses isolados. Em sua análise, a redefinição dos lugares causada pela globalização traz novos conteúdos aos subespaços desorganizando as relações já estabelecidas. O resultado dessa grande metamorfose transparece na sociedade local-regional que já não se sente representada por

nenhum ente federativo. No entanto, pode ocorrer a *revanche do território* (SANTOS, 2005) que partirá do dinamismo do lugar. A partir do reconhecimento do território pela nação serão buscados modelos alternativos que levem à cidadania. Acreditamos ser necessário ampliar a discussão sobre essa nova *Federação Lugarizada* ou *Regional* para contestar o processo corrente de federalismo corporativo.

"A primazia do homem supõe que ele estará colocado no centro das preocupações do mundo (...). Dessa forma,estarão assegurados o império da compaixão nas relações interpessoais e o estímulo à solidariedade social, a ser exercida entre indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade e vice-versa e entre a sociedade e o Estado, reduzindo as fraturas sociais, impondo uma nova ética, e, destarte, assentando bases sólidas para uma nova sociedade, uma nova economia, um novo espaço geográfico. O ponto de partida para pensar alternativas seria, então, a prática da vida e a existência de todos"

Milton Santos, 2001

A modernização das áreas de fronteira agrícola brasileira – norte do Mato Grosso, sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia – está sendo usada como elemento de afirmação da ideologia do desenvolvimento. A difusão da moderna agricultura pelo território abre espaço para a montagem de um discurso ideológico baseado nos *pontos luminosos* para se abordar um certo modelo de desenvolvimento.

No discurso ideológico, o desenvolvimento é tratado como sinônimo de crescimento econômico e reside na expansão de atividades altamente produtivas ligadas diretamente ao mercado mundial. No entanto, os pontos luminosos são apenas respostas territoriais à seletividade da globalização, ou seja, abrigam uma lógica extrovertida que agride a maioria da população e aumenta as desigualdades territoriais uma vez que somente uma pequena parcela da sociedade está inserida nesse modelo de crescimento.

No *front* agrícola o espaço é modificado para torná-lo cada vez mais funcional à racionalidade técnica. Além da presença de grandes empresas agindo no armazenamento, no transporte e na comercialização dos produtos agrícolas, outra característica do *front* é a presença de agricultores especializados vindos de outras regiões do Brasil. A busca por maior lucratividade – produtividade - no campo produziu um movimento migratório de agricultores do sul para o centro-oeste e nordeste modificando não só a tecnosfera do lugar, mas também sua psicosfera.

Criou-se uma *psicosfera superficial* que despreza a *psicosfera profunda* que representa os ideais da população. A ideologia do desenvolvimento deturpa os anseios da população que é levada a acreditar na modernização tecnológica como único caminho para se alcançar melhores condições sociais.

As mudanças para garantir que os circuitos espaciais produtivos da soja sejam lucrativos são requeridas pelos agentes que se ocupam dessas atividades e normatizadas pelo Estado. No discurso, tais alterações são para beneficiar toda a nação porém, as demandas são exclusivas daqueles que de alguma forma lucram nesse setor.

O Estado se incumbe à tarefa de produzir normas para o mercado internacional, sejam elas normas fiscais ou territoriais, para o desenvolvimento do circuito superior da economia. No que tange às mudanças espaciais, o governo busca viabilizar as demandas do mercado com a realização de empreendimentos no *front* agrícola, minimizando assim, a precária situação das redes de transporte. Apesar de ser forte para as empresas, o Estado está desequilibrado por não oferecer também mudanças sociais significativas.

O imperativo da exportação e a modificação dos lugares por essa lógica são características de políticas atuais que privilegiam a ação de agentes externos em detrimento da melhoria das condições de vida da população. As ações governamentais são elaboradas para manter o país economicamente estável e afirmar sua inserção no mercado mundial.

Desse modo, a criação de novos estados no *front* agrícola aparece como mais um elemento capaz de acelerar as mudanças necessárias para a expansão da racionalidade técnica. O poder de criar normas que um novo estado federado possui congrega agentes para esse mesmo objetivo. Trata-se de uma união corporativa baseada em projetos orientados pelo mercado, cuja ação é recortada segundo os interesses de poucos grupos sem considerar o todo social.

Entretanto, a evolução das fronteiras internas mostra que a permanência da questão da redivisão territorial ao longo da histórica nem sempre teve o caráter corporativo que as propostas atuais do novo *front* possuem. Pode-se dizer que essa constante discussão deve-se: a) à história do Brasil ser uma sucessão de pactos de poder ancorados no território e, portanto há sempre a necessidade de adequar as fronteiras internas a essa dinâmica; b) às mobilidades populacionais que, integrando novos subespaços exigem outros pactos territoriais; c) à grande extensão territorial suscitando novas divisões para melhorar a administração e integrar os subespaços através do aumento da representação política; d) ao fato de um determinado subespaço aumentar sua expressão frente ao território nacional pressionando a União por maior representatividade para dar exclusividade aos novos anseios.

Mas a essência que mobiliza os projetos atuais de criação de novas unidades político-administrativas no *front* agrícola reside num processo que modifica a concepção da Federação

brasileira: o *federalismo corporativo*. Sua principal característica é a substituição do princípio de cooperação pela competição entre os entes.

A exclusividade de alguns lugares em relação ao território nacional evidencia a crise do Estado que, ao ausentar-se da função de elaborar um Projeto Nacional, permite que outros projetos cujas metas não favorecem toda a nação sejam estabelecidos. Há uma disritmia entre o favorecimento ao mercado internacional e os interesses da população como um todo.

A aceleração da especialização regional, ao mesmo tempo em que implanta no território a mais moderna tecnologia, acaba por fragmentá-lo. Os abismos sociais são ainda mais exacerbados, fruto do modelo de desenvolvimento adotado que aliena as pessoas e o território ao adotar uma lógica estranha ao lugar.

O federalismo corporativo consiste numa marcha contra os fundamentos de cooperação, de autonomia e diversidade de uma Federação. A formação de novos pactos funcionais à racionalidade econômica para garantir a concretização de interesses localizados agrava as desigualdades territoriais encerrando a competição no âmbito da Federação.

Milton Santos (1990) chamou de *metrópole corporativa* a cidade que se volta essencialmente à solução dos problemas das grandes empresas por meio do uso do orçamento público. De fato, não é apenas a metrópole que conhece esse processo, hoje ele pode abarcar todo território nacional, por isso falar num federalismo corporativo.

A redivisão territorial ganha um caráter funcional à mentalidade do moderno, à racionalidade econômica. Como discorre MESZÁROS (2004), o termo "moderno" é usado para esquecer a dimensão social e histórica de uma nação a serviço dos interesses dominantes da ordem estabelecida - e aqui acrescentamos a dimensão territorial. Contudo, a "modernização universal", cuja meta é seguir os passos do capitalismo norte-americano, não consegue esconder os conflitos e contradições do mundo social, induzindo construções ideológicas para manter a credibilidade dessa racionalidade.

Pode-se então dizer que o discurso ideológico do desenvolvimento é usado para a construção de uma "sociedade moderna" que, por sua vez, não se sustenta. Apesar disso, a manipulação ideológica consegue escamotear os conflitos presentes no *front* agrícola e "autoriza" a difusão de técnicas que visam sobretudo o aumento da produtividade, com a conseqüente exclusão social.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

O início de uma real mudança deve começar pela forma de entendimento do território e da organização de um Projeto Nacional. O território visto como palco de ações isoladas contribui para o fortalecimento do federalismo corporativo, de conseqüências injustas à população. Desse modo não haverá a construção de um Projeto Nacional, mas apenas planos que, por mais que atinjam pontos de todo território, não modificam a estrutura que causa a distorção de interesses sociais por particulares.

Os projetos de criação de novos estados devem partir dessa visão total do território e portanto, abandonar o individualismo que opõe os subespaços a se separarem. Novas fronteiras sempre fizeram parte da formação sócio-espacial e não seria agora o momento de reprimi-las. Contudo, antes da afirmação de novos pactos cabe a discussão se tais medidas serão apenas funcionais ou estruturais, como alerta Milton Santos (2002).

Sem essa prévia discussão e sem a mudança da racionalidade dos agentes propositores de novos estados, a criação de novas fronteiras continuará sendo vista como a forma de legitimar interesses de certos grupos, a exemplo da criação do Tocantins. Uma racionalidade humana tendo como primeira e única intenção dar justas condições de vida à população marcará uma renovação política, suprimindo a ideologia do desenvolvimento formulada exclusivamente para ludibriar a população.

Uma nova compartimentação territorial que garanta a representatividade da sociedade deve partir da identificação da unidade e da continuidade do acontecer solidário. Assim sendo, a base territorial desses novos recortes levaria em conta tanto as horizontalidades quanto as verticalidades. As propostas de criação de novos entes federativos ganhariam o caráter integrador e não mais fragmentador como hoje se apresenta.

Para SANTOS (2001) é a partir da tomada de consciência da população que nos lugares haverá mudança. O início, como acredita Milton Santos, será doloroso pois partirá da ampliação da escassez e da desigualdade. Mas, desse ponto extremo poderá ocorrer um movimento contrário às condições vigentes da globalização através da não compactuação e da manutenção da própria cultura.

Há entretanto, dois pré-requisitos apontados por SANTOS (2001) para o começo desse novo período: a mutação tecnológica, ou seja, a utilização democrática dos sistemas de objetos a serviço do homem; e a mutação filosófica da espécie humana, que desperta os homens para ações altruístas.

"Talvez o começo venha a ser o fim" (MORIN, 2003: 363). A crueldade e o individualismo agravados podem suscitar o início de um novo caminho. E assim como observa Milton Santos, Edgar Morin também enxerga que o grande obstáculo a ser superado é a tomada de consciência, a reformulação dos espíritos, a retirada do egoísmo.

Em sua proposta MORIN (2003: 359) visualiza uma Confederação Mundial, Civilizadora. Essa forma de governo seria regida pela *política da humanidade* em que os progressos tecnológicos seriam utilizados apenas em benefício da humanidade e a solidariedade surgiria da reforma das pessoas. Aliás, *"a política do humano teria como sua mais urgente missão solidarizar o planeta"*.

Ao que parece tanto a *Federação dos Lugares* quando a *Confederação Civilizadora* necessitam de uma mudança nos homens para que venham à tona. O nascer dessa nova consciência, da mudança da racionalidade, permitirá a construção de projetos que cultivem o dinamismo do homem que já reconheceu que o território é de uso comum a todos.

AFFONSO, R. B. A. "A federação no Brasil: impasses e perspectivas" *in A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. Organizadores: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P.L.B. São Paulo: FUNDAP, 1995.

_____ "A federação na encruzilhada" *in* Revista Rumos, publicação para as comemorações do V centenário do descobrimento do Brasil, ano I, n.2, mar/abr, 1999.

ALVES, V. E. L. "Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados do sul do Piauí" *in* Boletim Paulista de Geografia, n. 77, abril, São Paulo, 2001.

ANDRADE, M. C. *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

_____ *Raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: UNESP/EDUSC, 1999.

ANDRADE, M. C. & ANDRADE, S. M. C. *A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. São Paulo: Contexto, 1999.

ARAÚJO, T. B "Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva?" *in Redescobrindo o Brasil 500 anos depois*. Organizadores: Iná Elias de Castro, Mariana Miranda, Cláudio Egler. Bertrand Brasil, 2ª. Edição, 2000.

_____ *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000a.

ARBIX, G., ZILBOVICIUS, M. "Por uma estratégia de civilização" *in Razões e Ficções do desenvolvimento*. Organizadores: ARBIX, G., ZILBOVICIUS, M., ABRAMOVAY, R.. São Paulo: editora Unesp; Edusp, 2001.

ARROYO, M. M. "Território Nacional e Mercado Externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX". Tese de doutorado do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 2001.

ARRUDA, Z. A. "Sinop: Território de Múltiplas e Incompletas Reflexões". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

BARACHO, J. A. de O. *Teoria Geral do Federalismo*. Belo Horizonte, FUMARC/UCMG, 1982.

BECKER, B. K. "Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico" *in Brasil: questões atuais da reorganização do territóri*o. Organizadores: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Correa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BERNARDES, J.A "As estratégias do capital no complexo da soja" *in Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Organizadores: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Correa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____ "Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira" in *Formas em Crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005.

BRANDT, B. "Geografia Cultural do Brasil" *in* Boletim Geográfico, ano II, dez. n. 21, 1944.

BUNGE, M. *Ciência e Desenvolvimento*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

CARDOZO, S. A. "Continuidades e descontinuidades na articulação do espaço econômico nacional – 1930 aos anos 90: uma análise a partir das políticas tributária, monetária e de desenvolvimento regional". Dissertação de mestrado do Instituto de Economia da Unicamp, 2004.

CARVALHO, J.M "El federaismo brasileño: perspectiva histórica" *in Hacia un nuevo Federalismo?*. Organizador CHAVEZ, A.H. Fideicomiso Historia de lãs Amércas, série Estúdios, 1996.

CASTRO, I. E. *O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____ "Solidariedade territorial e representação: novas questões para o pacto federativo nacional" *in* Revista Território, LAGET, UFRJ, vol. 1, n. 2, jan/jun, Rio de Janeiro, 1997.

CATAIA, M. A. "Território Nacional e Fronteiras Internas. A Fragmentação do Território Brasileiro". Tese de doutorado do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 2001.

CAVALCANTI, M. Pronunciamento realizado no Senado Federal em 03/02/2004

_____ Pronunciamento realizado no Senado Federal em 18/08/2003.

_____ Fala do Senador durante o "Seminário de Redivisão Territorial da Amazônia" realizado pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional em 05/12/2001.

CÉSAR, J. Pronunciamento realizado na Câmara do Deputados em 05/05/2004.

COSTA, V. "Federalismo" *in Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Organização: Lúcia Avelar & Antonio Octávio Cintra. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stifung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

COSTA, W. M. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 1989.

COUTO E SILVA, G. *Geopolítica do Brasil*. Coleção documentos brasileiros, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1967.

CUNHA, J. M. P. "Migração no Centro-Oeste Brasileiro: as tendências e características do período 1986/96" *in Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Organizadores: HOGAN, D. J., CUNHA, J. M. P. , CARMO, R. L.0 Nepo, Unicamp, 2002.

DANTAS, I. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CE-CAC/ Programa Editorial, 1987.

DEFFONTAINES, P. "Como se constituiu no Brasil a rêde das cidades" in Bulletin de la Societé de Geographie de Lille, ano 59, n. 9, vol I e II, 1938.

DINIZ, J. A. F. *A área centro-ocidental do nordeste*. Recife, SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982.

DULCI, O. S. "As elites políticas" *in Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Organizadores: Lúcia Avelar & Antonio Octávio Cintra. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stifung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

DUTRA, M. *O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 8ª Edição – São Paulo: Edusp, 2000.

FIORI, J.L. "O federalismo diante do desafio da globalização" *in A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. Organizadores: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P.L.B. São Paulo: FUNDAP, 1995.

FOUCHER, M. *Fronts e Fronteières: un tour du monde géopolitique*. Paris, Fayard, 1991

FRANÇA, F.M.C. *Pólos de desenvolvimento integrado: avaliação qualitativa de desempenho*. Fortaleza: Banco do Nordeste/IICA, 2002.

FREDERICO, S. "Sistemas de movimentos no território brasileiro: os novos circuitos espaciais produtivos da soja". Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da UNICAMP, 2004.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Círculo do livro S.A., São Paulo, 1974.

_____ *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

GALLO, F. "Aviões e aeroportos em fazendas do centro-oeste regulados por São Paulo: elementos do circuito espacial da produção agrícola". Monografia de Conclusão de Curso do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2003.

GIORDANO, S. "Competitividade Regional e Globalização" Tese de doutorado do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofa, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo – USP, 1999.

GUERRA, A.T. & GUERRA, I.A.L.T. "Subsídios para uma nova divisão política do Brasil" *in* Boletim Geográfico, ano XXI, jan/fev, n.178, Rio de Janeiro, 1964.

HAESBAERT, R. "'Gaúchos' e baianos no 'novo' nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais" *in* Brasil: questões atuais da reorganização do território. Organizadores: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Correa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HOBSBAWN, E "Introdução: A Invenção das Tradições" *in A Invenção das Tradições*. Organizadores: Eric Hobsbawn e Terence Ranger. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962.

KREGEL, J. "Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais" in: Economia e Sociedade, nº 7, IE – UNICAMP, 1996.

LANDIM, P. Pronunciamento realizado na Câmara do Deputados em 01/04/2005.

_____ Pronunciamento realizado na Câmara do Deputados em 12/05/2003.

LAVINAS, L. "A Agro-Urbanização da Fronteira" *in A Urbanização da Fronteira*. Textos apresentados no work-shop 'A formação das cidades na fronteira'. Série Monográfica nº 5, PUBLIPUR/UFRJ, 1987.

LEAL, V. N. *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, 2ª. Edição, Alfa – Omega, 1975.

LOPREATO, F. L. C. *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Busca Vida, 1988.

MACHADO, L. O. "O controle intermitente do território amazônico" *in* Revista Território, LAGET, UFRJ, vol. 1, n. 2, jan/jun, Rio de Janeiro, 1997.

MADEIRA, S. Pronunciamento realizado na Câmara do Deputados em 23/01/2004.

_____ Pronunciamento realizado na Câmara do Deputados em 04/04/2005.

MARTIN, A. R. "Como se constitui no Brasil a rede de 'fronteiras internas'?" *in* Revista do Departamento de geografia, São Paulo, n. 5, p.73-83, 1991.

MASSEY, D. "Um sentido global do lugar" *in O espaço da diferença*. Organizador: ARANTES, A.A. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio: contribuição e revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MONTESQUIEU, C. de S. *O espírito das leis: as formas de governo: a divisão dos poderes*. 2a. Edição, São Paulo: Saraiva, (1993 [1748]).

MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____ *Ideologias Geográficas*. São Paulo, editora HUCITEC, 4ª. edição, 2002.

MORIN, E. "Uma mundialização plural" *in Por uma outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Organização: Dênis de Moraes. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2003.

NONATO, R. de C. "Fragmentação do Território e a Crise da Federação Brasileira". Monografia de Conclusão de Curso do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2002.

OLIVEIRA, F. "A crise da federação: da oligarquia à globalização" *in A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. Organizadores: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P.L.B. São Paulo: FUNDAP, 1995.

OLIVEIRA, R. de "O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988)" Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da UNICAMP, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, (1999[1968]).

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO

PATRIOTA, G. Pronunciamento realizado na Câmara do Deputados em 07/07/2003.

_____ Pronunciamento realizado na Câmara do Deputados em 17/06/2004.

PERROUX, F. A Economia Política do Século XX. Herder, Lisboa, 1967.

PDC 439/1994 Projeto de Decreto Legislativo para a criação do estado do Gurguéia.

PDC 631/1998 Projeto de Decreto Legislativo para a criação do estado do Rio São Francisco.

PCD 850/2001 Projeto de Decreto Legislativo para a criação do estado do Araguaia.

PDC 947/2001 Projeto de Decreto Legislativo para a criação do estado do Maranhão do Sul.

PDC 384/2003 Projeto de Decreto Legislativo para a criação do estado do Rio São Francisco.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Editora Campus: Rio de Janeiro, 2000.

PORTO, J. L. R. "Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)". Tese de doutoramento do Instituto de Economia/UNICAMP para obtenção de título de Doutor em Economia Aplicada, 2002.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. Editora Ática, 1993.

ROCHA, G. de M. "Estado do Pará: divisão ou reconstrução da unidade político-territorial?". Seminário '(Pré) Visões da Amazônia', Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

_____ "Reflexões sobre a região e redivisão territorial da Amazônia: O caso do Sudeste Paraense" *in* Realidades Amazônicas no fim do século XXI. Organizadores: Cláudio M. Flores e Thomas A. Mistchein. UNAMAZ/UFPA, Belém, 1990.

RODRIGUES, L. A. *Geopolítica do Brasil*. Biblioteca Militar, vol CXI, Rio de Janeiro, 1947.

RUSSEL, B. *O impacto da Ciência na Sociedade*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1976.

SANCHES, E. *Enciclopédia de Imperatriz 150 anos: 1852-2002*. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, M. "Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método" *in* Boletim Paulista de Geografia, nº 54, São Paulo, junho, 1977.

_____ *Metrópole Corporativa e Fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

_____ *Técnica, Espaço e Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1994.

_____ "Da política dos estados a política das empresas" *in* Cadernos do Legislativo de Belo Horizonte 3(6) julho, 1997.

_____ *A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. 3ª Edição SP: HUCITEC, 1999.

_____ "Por uma Nova Federação". Correio Braziliense, 16 de julho, 2000.

_____ *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. RJ, 6ª.edição: Record, 2001.

_____ *O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____ *O Espaço do Cidadão*. SP, 6ª. edição: Studio Nobel, 2002a.

_____ *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo, 2ª: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____ *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. A. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAWYER, D. "A urbanização da fronteira agrícola no Brasil" *in A Urbanização da Fronteira*. Textos apresentados no work-shop 'A formação das cidades na fronteira'. Série Monográfica nº 5, PUBLIPUR/UFRJ, 1987.

SILVA, S. C. da "Geração de novos municípios: uma face da modernização dos macrossistemas técnicos do território". Monografia de Conclusão de Curso do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2004.

SILVA, A. M. B. da "A contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e novo uso do território brasileiro". Tese de doutorado do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 2001.

SILVA, P. L. B. & COSTA, V. L. C. "Descentralização e crise da federação" *in A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. Organizadores: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P.L.B. São Paulo: FUNDAP, 1995.

SOUZA, M. A. "O II PND e a Política Urbana Brasileira: uma contradição evidente", mimeo, 1994.

VAINER, C. B. "Regionalismos contemporâneos" *in in A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. Organizadores: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P.L.B. São Paulo: FUNDAP, 1995.

VAINER, C. B. "Interdisciplinaridade e estudos regionais" *in Região cidade e Poder.* Organizador: Jayro Gonçalves Melo, GasPPer, 1996.

XAVIER, M. (2001) "Os sistemas de engenharia e a tecnificação do território: o exemplo da rede rodoviária brasileira" *in O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, SANTOS, M. & SILVEIRA, M. A. L. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BIBLIOGRAFIA JORNAIS

Folha de São Paulo, 27/06/1988

Jornal "O Progresso" 08/08/01

Folha do Maranhão do Sul, 12 a 24/09/2001

Jornal do Brasil de 25/05/2003

Jornal Tarde 14/11/2004

***SITES* CONSULTADOS**

www.maranhaodosul.com

www.estado.dogurgueia.nom.br

www.fundasf.org.br

www.sinop.mt.gov.br

www.camara.gov.br

www.senado.gov.br

www.ibge.gov.br